

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM HISTÓRIA

LARA ALEXANDRA TAVARES DA COSTA

**PELA MORAL E OS BONS COSTUMES: Um Asylo para Órphãs  
Desvalidas. Cidade de Goiás. (1898-1958)**

GOIÂNIA/2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     **Dissertação**     **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**


Nome completo do autor: LARA ALEXANDRA TAVARES DA COSTA

Título do trabalho: PELA MORAL E OS BONS COSTUMES: UM ASYLO PARA ÓRPHÃS DESVALIDAS. CIDADE DE GOIÁS. (1898-1958)

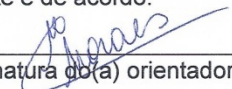
**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 22 / 05 / 18

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

LARA ALEXANDRA TAVARES DA COSTA

**PELA MORAL E OS BONS COSTUMES: Um Asylo para Órphãs  
Desvalidas. Cidade de Goiás. (1898-1958)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de pesquisa:** Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

**Orientadora:** Profa. Doutora Cristina de Cássia P. de Moraes.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Tavares da Costa , Lara Alexandra  
Pela Moral e os Bons Costumes [manuscrito] : Um Asylo para Órfãs Desvalidas. Cidade de Goiás (1898 - 1958). / Lara Alexandra Tavares da Costa . - 2017.  
CLXXII, 172 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira de Moraes .  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2017.

Bibliografia.  
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Medicina. 2. Assistência. 3. Orfandade. I. Pereira de Moraes ,  
Cristina de Cássia , orient. II. Título.

CDU 94(817.3)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Lara Alexandra Tavares da Costa**. Aos 06 (seis) dias do mês de outubro de dois mil e dezessete (2017), com início às 09h30, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Lara Alexandra Tavares da Costa**, cujo título foi “**PELA MORAL E OS BONS COSTUMES: UM ASYLO PARA ÓRPHÃS DESVALIDAS. CIDADE DE GOIÁS (1898-1958)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº053/17-PPGH, de 04 de outubro de 2017, pelos seguintes Professores Doutores: **Cristina de Cássia Pereira Moraes (Presidente)**, **Rildo Bento de Souza (FCS)**, **Maria Lemke (UFG)** e, como Suplentes, **Profa. Dra Sonia Santana da Costa (CEPAE)** e **Prof. Dr. Thiago Cancelier Dias**. Os examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 11:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido a candidata aprovada.....

Prof. Dr. **Rildo Bento de Souza (FCS)**, Ass.: Rildo Bento de Souza.....

Decisão (aprovada.....)

Profa. Dra. **Maria Lemke (UFG)** Ass.: Maria Lemke.....

Decisão (aprovada.....)

Presidente da Banca Prof.ª. Dr.ª. **Cristina de Cássia Pereira Moraes (UFG)**, Ass.: Cristina Moraes.....

Decisão (aprovado.....)

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: Marlon Jeison Salomon  
Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

Secretário: Cintila Alves Garcia  
Cintila Alves Garcia

*Para aqueles que desconstruíram meus planos e reviraram  
minha vida,  
Meu amor Leandro  
Meus amores Maya, Isaih e Pietra.*

## **Agradecimentos**

Às vezes na vida sonhamos pouco ou delimitamos nossa capacidade de ir mais além, o medo sempre culpado, faz de nós fracos e incapazes. Algumas pessoas me ensinaram a sonhar mais alto e por meio das suas histórias de vida me incentivaram e disseram “você também é capaz! ”. Pois cursar o mestrado foi algo definido por um tempo como um “sonho distante”. Mesmo depois de estar ali fazendo parte do programa, essas pessoas continuaram a dizer “vamos lá, você já está aqui continue caminhando”. Muitos nesses anos me inspiraram, alguns foram fortes comigo, outros na torcida sempre me apoiaram. Aqui neste espaço não só agradeço a cada um, mas também relevo a importância de vocês nessa caminhada.

Agradeço a Deus por ser minha força nos dias difíceis e meu sustento espiritual quando precisei.

Agradecerei eternamente a minha mãe, aquela que me apresentou a vida, que nunca mediu esforços nos cuidados, que me ensinou a acreditar nos meus sonhos e que me apresentou o gosto pelos livros e por estudar história. Apesar de sonhar com uma filha advogada a sua insistência para que eu estudasse história nas horas vagas –pois para você “história é importante” –, influenciou na minha escolha. Não me arrependo. Sei que você também não se arrepende. Afinal, nosso amor é maior que nossos pensamentos e escolhas.

Agradeço também outra mulher importante na minha vida, minha orientadora Cristina de Cássia, que tenho como minha amiga. Você foi à pessoa responsável por minha decisão de “tentar” o processo seletivo para o mestrado. Eu não acreditava que seria possível, só queria concluir a graduação, mas você foi firme e disse as palavras certas para me incentivar. Obrigada pela paciência nesses anos, pelo respeito ao tempo que precisei e por compreender minhas escolhas. Meus agradecimentos não se resumem apenas a esse momento da dissertação, você sempre nos apoia, incentiva e dá duras broncas quando precisa.

Aos professores Maria Lemke e Rildo Souza, pelas valiosas contribuições desde a qualificação. E também pelos diálogos sobre a pesquisa em outras ocasiões não acadêmicas. O incentivo de vocês representou força para continuar a caminhada.

A professora Sônia Magalhães, pelo apoio, a atenção e o empréstimo do seu valioso “caderninho” a lápis de documentos transcritos. Você sabe como foi importante sua gentileza, obrigada!

A professora Rubia-Mar e aos colegas da disciplina Corpo e Educação, que muito contribuiu para os debates nesse campo que eu ainda desconhecia. Agradeço especialmente ao Frei Paulo, Lúcia e Rodrigo pelas caronas e companhia nesse período.

A minha família, tias e tios que são um pouco também mãe e pai, primos que são irmãos e primas que parecem mais sobrinhas. Vocês são o meu maior apoio, amo imensamente cada um! Quando se tem uma família grande fica impossível citar o nome de cada um nesse curto espaço, embora precise agradecer a minha prima, futura pedagoga Hayoni e seu esposo Jarbas (que chamo com amor de porcaria) por me hospedar por vários dias em sua casa no momento em que precisei ficar longe das crianças para escrever. Fui tratada com muito carinho e conforto por vocês, mesmo ocupando quase a casa inteira com meus livros, cadernos e computador.

Agradeço a minha segunda família, meus amigos! Aqueles mais antigos que ocupam meu coração Hanna, obrigada amiga por compreender minha ausência nesse tempo. Amanda pela torcida e o marido Faby pela atenção quando queria desabafar. Tati por sempre perguntar e se preocupar com cada etapa do processo. Minha amiga Elaine Meireles, por seus conselhos e apoio emocional. Aos compadres Carol e Rafael não só pela amizade, mas também pelo apoio emocional. Aos amigos “perdidos no XVIII”, Alan Ricardo, Augustus e Jason Hugo pelas conversas engraçadas e desabafos acadêmicos. A minha querida e mais nova amiga Talita, sua força sempre me inspirou, ter te conhecido e convivido com você foi um presente! Ao grupo das “mamis poderosas”, Yasmin, Shayanna, Letícia, Geandra, Alessandra, Charline, Kessia e Stélia, pela força que me deram e por terem proporcionado momentos de alegria quando precisei. Aos amigos da Cidade de Goiás, Ádria, Alemar, Ana Rita, Nerivaldo, Cris, Estevão, Helena, Renné e Sílvia (companhia nas idas à biblioteca). Ao querido Marcelo Jungman pela atenção e empréstimo (quase eternos) de livros, obrigada pela paciência. Pessoal da Vila Esperança, Adriana, Haroldo e Emicléia, especialmente Renata e Massimo que por várias vezes nos apoiaram no transporte das crianças para a escola.

Júlia e Gizele meus braços direito e esquerdo em casa, sempre cuidando de tudo na minha ausência, com muito zelo e carinho. Sem vocês as idas para Goiânia seriam impossíveis!

A querida Preta, por não medir esforços para ajudar na pesquisa, sempre me apresentando a várias pessoas em Goiás, obrigado por tudo, serei eternamente grata!

A Laylla Lopes que depois de tantos anos reencontrei em Goiás e me ajudou a chegar aos documentos do fórum na Cidade de Goiás. Agradeço aos funcionários do Fórum da

Cidade de Goiás em especial a Senhora Juíza Alessandra Gontijo do Amaral por permitir o acesso aos documentos.

A Fundação Frei Simão Dorvi, importante arquivo para os historiadores de Goiás e a Fátima Cançado que esteve sempre disposta a auxiliar na pesquisa, localizando e comemorando a cada documento importante, obrigada pela amizade e profissionalismo. Ao companheiro de arquivo Paulo Brito, pelos conselhos valorosos e por juntos suportamos dias de intenso calor, galinhas pesquisadoras e senhoras bisbilhoteiras com muito bom humor!

Aos funcionários do Museu das Bandeiras em especial a Milena Bastos sempre atenciosa e disposta no exercício da sua função.

Aos funcionários da PPGH em especial Marco Aurélio que me atura desde a graduação. E aos funcionários da biblioteca da UFG Cidade de Goiás, onde passei parte dos meus dias nesse período final da dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio prestado com concessão de bolsa de mestrado durante a pesquisa.

À minha filha peluda Olívia, por aquecer meus pés nas madrugadas frias, sendo minha companheira fiel.

Agradeço ao meu marido e melhor companheiro, que durante esses anos apelidei carinhosamente de “bedel da dissertação”, pela paciência nos meus dias de estresse, pela não paciência quando precisei de uma bronca, pelas noites sem dormir me fazendo companhia. Sei que você sofreu comigo, mas também sei que compartilhamos essa imensa alegria da conclusão da pesquisa. Ninguém torce e acredita tanto como você!

Aos meus filhos, agradeço a compreensão, peço desculpa pela ausência e perdão pelos momentos que faltei. Sei que vocês nunca me questionaram, sempre torcendo para que a mamãe terminasse logo. Vocês estiveram ansiosos como eu fiquei para concluir essa etapa e assim ter mais tempo para brincarmos juntos, assistir nossos programas favoritos, cozinhar muitas delícias, irmos passear em Goiânia, contar histórias antes de vocês dormirem. É com muita emoção que eu digo: “galerinha a mamãe terminou a dissertação”!

## **Resumo**

Esta pesquisa tem como objetivo definido, analisar o papel assistencialista do Orphanato São José na Cidade de Goiás segundo a intenção do seu fundador, Dr. José Netto. O recorte é atemporal, pois perpassa desde momentos anteriores à fundação do orfanato até seus reflexos nos dias de hoje. Para isso torna-se fundamental, perceber a articulação do orfanato com os ideais nacionais, sobretudo na (re)construção do ideal de nação brasileira e do papel da infância nesse processo. Compreendendo assim, a questão da assistência em sua localidade e sua relação em âmbito nacional. Além de identificar quem eram as crianças atendidas e qual a importância das medidas sanitárias tão discutidas no período para esse processo.

**Palavras-chave:** medicina, assistência, orfanato.

## **Abstract**

The objective of this research is to analyze the role of the Orphanato São José in the city of Goiás, according to the intention of its founder, Dr. José Netto. The clipping is timeless, since it runs from moments before the founding of the orphanage to its reflections today. For this, it becomes fundamental to perceive the orphanage's articulation with national ideals, especially in the (re) construction of the ideal of Brazilian nation and the role of childhood in this process. Understanding this, the issue of assistance in your locality and your relationship at the national level. In addition to identifying who the children were and the importance of the health measures so discussed in the period for this process.

**Key words:** medicine, assistance, orphanage.

## **Lista de abreviaturas**

AFCG – Arquivo do Fórum da Cidade de Goiás

AHEG – Arquivo Histórico Estadual de Goiás

ALSJ – Arquivo do Lar São José

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPEHBC – Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA – Legião Brasileira de Assistência

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

## **Lista de Quadros**

Quadro nº 01 –Estabelecimento de assistência à infância no Brasil. Séculos XIX e XX.....	62 e 63
Quadro nº 02 – Relação de funcionários ano de 1946 do Orphanato São José.....	91
Quadro nº 03 – Relação dos bens do Orphanato São José ano de 1938.....	96
Quadro nº 04 – Entrada dos auxílios do Orphanato São José. (1925 – 1950).....	103

## Lista de Imagens

Fotografia nº 01 – Reforma do Orphanato São José. Ano 1957.....	79
Fotografia nº 02 –Reforma do Orphanato São José. Ano 1957.....	80
Fotografia nº 03 – Reforma do Orphanato São José. Ano 1957.....	81
Fotografia nº 04 –Reforma do Orphanato São José. Ano 1965.....	82
Fotografia nº 05 – Reforma do Orphanato São José. Ano 1965.....	83
Fotografia nº 06 – Placa com financiadores da reforma do Orphanato São José.....	84
Fotografia nº 07 – Órfã com boneca. Sem data.....	139
Fotografia nº 08 – Órfãs brincando sob supervisão da irmã Dominicana no pátio do orfanato. Sem data.....	141
Fotografias nº 9 e 10 – Órfãs no pátio interno do Orphanato São José após reforma. Década 1960.....	143
Fotografia nº 11 – Órfã modelo. Década 1960.....	144
Fotografia nº 12 – Órfãs posando para fotografia no pátio interno do orfanato. Sem data....	145
Fotografia nº 13 – Órfãs e o novo Orphanato São José. Década 1960.....	146
Fotografia nº 14 – Órfãs colhendo frutas ou flores em localidade externa do orfanato. Sem data.....	147
Fotografia nº 15 – Primeira Comunhão das órfãs desvalidas. Ano 1966.....	149
Fotografia nº 16 – Primeira Comunhão de Rosarita Fleury.....	150
Fotografia nº 17 – Dois momentos de 1ª Comunhão das órfãs asiladas. Década 1960.....	152
Fotografia nº 18 – Órfãs uniformizadas. Sem data.....	153

## Sumário

Introdução .....	14
Capítulo 1 .....	24
Do Orphanato e seus fins .....	24
1. Considerações iniciais .....	24
2. José Netto: um intelectual cientista no sertão goiano.....	32
“O pai dos pobres” .....	32
O cientista.....	36
O filantropo .....	48
Sua morte .....	54
O Orfanato.....	61
Capítulo 2 .....	66
Da Administração.....	66
1. Considerações iniciais.....	66
2. Assim foi feita sua vontade ou asylo para órfãs desvalidas .....	73
A casa .....	73
A Junta Administrativa.....	86
Da direção interna: as irmãs Dominicanas .....	91
O Orphanato São José e seu patrimônio.....	95
Em nome das órfãs desamparadas ou do ilustre médico José Netto?.....	101
Capítulo 3 .....	109
Das <i>orphãs asyladas</i> .....	109
1. Considerações iniciais .....	109
2. A infância pobre na Cidade de Goiás.....	114
A infância menorzada. ....	114
A orfandade em Goiás.....	123
O retrato de uma orphã azylada.....	137
Considerações Finais.....	155
Referências.....	159

## Introdução

O visitante que estiver na Cidade de Goiás, ao andar em uma rua estreita, calçada também conhecida pelo nome de “rua da pedra”, passará em frente a um estabelecimento de arquitetura alta e imponente, uma porta larga centralizada, várias janelas, e uma capela do lado direito trata-se da Escola Lar São José. Espaço educacional importante para a cidade, pois atende em sua maioria as crianças em condições menos favorecidas. Neste edifício funcionou por mais de quarenta anos o Orphanato São José.

Ao subirmos as escadas, acima da porta de entrada, uma medalha na cor dourada que se encontra a imagem de José a segurar o menino Jesus. Essa imagem representa o símbolo de paternidade, cuidado e proteção de José, homem que assumiu Maria quando estava grávida de Jesus. Do outro lado, em um tamanho menor, o brasão na cor preto e branco com uma cruz centralizada e a inscrição “*Veritas*”. Trata-se do brasão da Ordem Dominicana no Brasil, as cores (preto e branco) representam a diversidade e “*veritas*”(verdade), o lema da ordem “ideal de verdade”<sup>1</sup>. Abaixo do medalhão e brasão a inscrição “Lar São José. Irmãs Dominicanas”. Hoje ao observarmos à entrada do Lar São José a presença da Ordem Dominicana, logo abaixo do nome do estabelecimento, sugeria ser estas as responsáveis pela fundação do orfanato. Porém, somente com a documentação percebemos a importância de um nome, o de José Netto, médico muito conhecido na Cidade de Goiás até os dias atuais. Em seu testamento, José Netto deixou como sua última vontade que seus bens (inúmeros imóveis) fossem usados para a fundação de um asilo para órfãos pobres na Cidade de Goiás.

Ao adentrarmos o estabelecimento, a direita um busto de José Netto. Seguindo, logo à frente, observamos uma estrutura de quatro pavilhões com um jardim centralizado. No alto do prédio, circulando o jardim uma inscrição em destaque “*Todo o que recebe essas meninas em meu nome a mim recebe Jesus*”. A frase faz referência a passagens na Bíblia, especialmente nos livros de Mateus e Lucas em diferentes versículos.

No blog da instituição no campo denominado “pedaços da nossa história” uma mulher escreveu no espaço dos comentários “*quando pequena morei em um orfanato na Cidade de Goiás, teria sido esse?*”. Sua fala me remeteu no início da pesquisa à seguinte reflexão: quantas pessoas como ela desejam saber “um pedaço da sua história”? Quantas tiveram suas

---

<sup>1</sup>Disponível em: <<http://www.csdaraxa.com.br/pastoral-dicas-de-leitura/explicacao-sobre-o-brasao-veritas/>>  
Acesso em: 24 agosto 2017.

vidas inscritas na história dessa instituição que por mais de quatro décadas abrigou meninas de quatro a dezoito anos órfãs de pai ou mãe e, em alguns casos de ambos?

O motivo da escolha do tema da pesquisa se deu no momento em que a professora Dra. Cristina de Cássia – minha orientadora -o sugeriu. Embora estivesse algum tempo pesquisando sobre a temática da saúde em Goiás nos primeiros anos da República me interessei sobre o tema e escrevemos um novo projeto. Fiz uma busca bibliográfica sobre o estabelecimento e nada foi encontrado a respeito do Orphanato São José. Parecia haver um “esquecimento” da presença da instituição, tanto no campo da educação ou na referência sobre a infância órfã em Goiás. Até mesmo quando encontramos pesquisas sobre as Irmãs Dominicanas em Goiás, que por muitos anos dirigiram o estabelecimento, fomos surpreendidos por uma ausência nas referências. Ao utilizar a fala do historiador Peter Burke, “A função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”. Percebemos a necessidade de pesquisar seriamente os rastros deixados por “pedaços da vida” de várias pessoas que desconheciam seu passado. Pois não iremos investigar apenas a história de uma instituição, mas compreender a multiplicidade dela, sobretudo de quem ali viveu. Tornou-se de grande importância inserir na história goiana o papel do orfanato no contexto histórico a qual ele fez parte em paralelo com as discussões nacionais sobre assistência à infância.

Fundado em 1922 o Orphanato São José adquiriu personalidade jurídica em 21 de fevereiro de 1923. Foi registrado no Conselho Nacional de Assistência Social em 1938, mudando de nome em 1970. É isento do imposto de energia elétrica e possui selo de assistência. Hoje, soma-se mais de cem imóveis pertencentes ao seu patrimônio, destes, grande parte, doados pelo médico José Netto. Em 1969, por decreto-federal passou a ser chamado de Lar São José. Apesar da mudança de nome para Lar São José, somente em 1980 a instituição foi ressignificada pedagogicamente, não funcionando mais na forma de internato.

Inicialmente tínhamos como objeto de pesquisa às órfãs internadas no Orphanato São José. Mas os percalços que surgiram nos fizeram repensar o objeto a ser analisado. As dificuldades engendradas se deram a respeito da documentação. Foi negado o acesso aos documentos do orfanato que se encontram no Lar São José. As responsáveis pela instituição alegaram que não tinham interesse em fornecer acesso a documentação para o desenvolvimento da pesquisa e que não sabiam ao menos quais eram, levantando a possibilidade de não existir documentos do orfanato. No entanto alguns documentos do Orphanato São José foram fotografados por outro historiador por volta de 2012 e, em seguida entregues a professora Cristina de Cássia após ele desistir da pesquisa. São os seguintes

documentos: cópia do Testamento do médico José Netto, fotografias das reformas do orfanato, fotografias das órfãs, Estatuto da fundação do orfanato, Atas da Junta Administrativa e o relatório de requalificação do Lar São José.

Após analisar esses documentos, compreendi que não era possível desenvolver uma análise acerca das órfãs, pois esses documentos falavam pouco ou quase nada sobre elas em contraposição sobre a referência ao médico José Netto, sempre citado como fundador do Orphanato São José. Faltava um documento importante, o Regimento Interno das órfãs, pois com ele seria possível estabelecer o cotidiano e a rotina seguida pelas internas. Outro documento importante seria referente à escola primária que funcionava no orfanato para educar as órfãs, nos sugerindo como era ofertada essa educação, quais as disciplinas e como funcionavam, horários, professoras e materiais didáticos. Mas esses documentos não estavam ao alcance da nossa pesquisa, o que nos fez submeter à procura de outras possíveis fontes.

Ao estender nossa pesquisa a busca de outras fontes, localizamos alguns pedidos de subvenção e auxílios encaminhados a Câmara Municipal. Com esses documentos tivemos o contato com a realidade econômica do orfanato e outros assuntos como quantidade de órfãs em alguns anos. A referência nesses documentos ao médico José Netto era constante, sempre lembrado como uma alma generosa que legou todo seu patrimônio para a fundação de um orfanato para órfãs desvalidas. A mesma fala foi localizada nos livros de memórias de goianos contemporâneos a José Netto, fazendo referência a sua importância na medicina, sua carreira política e o orfanato como seu maior legado. A fundação de um orfanato após sua morte era algo incomum, uma especificidade a ser notada no Orphanato São José. Normalmente tais estabelecimentos funcionavam mantidos por uma associação de órfãos ou pela Santa Casa de Misericórdia presente na cidade. Nenhuma dessas instituições existia na Cidade de Goiás até 1921, ano da morte do médico.

No exame de qualificação, a referência a José Netto estava no texto de maneira tímida, no início do primeiro capítulo. Os professores examinadores, Dr. Rildo Bento e Dra. Maria Lemke sugeriram repensar a questão da memória do médico sempre alusiva na documentação. Decidimos dedicar uma investigação mais intensa sobre José Netto na tentativa de entender sua referência em vários documentos e o que motivou deixar em seu testamento, como último desejo, seu patrimônio para a fundação de um orfanato para meninas. Esse deslocamento na pesquisa nos permitiu perceber que a importância do médico se sobressaiu além do papel apenas de fundador do orfanato. Seus critérios estabelecidos no testamento permearam toda a estrutura administrativa e funcional do Orphanato São José. A

relação do seu testamento, o Estatuto de fundação, as Atas e os pedidos de subvenção, foram às fontes que permitiram a mudança do nosso objeto. Nossa pesquisa passou então a analisar o Orphanato São José segundo a intenção do seu fundador José Netto e assim perceber a assistência às órfãs desvalidas. Assim, refletimos como o médico enquanto em vida projetou o orfanato como o lugar de sua memória?

Ao pensar as pesquisas sobre o período, desde a Proclamação da República até meados de 1950, na qual representaram um momento profícuo na abordagem sobre a infância, sobretudo trabalhos voltados para saúde e assistencialismo. Na historiografia goiana, são pouquíssimos estudos que abordaram como objeto de pesquisa a infância, ou seus modelos de assistência. Uma das pesquisas que merecem destaque sobre o tema é a dissertação de mestrado da historiadora Diane Valdez, “Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goianas do século XIX”, defendida no ano 1999. A dissertação de mestrado “*Da dignificação dos filhos de Lázarus: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950*”, da autora Kalyna Ynanhiá Silva de Faria, defendida em 2014, constituiu-se numa importante pesquisa na área da assistência e saúde à infância em Goiás. Apesar dessas duas importantes dissertações de mestrado, grande parte das pesquisas estão localizadas no campo da educação e não da história, deixando essa lacuna no âmbito das pesquisas sociais. Por isso faz-se necessário realizar um levantamento acerca da infância em Goiás, seja ela dada pelos estudos da educação, das instituições assistencialistas, da saúde e das doenças, na literatura e na iconografia. São diversos recortes possíveis que contribuirão para construir uma História da Infância em Goiás, um tema fecundo e pouco explorado.

Delimitamos nosso tema de pesquisa entre 1898 a 1958. O recuo no tempo, para décadas antes da fundação do Orphanato São José se estabeleceu a fim de refletir sobre a atuação de José Netto antes de sua morte na Cidade de Goiás e a sua relação com a assistência à infância. O objetivo geral foi analisar o Orphanato São José segundo a intenção do seu fundador e, por conseguinte estabelecer a representação social de José Netto na Cidade de Goiás, analisar o orfanato enquanto “lugar de memória” do médico e por fim identificar as órfãs que eram internadas no orfanato.

O passado é o objeto estudado e analisado com atenção pelos historiadores, isto é, temos os olhos, as ideias, as reflexões e pensamentos voltados para ele, porém, nunca devemos perder de vista o tempo presente no qual estamos inseridos. Existem no passado algumas incontáveis “ruínas sobre ruínas” como disse BENJAMIN (2008, p. 226), que reclamam para serem revisitadas, reviradas, ressignificadas ou até mesmo revistas em parte ou

pelo todo, em que o historiador ao se apropriar no tempo presente das reminiscências, das ações dos sujeitos históricos de outros tempos no intuito de acordar esses mortos e conhecer suas vidas.

Ao pensarmos a história, a compreensão deste “outro”, o passado, principalmente na atual conjuntura em que vivemos. Estamos ao mesmo tempo, propondo uma tensão segundo KOSELLECK (2006, p. 305-327), no tempo presente entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”. Compreender esta tensão nos faz ao mesmo tempo, compreender este “outro”, o passado e, distanciarmos da ideia de progresso que tende a arrastar a sociedade para o futuro, nos desviando do passado, destruindo ou dispersando com sua força de tempestade, os fragmentos históricos, as fontes e objetos de estudo e pesquisas, testemunhos e lembranças.

Após os cuidados de orientação temporal e conceitual que os historiadores devem ter, explicitados acima pelos autores Benjamin e Koselleck, partimos para a análise das fontes históricas da pesquisa a partir das orientações metodológicas propostas por Cardoso & Vainfas (1997, p. 377), segundo os autores, o documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, para o modo no qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, ou se trate de ideias. Assim, considerar o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma, e não implica reduzir a história a texto, a exemplo dos que fazem os autores estruturalistas e pós-estruturalistas que negam haver história fora do discurso. (Idem, 378).

Ao considerar nesta pesquisa, a relação entre texto e contexto, sem negligenciar a forma do discurso e relacioná-lo ao social. Conforme Cardoso & Vainfas, negar a redutibilidade da história ao texto não significa, por outro lado, admitir que haja uma história independente do texto. A história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele, escrito, iconográfico, gestual, somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar o seu trabalho. (Idem, p. 378)

Portanto, para análise das fontes históricas da presente pesquisa, compreendemos que nem a história se reduz à estrutura do texto, nem tampouco esta deve ser desprezada para uma análise do conteúdo histórico-social dos discursos. O sentido está em toda parte, do mesmo modo que o ideológico e o poder estão, portanto, todo fenômeno social é suscetível de ser lido em relação ao ideológico e em relação ao poder. Todo discurso, dito ou não dito possui seus significados e são demarcados nas relações sociais, políticas e culturais. (Idem, p. 379).

Um dos documentos explorados na pesquisa foi o testamento de José Netto. O testamento original foi escrito de próprio punho pelo médico um ano antes da sua morte e registrado em cartório. Esse documento foi questionado pela comissão de requalificação do Lar São José em 1980, ao afirmar que ele sofreu alterações por parte dos parentes do médico. Segundo o relatório da comissão, os bens doados para a fundação do orfanato em 1922 foram em maior número, ao incluir o mais valoroso bem patrimonial de José Netto, a Fazenda Conceição localizada no município de Mossâmedes. Como tal acusação, não foi resolvida judicialmente, o testamento manteve, obedecendo a sua forma original, usada para inventário após a morte de José Netto, sendo esta a versão utilizada na pesquisa. O inventário, ou o processo de partilha não foi localizado, o que nos indica que foi feito de maneira privada pela família de José Netto. Segundo Júnia Ferreira Furtado, sobre os testamentos e inventários, estes “(...) documentos contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos de vida do morto, bem como da sociedade em que ele viveu. Por isso nas mãos do historiador, eles podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em sua dimensão material e espiritual. (FURTADO, 2009, p.93). Os aspectos relevantes identificados no testamento de José Netto foram os assuntos religiosos, materiais e familiar. Todos eles contribuíram para compreendermos sua intencionalidade na fundação do orfanato.

Outras fontes importantes para nossa pesquisa foram às fotografias da reforma do Orphanato São José e das órfãs da instituição. Para pensar as relações entre fotografia e história segundo a historiadora Ana Maria Mauad (1996) é preciso compreender que “toda imagem é histórica. O marco de sua produção e o momento da sua execução está indefectivelmente decalcado nas superfícies da foto, do quadro, da escultura, da fachada do edifício. O estudo das imagens (...) impõe o estudo da historicidade dessa imagem”. Portanto, para pensar a historicidade da imagem, devemos nos ater nas questões que tange o ofício do historiador.

Além dos documentos específicos do Orphanato São José arrolados acima, localizamos e selecionamos fontes pertinentes ao tema da pesquisa, sendo essas, os jornais, contando mais dez nomes em veiculação. Nos limites deste trabalho utilizaremos os jornais como fonte para a pesquisa, levando em consideração o que nos diz Maria Helena Capelato “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais” (CAPELATO, 1988, p.21). Seu uso deve partir do pressuposto de que a imprensa de um modo geral reflete

acontecimentos cotidianos e a representação social de grupos e assuntos de interesse de quem escreve para quem lê. Por esse motivo deve ser usado com cautela, não tendo como objetivo a comprovação de uma hipótese da pesquisa.

Os documentos oficiais, foram outras fontes utilizadas, são eles: Câmara Municipal de Goiás na figura dos vários pedidos de subvenções, receitas e despesas do município, correspondências do orfanato com os diversos órgãos estaduais e federais. No campo jurídico, inquéritos policiais e processos do Juiz de Menores e Juiz de Órfãos. Sobre números e dados, as Estatísticas do século XX produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estatísticas goianas. Para falarmos sobre educação localizamos nos arquivos regulamentos e no assunto sobre saúde também regulamentos e receitas médicas.

O uso de um amplo leque de documentos se justificou na tentativa de “montar o quebra-cabeça” diante dos rastros encontrados. A metáfora do quebra cabeça se configurou segundo Ginzburg (2011) na figura do historiador ao encontrar os rastros (fontes) sobre o tema de pesquisa e a partir destes indícios, construiria o cenário/contexto histórico pesquisado. Isto é, a narrativa se configura como a trama de teias articuladas que dão sentido e produzem o conhecimento histórico.

Desta forma o documento que deixou o principal rastro a ser seguido foi o Estatuto do Orphanato São José. Divido em seis partes, ele se transformou na espinha dorsal da nossa dissertação; pois, por meio deste construímos nossos três capítulos. A escolha se deu pela apresentação da instituição e como ela se organizou por longos anos, já que o estatuto se manteve intacto sem alteração até a década de 1980. Ele nos forneceu uma visão geral da instituição e outros demais documentos as informações específicas, peças maiores ou menores se encaixavam como um quebra-cabeça.

Diversas perguntas foram feitas durante a pesquisa, sendo três principais que alicerçaram e permearam os três capítulos. Todos esses questionamentos levantados corroboraram para a construção deste texto que compreendeu as diferenças e reconheceu os limites de cada época, buscando estabelecer a instituição –Orphanato São José –enquanto um lugar de assistência à infância pobre em Goiás.

Conforme dissemos acima, as problematizações levantadas constituíram questões presentes e que alicerçaram os três capítulos desta dissertação. A primeira pergunta levou-nos ao capítulo 1, no sentido de aprofundarmos sobre José Netto: quem era e qual seu interesse em fundar um orfanato na Cidade de Goiás, então capital do estado? Observamos que a presença de José Netto na cidade era considerável, encontramos no centro histórico da Cidade de

Goiás, uma rua com seu nome “Dr.Netto” e um conjunto de casas denominado “Vila Dr.Netto”. No cemitério onde foi enterrado, duas lápides formam seu túmulo. Uma atual com as inscrições “Disse-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida, aquele que crê em mim ainda que esteja morto viverá. Saudades de seus familiares e amigos. Eterna gratidão: Irmãs Dominicanas Diocese de Goiás, Educadores e Educandos”. Outra lápide, possivelmente do ano de sua morte com a data de seu nascimento e morte, “Bom amigo e pae dos pobres”.

A referência de pai dos pobres foi a mais recorrente e usada pelos memorialistas, sempre enaltecendo a figura do “médico caridoso”. Para questionar tal preposição, nós apoiamos no conceito de “intelectual cientista” de Micael Herschmann, utilizado pelos autores Roberto Machado e Helena Bomeny. Médicos como José Netto, foram profissionais que apoiados no seu conhecimento científico, buscavam introjetar hábitos e valores na população, almejando promover mudanças sociais, sobretudo no campo da saúde e educação.

No primeiro capítulo “Do Orphanato e seus fins” iniciamos a narrativa expondo a vida e morte do médico José Netto. Figura importante na cidade sempre atrelada as questões não apenas da medicina, mas também da filantropia, por muitos era reconhecido como médico dos pobres. Sua morte produziu um grande significado, a construção de um “asilo para órfãs desvalidas” e é a partir dela que desenhamos o cenário do qual a instituição pesquisada fora construída. Serão discutidas nesse capítulo, as relações sociais, profissionais e políticas de José Netto no final do século XIX e início do século XX na Cidade de Goiás, buscando esclarecer e questionar a imagem de pai dos pobres, incluindo sua atuação no campo da ciência e filantropia. Serão discutidas também questões importantes para fundação do orfanato, a morte de José Netto e seu testamento questionando a proposição construída pelos memorialistas do orfanato como uma das suas maiores obras de caridade.

A segunda questão levantada se deu no sentido de entender a ausência de um estabelecimento para órfãs em Goiás no início do século XX? A fundação do Orphanato São José ocorreu mediante a ação de um homem e mesmo assim, sendo ele considerado pelas autoridades públicas um estabelecimento importante na cidade, não foi incluído nas políticas de assistência à infância. Por esse motivo tornou-se fundamental compreender como eram outros orfanatos no Brasil até a metade do século XX.

Essas questões foram discutidas no segundo capítulo “Da administração”, no qual apresentamos a constituição do Orphanato São José após a morte de José Netto. Apresentaremos em números o patrimônio da instituição e como este era administrado por dois núcleos que o compõe e estão presentes no capítulo 2: a Junta Administrativa e a Direção

interna. Trataremos também dos pedidos de subvenção e auxílios encaminhados ao governo municipal, estadual e federal, buscando compreender sua relação com as três esferas sendo considerado um estabelecimento privado.

A terceira questão se deu, sobre qual o lugar que a infância pobre – seguindo o termo utilizado nos documentos – ocupava na sociedade de Goiás de 1920 a 1950? O motivo de destacar a denominação “infância pobre” se deu por reconhecermos haver uma multiplicidade de definições para infância; ou seja, o uso da categoria no plural de “infâncias”. E acreditamos também que havia diferentes lugares para ela, sendo facilmente encontrado referência sobre a temática na variedade dos documentos averiguados.

Não se tratou apenas em pensar a infância no seu tempo passado foi preciso pensar quais as permanências e rupturas ocorridas que contribuíram para seu significado hoje. Segundo Rizzini e Pilotti:

Instituições foram erguidas para ampará-las; leis foram formuladas para protegê-las; diagnósticos alarmantes demandaram novos métodos para a sua educação ou reeducação; experiências de atendimento foram implementadas, visando debelar o abandono e a criminalidade (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.15)

É importante destacarmos como a infância fora tratada no decorrer dos tempos, onde muitas vezes sua própria história foi confundida com a existência de leis e instituições que por vezes subjugarão o seu papel na sociedade enquanto produtora de conhecimento e cultura. Para isso perguntas foram feitas: a considerar algumas dessas infâncias, a finalidade do orfanato buscava uma interação das meninas com a cidade de modo a inseri-las na sociedade? A instituição acabou enclausurando essas meninas de todos os meios de convivência com sua comunidade, portanto, o orfanato foi considerado um espaço de recolhimento?

O capítulo terceiro, “Das Órfãs Asiladas”, foi dedicado a discutir sobre as diversas infâncias encontradas em Goiás e assim identificar as que eram enviadas para o Orfanato São José. Para isso iremos propor os seguintes debates: explicar o conceito de infância órfã, situação essa das crianças que viviam no orfanato e explicar como eram apresentadas nos diversos documentos. Para identificar a existência de outra infância em Goiás utilizaremos alguns memorialistas, textos literários, inquéritos policiais. A análise das fotografias das órfãs utilizadas nesse capítulo nos permitiu perceber diferentes infâncias dentro do mesmo orfanato. Desta forma, passamos ao capítulo 1.



# Capítulo 1

## Do Orphanato e seus fins

### 1. Considerações iniciais

As mudanças políticas que se deram posteriormente a instauração da República no Brasil afetaram o meio cultural e social em um período que ficou conhecido como Belle Époque<sup>2</sup>, datado de 1898 até 1920. Tais mudanças só foram possíveis graças a um novo grupo em ascensão. O autor Nicolau Sevcenko<sup>3</sup> os denomina de “Homens novos”, segundo o historiador:

Apesar do adesismo imediato e maciço que maculou a pureza da República já nos dias imediatos à Proclamação, serão esses “Homens novos”, vindos à tona com a nova situação, que darão o tom geral à ordem que se criava, marcando o novo sistema de governo com o timbre definitivo do arrivismo sôfrego e incontido. (SEVCENKO, 2003, p.37)

Esses novos homens eram os burgueses de um novo tempo. Tempo esse, ávido por mudanças, que abomina o passado colonial e a cultura popular destruindo qualquer referência que essa traz, almejando e celebrando os modelos da civilização europeia, em específico a francesa. A palavra de ordem proclamada pela elite era civilizar-se.

---

<sup>2</sup> Segundo Azevedo, “expressão francesa empregada para caracterizar um período de tranquilidade social e de supremacia burguesa nas grandes cidades europeias, durante os primeiros anos do século XX. A *Belle Époque* assinala também uma fase de expansão internacional do capitalismo. Devido ao incremento da produção industrial, o Ocidente teve que procurar matéria-prima e novos mercados além de suas fronteiras. Por outro lado, a expansão econômica acompanhada de avanço tecnológico modificou a vida de grande número de pessoas, principalmente nas camadas burguesas francesas, que passaram a dar o tom no estilo de vida. Paris gozava, então, da reputação de ser o centro universal do bem-estar, do conforto e da riqueza. Nos campos, ocorreram também alterações. As habitações continuavam toscas e simples, mas as conquistas quanto à alimentação foram significativas, quer na quantidade, quer na qualidade. Novas ferrovias, serviço militar e ensino obrigatórios, maior incidência dos meios de informações (os jornais se tornaram leitura diária obrigatória), renovação da moda contribuíram para a convicção de que a vida era boa e confortável. Na realidade, sob a opulência e riqueza, o descontentamento social não era pequeno, como pareciam demonstrar as frequentes greves ocorridas”. C.f., AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.61. [Verbetes Belle Époque].

<sup>3</sup> O historiador Nicolau Sevcenko, apresentou as possibilidades de análise da *Belle Époque* na visão dos textos literários de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Seu objetivo foi apontar uma reflexão mais complexa do período que, segundo Sevcenko, o uso dos autores não se limitou apenas a seu material e sua expressividade “(...) mas também uma sondagem mais completa das práticas de edição, das expectativas do público, da atmosfera cultural criada na cidade, dos pontos de encontro, associações de interesse e rivalidades que distinguiam a comunidade dos homens de letras”. C.f.: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.32. Ou seja, a multiplicidade que a fonte, no caso a literatura, proporcionou para a sua pesquisa.

Para o autor Needell<sup>4</sup>, o período da *belle époque* buscou atingir a população por meio de mudanças concretas de acordo com os modernos padrões europeus. A cultura e a sociedade de elite serviriam para manter e promover os interesses e a visão da própria elite e que paradigmas culturais derivados da aristocracia europeia foram adaptados ao meio carioca com esta finalidade. (NEEDELL, 1993, p.11). Ou seja, uma nova organização social e cultural estabelecida por interesses comuns a um grupo – a elite<sup>5</sup> –que precisou de alguma maneira legitimar-se em uma recente conjuntura, o republicanismo.

As principais instituições socioculturais na promoção dos ideais franceses foram: a escola, o teatro e os clubes sociais. Locais públicos que ganham novos significados impostos pela elite. A escola era considerada desde o segundo reinado privilégio das famílias ricas, pelo alto custo que esta representava e até mesmo por pequeno número de estabelecimentos, seguindo os padrões europeus. Os clubes sociais, como lugares de encontros também eram inspirados em modelos de vida europeus; bem como o teatro, espaço marcado pelas óperas e peças artísticas italianas e francesas. Uma cultura europeia que foi adaptada e se entremeou pouco a pouco nos meios culturais e sociais, nos espaços urbanos e na arquitetura, presente nas grandes reformas urbanas - exemplos das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo - e na construção de monumentos que representavam a ideia de progresso, tão defendida pela elite:

Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do Centro ao som do primeiro grito de motim. Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado. (SEVCENKO, 2003, p.41)

O ataque a “cidade insalubre” se dava pelo medo insistente das doenças que silenciava vidas e aterrorizava aqueles que sobreviviam, o retrato do atraso, como as demolições dos cortiços. Na cidade do Rio de Janeiro a destruição dos cortiços e o remodelamento urbano, comandado pelo estado, marcam a inserção dos ideais higienistas, como dispositivo de mudança e promissor caminho para o progresso. Segundo Sidney Chalhoub:

---

<sup>4</sup> O autor Jeffrey D. Needell, teve como objetivo em sua pesquisa analisar o papel da cultura de origem europeia na estrutura social e econômica do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. C.f.: NEEDELL, Jeffrey D.. **Belle Époque Tropical**. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 11.

<sup>5</sup> Segundo Needell, o conceito de elite possui uma “(...) definição mais ampla de poder – poder derivado da riqueza, ocupação e status sociais reconhecido, bem como da posição política e, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos estes fatores (Idem, p. 275) Isto é, reconhecemos como elite na presente pesquisa, grupos sociais com influência econômica, política e cultural.

É possível discernir com clareza o eixo fundamental de toda essa primeira década de discussão sobre os cortiços: era necessário melhorar as condições higiênicas das habitações coletivas existentes. Tratava-se, primordialmente, de uma preocupação com a *qualidade* da habitação popular, de legislar no sentido de obrigar os proprietários a construir residências que zelassem minimamente pela saúde dos moradores –deveria haver coleta regular de lixo, latrinas limpas e em número suficiente, calçamentos, janelas amplas etc. (CHALLOUB, 1996, p.33)

O que inicialmente foi apenas uma preocupação em regular as habitações coletivas, muda nos anos seguintes em consequência das medidas de combate e destruição desses espaços e a retirada dos seus moradores sob força policial. Não era apenas a questão de habitações que não exibiam o mínimo adequado para morar segundo o higienismo, mas o que esses espaços representavam como local de propagação de doenças. A ausência de medidas higiênicas eficazes e o combate às epidemias fez crescer discursos que ressaltavam os problemas higiênicos da cidade e ao estado permanente de doenças que se conviviam:

O século XIX assinala para o Brasil o início de um processo de transformação política e econômica que atinge igualmente o âmbito da medicina, inaugurando duas de suas características, que não só tem vigorado até o presente, como se têm intensificado cada vez mais: a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médica, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado. (MACHADO *et al*, 1978, p.155)

Não apenas a medicina, mas outros campos de conhecimento como a engenharia se apoiaram no Higienismo como ideologia. Um conjunto de convicções a serem seguidas, que para Chalhoub (1996, p.35), “(...) iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes e emprestar suporte ideológico para a ação “saneadora” dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública (...)”.

Aproveitando-se desse momento de transformação, o médico vê a si mesmo, apoiado no conhecimento científico, como o único a salvar a população do mal que a impede de conquistar o progresso e a civilização. De posse desta reflexão, o médico não se limita em estar apenas presente em sua atmosfera, ele buscou ir além e cada vez mais adentrou o campo da política, tomando lugares e posições que permitiram a inserção dos seus ideais. Ele foi intendente, secretário, inspetor, deputado ou senador. O objetivo, “Controlar as populações, tornando-os produtivos”. (MACHADO *et al*, 1978, p.156). Uma incorporação do capitalismo aos moldes ocidental. Processo sinuoso, marcado por conflitos e ressignificação do ideário da higiene em diferentes momentos da História do Brasil. O diagnóstico do atraso constatado

ainda no século XIX ganhou força nos discursos políticos ávidos pela “civilização” aos moldes europeus:

O movimento pela reforma da saúde pode ter seus impactos avaliados na reorganização dos seus serviços sanitários federais que se ampliaram e se racionalizaram consideravelmente ao longo dos anos de 1920, deixando um legado institucional que foi pouco alterado nas duas décadas seguintes. Além disso, este movimento reivindicou para os médicos um papel relevante na gestão da saúde pública (MAIO & SANTOS, 1996, p.20)

As díspares interpretações desse momento e suas transformações em diferentes circunstâncias podem ser observadas também no estado de Goiás. Embora pouco notada pelos pesquisadores, o tema encontra terreno fértil nas diferentes fontes existentes. A historiografia goiana<sup>6</sup> abordou o período valorizando a consolidação de importantes famílias goianas, denominada por essa corrente historiográfica de oligarquias. Além de contribuir para a formulação da tese do isolamento e atraso.

Vários são os aspectos que podem ser apresentados para contribuir com uma nova análise sobre o período da *Belle Époque* na Cidade de Goiás, desprendido da abordagem política/econômica trabalhada exaustivamente por diversos autores. Os jornais, os memorialistas<sup>7</sup> são tratados como possibilidades para percebermos a instauração dos valores da *Belle Époque* em terras goianas.

Armênia Souza, relata em “O romance de Elisa”<sup>8</sup> sobre a incorporação de hábitos e produtos franceses na antiga capital:

---

<sup>6</sup>São elas: C.f., BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás: modernização e crise (1920 – 1960)**. 1994. Tese (Doutoramento). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994. BORGES, Barsanulfo Gomides. **O despertar dos dormentes**. Goiânia. Ed. UFG, 1990. CAMPOS, Francisco Itami. **O Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1982. CAMPOS, Francisco Itami. **Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930 – 1960)**. 1985. Tese (Doutoramento) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985. CHAUL, NasrFayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. 2ª ed.. Goiânia. Ed. UFG, 2001. CHAUL, NasrFayad (coord.) **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**. Goiânia: Ed. Kelps, 1998. CHAUL, NasrFayad. **Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade**. 3ª ed.. Goiânia: Ed. UFG, 2010. FREITAS, Lena Castello Branco de (Org.) **Saúde e Doenças em Goiás. A medicina possível: uma contribuição para a história da Medicina em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1999. MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia: Ed. UFG, 1990. PALACÍN, Luís. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976. SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 1930 em Goiás**. 2ª ed.. Goiânia: Cãnone Editorial, 2005.

<sup>7</sup> Aqui serão chamados de memorialistas, textos e livros de mulheres e homens contemporâneos ao recorte cronológico da pesquisa. Eles nos oferecem aspectos do cotidiano tão importante, mas que por vezes são ignorados pelos pesquisadores.

<sup>8</sup> O Romance de Elisa, obra que articula ficção e realidade, segundo Maria Augusta Calado “Apresenta-se como uma janela aberta para o passado, uma rememoração de traços culturais que moldaram os costumes rígidos e determinantes do comportamento de uma época, de uma região”. (CALADO, 1991, prefácio)

As crianças adoravam esperar o acendedor de lampiões, porque naquele horário, surgia também a carrocinha de pão doce, que era feito à tarde e vendido ainda quentinho. A carrocinha era puxada a burro e o vendedor fazia-se anunciar por uma sineta, que alvoroçava toda a criançada. Ficavam saltando em torno dele e não arredavam o pé, até que os pais lhe comprassem o seu pão doce. Iam então saborear aquela delícia, com manteiga “Demagny”, importada da França, como muitos dos produtos alimentícios e até de uso doméstico daquele tempo. Tesouras, facas e outros objetos eram da marca “VitryFrères”. Transações eram feitas com libras esterlinas (SOUZA, 1991, p.5)

É interessante apontar nesse relato que embora os produtos importados compusessem a cena comum do pãozinho tão apreciado pelas crianças no entardecer, este ainda era transportado em carrocinha, vendido ao som da sineta pelas ruas de Goiás. Tal fato denota uma especificidade peculiar, a simplicidade do comer ganhou um toque refinado, o pãozinho era transportado na carroça enquanto a manteiga, importada da França.

A autora conta que no ano de 1920 chegou à cidade o primeiro automóvel, quase vinte anos após o primeiro carro à combustão no Brasil, “durante aquele ano, chegara também ali o primeiro automóvel. Aos poucos, começaram a chegar outros carros, pois com a estrada construída, o caminho estava agora aberto ao progresso” (SOUZA, 1991, p.19). Ondina Albernaz ressaltou que “o primeiro automóvel chegou à cidade de Goiás em 1920, sem nenhuma rodovia, exigindo do pioneiro José Brom, um esforço inenarrável” (ALBERNAZ, 1992, p.43). No caso do automóvel, o primeiro veículo pareceu ser o responsável por abrir o caminho do progresso, já que não existia uma rodovia para a capital de Goiás que possibilitasse algum carro de transitar. Ainda segundo Ondina Albernaz, no final do século XIX a água consumida na Cidade de Goiás, era buscada nos chafarizes da cidade. Já a iluminação pública, antes alimentada por velas e lampiões a querosene, passou a ser fornecida por dois investidores portugueses em sociedade com uma firma de Uberaba, instalada em 1919. Aos poucos a cidade ganhou aspectos de urbanidade sinônimos do caminho para o progresso e a civilidade, segundo o que as elites no poder discursavam.

No âmbito cultural, por volta de 1921, segundo Albernaz:

(...) construíram o cinema Luso-Brasileiro, que exibia filmes italianos. O cinema era dotado de sala de recepção e um grande salão com ventiladores. Os assentos eram cadeiras de palhinha. Durante o desenrolar do espetáculo cinematográfico havia fundo musical ao vivo, apresentado por uma orquestra formada por instrumentos de cordas e sopro. A pianista era a professora Maria Angélica Costa Brandão (Dona Nanhá), criadora e organizadora da orquestra.(ALBERNAZ, 1992, p.32)

Segundo a descrição da autora, a estrutura da sala de cinema em Goiás, seguia o mesmo padrão de outras como em São Paulo ou Rio de Janeiro, com cadeiras e não as

conhecidas poltronas, musicado por orquestra emocionando a plateia. Mas antes de possuir estrutura própria o cinema em Goiás, funcionou no Cine Teatro São Joaquim, como ressalta Albernaz:

Nos idos de 1908 conseguiu trazer motores, alternadores e muitas máquinas necessárias à instalação do cinema, no qual eram apresentados principalmente filmes dinamarqueses e noruegueses. Sem prédio próprio, o cinema funcionava no Teatro São Joaquim, em cujo local, algumas vezes por ano, um grupo de artistas amadores levava ao palco peças dos nossos grandes teatrólogos. A sessão tinha início às dezenove horas. A tela era molhada antes do desenrolar do filme, sendo este composto de três a cinco partes, havendo entre estas um intervalo de oito a dez minutos. Durante tais intervalos as luzes se acendiam, as pessoas faziam comentários a respeito do filme e deles também se beneficiavam os fumantes. O fundo musical era fornecido pela orquestra da Polícia Militar de Goiás ali presente. Nos dias de sessões cinematográficas saía às ruas o corneteiro com o fom-fom, como era chamado, carregando um quadro-negro no qual se achava escrito o nome do filme e a hora da apresentação. Algumas vezes por ano apareciam circos e carrosséis, que traziam alegrias aquele povo empobrecido e triste que preferia o circo ao cinema (ALBERNAZ, 1992, p.22)

Conforme detalhou a autora, era predominante a exibição de filmes europeus projetados ao ar livre, comum à época quando não havia sala própria. Ao final, Ondina Albernaz relatou algo interessante, a preferência do povo pelo circo. Povo esse ao qual ela chamou de empobrecido e triste. Certos hábitos, como o gosto pelo cinema, estão ligados a um gosto mais refinado daqueles que se interessavam pela cultura europeia retratada nos filmes. O povo tão fatigado por sua realidade, muitas vezes dura, preferia aquilo que o aproximava do seu cotidiano e que o acalentava, os risos e a alegria das apresentações circenses.

Em diferentes momentos percebemos a importância de algumas pessoas para a inserção de valores culturais e para o desenvolvimento urbano em Goiás. Domingues Gomes de Almeida, o progressista que trouxe o cinema para Goiás, José Brom pioneiro na construção de rodovias para os automóveis recém-chegados na cidade, os portugueses Joaquim e Luiz Guedes de Amorim os primeiros a fornecerem junto a sua firma, a energia elétrica na capital. Além desses “empreendedores” destacaremos a importância dos médicos nesse período, compondo o que denominamos nessa pesquisa de elite goiana. Segundo Sônia Magalhães:

Como representantes da elite intelectual local, eram solicitados em diversas ocasiões para esclarecer assuntos variados que suplantavam algumas vezes o campo específico do seu saber e da sua especialidade. Em Goiás, Foggia, Theodoro Rodrigues e Francisco Azeredo exerceram inúmeras funções, seja para garantir o seu sustento, uma vez que o salário do médico era baixo, seja porque possuíam reconhecimento intelectual e profissional junto à sociedade. Mesmo no interior do Brasil, o médico ampliava gradativamente o seu espaço de atuação, empenhando-se

na tarefa de ordenar aquilo que era visto como desordem, transformando a cidade num espaço considerado civilizado. As reformas do edifício do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e a construção do cemitério público da cidade, atendendo os preceitos das estratégias sanitárias, foram coordenadas pelos médicos locais. (MAGALHÃES, 2004, p. 209)

Como colocado anteriormente, os médicos assumem para si o papel de moldar a sociedade, inserindo hábitos mais saudáveis, diminuindo a incidência das doenças e assim o desenvolvimento e progresso do Brasil, tão sonhado pelos republicanistas. Assumir diversas funções é algo quase comum para os médicos desse período. Seus nomes são encontrados ocupando diversos espaços que não se restringe a medicina. Estão sempre ligados a sinônimos de bondade, caridade e inteligência, tal prática também foi influenciada pela *Belle Époque*<sup>9</sup>.

Ao analisarmos os documentos de fundação do Orphanato São José observamos uma persistente referência a um nome, o médico José Netto de Campos Carneiro.<sup>10</sup> Sujeito de relevante importância para Goiás em fins do século XIX e início do XX, foi por meio de sua última vontade – fundar na capital um asilo para órfãs desvalidas – que foi possível a criação do Orphanato São José<sup>11</sup>. Este asilo desejado pelo médico funcionaria em sua residência e seria mantido por renda de alugueis dos inúmeros imóveis por ele deixado. Tal constatação nos provocou uma dúvida. O que o motivou deixar grande parte da sua herança para abrigar meninas desvalidas?

Não havia em meados de 1920 orfanatos ou asilos na capital, ou em outra localidade do estado de Goiás, que atendesse especificamente às órfãs desvalidas. Elas eram frequentemente enviadas pelo Juiz de órfãos para o Asilo São Vicente de Paulo<sup>12</sup>, que apesar de não ser um estabelecimento para esse fim, atendia como única opção a essas e outras

---

<sup>9</sup> Tal influência dos médicos sanitaristas nas práticas de melhorias urbanas teve grande impulso durante a *Belle Époque*, como, por exemplo, as reformas urbanas na capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, ocorridas no início do século XX. Também veremos mais adiante, a influência de José Netto em algumas melhorias urbanas na Cidade de Goiás. C.f., BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

<sup>10</sup> Mais sobre o tema ver o artigo: MORAES, Cristina de Cássia Pereira de; COSTA, Lara Alexandra Tavares da; Souza, Rildo Bento. **Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás (Séculos XVIII ao XX)**. Revista História: Questões & Debates, Curitiba, vol. 65, n. 1, p. 23-53, jan./jun. 2017. **Dossiê História e Assistência**, organizado por SOUZA, Christiane Maria Cruz de; ALVES, Ismael Gonçalves. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/53883>> Acesso em: 14 de jun 2017.

<sup>11</sup> O termo inscrito no testamento do médico José Netto é “Asylo”, embora o estabelecimento fosse fundado com o nome escolhido de Orphanato de São José. A palavra asilo era amplamente utilizada no século XIX para referir-se a instituições que acolhiam pobres, crianças, idosos e pessoas com problemas mentais e orfanato designava local específico no atendimento de órfãos. Por isso o termo a ser utilizado no trabalho será orfanato e não asilo. (Souza, 2014, p.86).

<sup>12</sup> Segundo Souza (2014, p.15) “Construído por iniciativa da Sociedade São Vicente de Paulo, no dia 25 de Julho de 1909, o Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás, visava abrigar os pobres e os indigentes que se amontoavam nas praças, becos e vielas da antiga capital de Goiás”.

crianças necessitadas. Doentes ou abandonadas, meninos e meninas que sem o amparo do estado vagavam sem destino pelas ruas da cidade.

Facilmente mencionado pelos memorialistas como um médico que atendia a todos sem distinção, ser reconhecido enquanto homem caridoso não esclareceu nossa dúvida sobre sua intenção com a fundação do asilo para órfãs desvalidas. Foi necessário ir além do que os memorialistas apresentavam. Para tanto, a leitura de outros documentos nos proporcionou uma segunda interpretação acerca de José Netto de Campos Carneiro: o de intelectual cientista. E partindo dessa interpretação construímos outra possibilidade que buscou responder a questão levantada. Era preciso pensar outras narrativas sobre o médico.

Não encontramos obra biográfica sobre José Netto, mas sim, rastros de sua atuação na capital goiana, documentos que constroem insistentemente a representação de um homem caridoso, mas que por meio de novas perguntas, as quais, contribuíram para uma nova análise. Rápidas referências escritas por memorialistas que viveram no seu tempo, reportagens posteriores a sua morte e seus próprios escritos (textos médicos, relatório, seu testamento) narraram sua trajetória e deixavam indícios importantes para alcançar uma possível resposta ao nosso questionamento.

Sua morte estabeleceu uma importante mudança no quadro da assistência à infância em Goiás, contribuindo para ações higienistas introjetadas no período do recolhimento e instrução da infância pobre. Nossa hipótese é que o orfanato não atendeu apenas a uma necessidade e urgência da época, mas tornou-se também lugar de memória do médico, planejado intencionalmente por ele mesmo, motivado por uma suposta vaidade, o medo de ser esquecido e da manutenção das suas convicções enquanto médico.

Neste primeiro capítulo irei analisar a fundação do estabelecimento Orphanato São José e sua relação com seu idealizador José Netto de Campos Carneiro, sendo necessário perceber sua atuação enquanto médico na capital goiana, sua morte e seus desdobramentos. O objetivo do primeiro capítulo alicerçou-se sobre a hipótese de apresentar o orfanato como lugar de memória do médico José Netto. A Instituição foi pretendida por ele em vida, mas fundada e mantida por aqueles envolvidos diretamente no processo, segundo seu desejo, a Igreja Católica. Ao apresentar José Netto e suas diferentes facetas, estaremos desconstruindo a proposição de que o orfanato foi seu último ato de caridade.

No primeiro tópico do capítulo 1, “Um intelectual cientista no sertão goiano”, mostrarei a construção feita pelos memorialistas como “pai dos pobres”; a construção de si, feita pelo próprio médico, José Netto; o cientista e filantropo a partir da nossa análise. Em

seguida trataremos da sua morte e seu significado para a fundação do Orphanato São José, última parte do nosso desenvolvimento. Todas as construções propostas se encontram no conceito de intelectual cientista<sup>13</sup>.

## 2. José Netto: um intelectual cientista no sertão goiano

### “O pai dos pobres”

*“Até hoje ainda vive, intensa, na alma goiana, a lembrança do  
anjo de caridade que foi Dr.Netto”*

*(Ofélia Sócrates, Goiás Coração do Brasil)*

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2016, na Cidade de Goiás, algumas crianças carregando flores se dirigem ao cemitério municipal da cidade. Estão uniformizadas e acompanhadas de alguns adultos. Elas prestavam homenagens ao médico José Netto Campos Carneiro, falecido na mesma cidade no dia 25 de novembro de 1921, também conhecido por elas como o fundador do Orphanato São José, hoje conhecido como “Lar São José”<sup>14</sup>. Ao longo do ano em meio às datas que comemoram a existência da instituição, homenagens são feitas em lembrança do seu fundador, cartas são escritas pelas crianças para agradecer seu gesto de amor e generosidade.

José Netto de Campos Carneiro nasceu em 23 de fevereiro de 1855, filho legítimo do Major João Netto Cerqueira Leão e Maria Francisca Cerqueira Leão importantes nomes na região da cidade de Catalão. Possuíam também propriedades próximas a cidade de

---

<sup>13</sup>Segundo a autora Bomenyapud Herschamann (2015, p.33), compreendemos como *intelectuais cientistas*, um agente social que tem, na autoridade de especialista, licença concedida por eles próprios, como especialistas, e reconhecida por outros, para intervir em questões sociais que extrapolam seus campos específicos de produção e atuação. A autoridade do discurso médico ultrapassa o limite do atendimento clínico, e o faz pela contingência de ter-se ungido à categoria de *discurso competente*, ou seja, aquele ao qual se curvam os que não estão autorizados a contestar, aqueles a quem não é concedido o direito de refutar. Em verdade, “esse novo intelectual” sugere que sua atuação seja similar a de um “megaespecialista”, ou melhor, que se faça do conhecimento “prático ponto de partida para um diálogo com outras áreas do conhecimento de modo que todas essas áreas possam juntas viabilizar o progresso da “nação””.

<sup>14</sup> Em 22 de novembro de 1922 foi fundado na Cidade de Goiás, a pedido no testamento do médico José Netto de Campos Carneiro o Orphanato São José. A instituição funcionou por quarenta e sete anos como orfanato acolhendo meninas desvalidas provenientes de diversas localidades do estado de Goiás. No dia três de outubro de 1969 passou a ser chamado de Lar São José, atendendo a possível decreto federal, nome ao qual segue até os dias de hoje. Na dissertação somente o período Orfanato será abordado, isto é, (1922 a 1969). ‘Diário da Justiça, ano 20, nº 5.791, 10/11/1969’. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Mossâmedes e na capital do estado. O primogênito dos filhos, José Netto iniciou seus estudos em Catalão, na Cidade de Goiás frequentou o curso de humanidades no Seminário Diocesano. Decidindo qual profissão seguir, escolheu a medicina ingressando na Faculdade da Bahia no ano de 1876. Ao concluir o curso viajou para a França para se especializar. Um ano depois retornou à Cidade de Goiás onde residiu e exerceu sua profissão. Escolheu nunca casar ou ter filhos, apesar de ser constantemente admirado pelas moças da cidade, segundo nos conta os memorialistas.

Era vulgarmente chamado pela população vilaboense de Dr. Netto, reforçando seu papel social, o de médico. Maria Augusta relatou a ausência de médicos em Goiás no início do século XX e a importância de José Netto nesse período:

Nesses anos do século XIX para os primeiros do século seguinte, as mudanças na conjuntura da saúde pública foram pouco consideráveis. Nessa virada de século, Goiás ainda contava com o Dr.Netto residindo na capital, e com o Dr.Brandão, em Pirenópolis. Contava ainda, quase sempre, com o médico do Exército, que auxiliava na capital. Em caso de transferência, e com a demora do substituto, o Dr.Netto ficava sobrecarregado. (MORAES, 2012, p.119)

Na ausência de outros médicos, José Netto assumia toda a demanda no cuidado da população na Cidade de Goiás e demais regiões próximas, acentuando sua relação e importância social. Estando a sociedade, a seu quase único cuidado, ou seja, necessitando do seu conhecimento, engrandece seus feitos e admira seu empenho, estreitando assim os laços estabelecidos entre médico e paciente. Moraes, afirma que:

A importância social do médico superava a do intendente, do promotor, do juiz. Quando uma família ia receber uma visita médica, a casa era asseada, embelezada; quitandas e doces eram feitos; a vizinhança cooperava e participava daquele momento. O médico que trabalhava no interior de Goiás tornava-se parteiro, psicólogo, enfermeiro, conselheiro espiritual, às vezes, farmacêutico. (MORAES, 2012, p.120)

Era importante estabelecer uma boa relação com os médicos que exerciam profissão na cidade, pois um desentendimento poderia significar ficar a mercê em caso de doenças. Em diferentes passagens de memorialistas é fácil encontrar como se davam as visitas médicas e a relação com os médicos em Goiás no início do século XX. Ondina Albernaz nos contou sobre o papel do único hospital da cidade, o Hospital São Pedro de Alcântara e o atendimento médico nele existente:

O hospital só atendia carentes e indigentes, sendo o único da cidade e talvez do Estado. Em outros casos, quando um doente carecia de cuidados médico, um facultativo era chamado à casa do paciente, onde fazia os exames preliminares, receitava e prescrevia os cuidados necessários. Em casos graves o doente era visitado várias vezes durante o dia e também à noite, se as circunstâncias assim o exigissem. (ALBERNAZ, 1992, p.19)

As idas ao hospital nesse período eram raras, o que se estabeleceu foi uma relação próxima com os médicos diante de sua dedicação e visitas domiciliares. Ressaltamos que no Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, tratava-se por caridade a população pobre e desvalida, outros tratamentos eram pagos, como dos militares. O tratamento em domicílio erasamente para pessoas abastadas, porém, o médico José Netto tratava e acompanhava os desvalidos nas suas residências, por isso, a designação “pai dos pobres”. Nesse período em cidades como Goiás, onde a carência de profissionais da saúde era grande, ser médico significava ter prestígio pela função assumida, mas, todavia, configurava ser responsável pelos cuidados de toda população. Cuidados que estendiam a diferentes situações, pois não havia naquele período, uma divisão por especialidade médica. No caso das mulheres cabiam as parteiras os cuidados com as gestantes que eram também assistidas em casa. Segundo Ondina Albernaz, “em casos difíceis e complicados chamava-se o doutor Netto” (ALBERNAZ, 1992, p.20). Segunda a autora, o médico no caso de parto só era chamado em casos difíceis, que não estavam ao alcance do conhecimento das parteiras. José Netto segundo ressaltou Albernaz, simbolizava o expoente da medicina em Goiás no início do século XX.

Tamanha foi à relevância de José Netto, a memorialista Albernaz afirmou que seu aniversário era o acontecimento social mais importante na cidade. Notamos uma admiração e sujeição relevante da sociedade nos relatos sobre a comemoração do seu aniversário, momento esse transformado em evento municipal. A escritora Ondina Albernaz, narrou esse episódio em seu livro ‘Reminiscência’, sobre as comemorações do aniversário do médico tão querido pela população vilaboense:

O povo, agradecido, naquela data prestava-lhe homenagens e oferecia-lhe presentes. Bandejas e mais bandejas com doces, compoteiras cheias, bolos, cremes, pudins, etc. Também lhe eram ofertados alfinetes de ouro para gravata, abotoaduras, relógios suíços, termômetros em caixa de ouro, bengalas e guarda-chuvas com castão de ouro, cortes de casimira inglesa, etc. A alvorada às cinco horas da manhã era homenagem da classe operária; às nove horas rapazes e moças se juntavam para a homenagem da juventude, e assim de homenagem em homenagem ia-se o dia todo. À noite realizava-se um grande baile na residência do aniversariante, onde se dançava a quadrilha e o lanceiro, com duas bandas de músicas se revezando na tarefa de animar a festa. A alegria era recíproca entre homenageado e homenageadores. Na rua, em frente à casa do aniversariante, as pessoas que por algum motivo não puderam ou não quiseram adentrar-se acotovelavam-se na busca de melhor ângulo para sua observação do que se passava na festa, formando um

grupo que naquela época denominava-se “o sereno do baile” (ALBERNAZ, 1992, p.21 - 22)

Todos da cidade independente do seu grupo social, não deixavam de prestar seus tributos, do agrado da comida daqueles menos abastados aos caros presentes de famílias tradicionais que consagravam o médico tão estimado. Seu aniversário foi para a cidade motivo de festejos que iniciavam com quadrilha e terminava com o tão esperado baile no cair da noite, configurando-se assim parte importante dos eventos sociais daquele período. Um grande festejo preparado pelas pessoas que durante todo ano necessitavam do atendimento do médico e que em forma de agradecimento, transformavam seu aniversário em momento público de grande alegria. Não localizamos até quando esses festejos e comemorações ocorreram como importante evento na cidade. O que temos conhecimento é que, com o agravamento da saúde de José Netto, este buscou tratamento na Europa, passando um período afastado das terras goianas.

Em reportagem veiculada em maio de 1956, no jornal “O Universitário”<sup>15</sup>, quase trinta anos depois de sua morte, o aluno da terceira série de farmácia, José Paulo Batista, o intitulava como “Goiano Ilustre”. O texto faz uma breve biografia do médico e acrescenta “Com o coração sempre voltado para os humildes”. É interessante observarmos que mesmo após sua morte, José Netto é lembrado por sua dedicação à medicina e aos mais pobres, enquadrado no rol de goianos ilustres.

O título de goiano ilustre também foi homenagem feita ao médico pela escritora Ofélia Sócrates em seu livro “Goiaz coração do Brazil”:

Era adorado geralmente, apesar de seus modos um tanto bruscos, que, no entanto, não encobriam a bondade excessiva de seu coração. (...) Todos os anos, por ocasião de seu aniversário, recebia manifestações de todas as classes sociais, sendo tradicionais os bailes do dia 27 de fevereiro. Gostava imensamente de flores, trazendo sempre uma à lapela. Foi Dr. Neto um grande apóstolo da caridade e amor ao próximo.(MONTEIRO, 1983, p. 186 – 187)

A escritora Ofélia Sócrates informou sobre sua forte personalidade, característica apontada por outros escritores. Rosarita Fleury, afirmou que “Dr.José Netto foi um abnegado médico goiano, de temperamento áspero, por sua franqueza muitas vezes rude, mas solidário” (TEIXEIRA, 2014, p.43).A mesma memorialista narrou episódio em que o médico chamou atenção de seu pai “Dr.Netto, médico muito conceituado na cidade, por sua franqueza muitas

---

<sup>15</sup> Jornal ‘O Universitário’, maio de 1955, nº 27, ano 8. Goiânia. Documentos avulsos. Arquivo: Fundação Frei Simão Dorvi, Cidade de Goiás, doravante AFFSD.

vezes rude, chamou-o de louco e irresponsável quando, certa vez, o encontrou no local administrando a obra”. Observe que a descrição feita por Rosarita Fleury se diferencia das demais, isto ocorre quando a autora não faz referência a adjetivos como “médico caridoso” ou de “enorme coração”, recorrente entre os memorialistas. Tais descrições indicam que José Netto era de uma personalidade singular, mas que sua dedicação nos serviços médicos a quem precisasse sobressaía a imagem de homem austero. Apesar de encontrarmos referências constantes sobre sua dedicação aos mais pobres, entendida como bondade de sua parte, conhecer sua outra faceta nos proporciona uma nova interpretação da sua pessoa e imagem, que está para além de médico caridoso.

Ser um dos poucos médicos da Cidade de Goiás colocou José Netto em uma posição de prestígio. Embora não se tratava apenas de assumir um papel – o de médico –, mas de estar constantemente ligado as questões públicas da população local, elevando assim sua relação com a sociedade. Refletindo sobre sua trajetória e da sua atuação não apenas no exercício do seu ofício, notamos que o médico exercia uma importante influência sobre a população da cidade. Sua posição social, todavia, poderia contribuir para estabelecer comportamentos e mudanças na sociedade.

## O cientista

José Netto concluiu graduação na Faculdade de Medicina da Bahia. Defendeu sua tese de doutoramento sobre o ‘Mal de Bright’<sup>16</sup>, pesquisa publicada em Paris em 1885<sup>17</sup>. Consultava diariamente no Hospital São Pedro de Alcântara das 9:00 às 10:00 e na sua residência das 14:00 as 16:00<sup>18</sup>. Sua segunda pesquisa ‘Das febres em Goyaz’ publicada em Porto no ano de 1897 mais de uma década após sua graduação em medicina retrata a doença

---

<sup>16</sup> A hipertensão maligna é uma complicação grave da hipertensão arterial, caracterizada por elevação importante e aguda da pressão arterial, insuficiência renal rapidamente progressiva, retinopatia com exsudatos, hemorragias e papiledema, culminando com a morte do paciente em poucos meses se não tratada adequadamente. Foi descrita em 1914 por Volhard e Fahr, que reportaram os achados anatomopatológicos renais presentes nessa patologia, como a endarterite obliterante e a necrose fibrinóide de arteríolas renais. A relação entre hipertensão e doença renal foi sugerida pela primeira vez por Bright, em 1836, antes de ser conhecida a pressão arterial do homem, ao descrever a cardiopatia de pacientes portadores de nefropatiagrave. A partir desse estudo, diferentes autores demonstraram a provável origem vascular da doença de Bright e, em 1911, surgiu o termo hipertensão essencial. (Rev. Bras. Hipertens. vol.8(2):abril/junho de 2001. BORTOLLO, Luiz Aparecido. **Hipertensão maligna, doença de Bright e como surgiu o conceito de hipertensão arterial essencial**. Disponível em: <<http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/8-2/hipertensao.pdf>> Acesso em: 23 jan2017.

<sup>17</sup> Não foi possível no período em que esta pesquisa se realizou, ter acesso a tese de doutoramento de José Netto de Campos Carneiro, pois a mesma não foi localizada nos arquivos de Goiás.

<sup>18</sup> Informação retirada na seção de anúncios do Jornal de ‘Goyaz’, número 292, 8 de setembro de 1921. Documentos Avulsos. AFFSD, Cidade de Goiás.

do impaludismo<sup>19</sup> no sertão goiano. Seu interesse para a pesquisa parte de sua prática médica antes e depois de sua formação, o impaludismo como ficou conhecido, foi considerada uma endemia no estado de Goiás devido à alta ocorrência e mortalidade.<sup>20</sup>

No período que escreveu ‘Das febres em Goyaz’, José Netto era médico no Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e do Corpo Policial do Estado de Goiás. Na epígrafe inicial escreveu entre parenteses “Querer é poder”, e na dedicatória dirigida aos amigos escrita em Paris diz “O desejo de contribuir á medida de minhas fracas forças para vulgarizar em Goyzaos meios de combater as <<febres>> (...). Aceitai-os, pois, mais como uma prova, exígua sim, porém sincera, de saudosa lembrança do que como objecto de utilidade” (CARNEIRO, 1897, dedicatória). Não sendo casado, ou tendo filhos, a dedicatória feita aos amigos de forma diversa e não especificamente a um nome, estabelece uma incógnita sobre a quem o médico presenteia com a publicação. Devido a sua posição social, supomos que José Netto mantinha relações de amizade com pessoas que compunham seu lugar de fala, a elite goiana. Quando expressou que seu trabalho ‘Das febres em Goyaz’ é um esforço ao combate da doença no estado, mas que este não deveria ser considerado um objeto e sim uma “saudosa

---

<sup>19</sup> A malária ou impaludismo é uma doença infecciosa, não contagiosa e de evolução crônica, com manifestações episódicas de caráter agudo. Provavelmente é a doença parasitária mais antiga, conhecida na Antiguidade como febre intermitente. Devido ao seu caráter endêmico, foi responsável por tantas mortes quanto foram às próprias guerras em vários períodos da história. Existem quatro formas de malária humana, identificadas através de exames de laboratório, conforme os seguintes agentes infecciosos encontrados no sangue do paciente: Plasmodiumfalciparum, causador da forma mais grave da doença, Plasmodiumvivax, Plasmodiummalariae e Plasmodium ovale. Estes três últimos normalmente não provocam morte. Os sintomas da malária na sua forma aguda em geral no indivíduo não imune são: calafrios fortes, acompanhados de dor de cabeça, náusea e sudorese profunda. Estes sintomas se repetem em ciclos diários, em dias alternados ou a cada três dias e podem durar de uma semana a um mês ou mais. As recaídas podem acontecer a intervalos regulares no caso do P. vivax, podendo persistir por até 50 anos no caso do plasmódio malariae. Cf.: BENENSON, A. S. **El control de las enfermedades transmisiblesenel hombre**. 14 ed. Washington: Ed. OrganizaciónPanamericana de laSalud, 1987. (Publicación Científica; 507); SCHREIBER, W. & MATHYS, F. K. **Infectio**. São Paulo: Roche, 1991. VERONESI, Ricardo. **Doenças infecciosas e parasitárias**. 8ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

<sup>20</sup>Sobre as doenças em Goiás, ver os seguintes livros, dissertações e teses: MORAES, Cristina de Cássia Pereira de. **As estratégias de purificação dos espaços na capital da província de Goiás (1835-1843)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Saúde e doenças em Goiás**. A medicina possível. Goiânia: Editora UFG, 1999. SILVA, Leicy Francisca da. **Saúde pública e medicina popular em Goiás (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. **A “Influenza hespanhola” de 1918/1919 na Cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. SILVA, Leicy Francisca da. **Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da Lepra em Goiás**. Tese (Doutorado em História Cultural) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. AGE, Mônica de Paula Pereira da Silva. **O Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz (1746 – 1827)**. Doutorado (Tese de Doutorado em História Cultural) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Males do Sertão**. Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Goiânia: Cãnone editorial, 2014.

lembrança” aos amigos, o médico expõe além da relevante consideração aos amigos, o medo de ser esquecido.

Em diferentes partes do texto, José Netto buscou demonstrar a imagem de um homem embora médico, genuíno “não tendo eu a veleidade de escrever para os mestres, mas dirigindo-me simplismenteáquelles que longe dos recursos da scienciasoffrem as consequências d’esse *protêo*, ao qual pagam annualmente um pesado tributo (...)” (CARNEIRO, 1897, introdução). É interessante observar os cuidados de José Netto em escrever para os que não fazem parte da medicina, ou seja, leigos e interessados no assunto. Em outro momento afirmou, “por isso que escrevendo estas humildes linhas tenho unicamente em myra concorrer com o meu diminuto contingente para a debelação das funestas consequências do mal dos pântanos (...)” (idem, p.11).

Apesar de dedicar seu trabalho para aqueles que sofreram as consequências da doença, a leitura do trabalho é restrita e rebuscada no linguajar médico, demonstrando em alguns momentos o conhecimento intelectual de José Netto, como neste parágrafo sobre a etiologia da doença:

Realmente a nós pouco importa que o agente morbifico-micro-organismo seja um *vegetal* ou animal, um *parasita* como no século último já admittiamvetruve e outros, ideia esta transformada em doutrina por Lancize e deffendida pelo dr. Rasoré; ou que sejam os *infuzorios* de Virey, ou *principios voláteis nocivos* da flora dos pantanos como queria Boudin ou da fauna segundo Bouchardate; ou aos *cogmellosmicroscopios* de Uitchell, ou aos *oporos* de certos vegetaes microscópicos de Unhry, *michrophitas* ou *microroarios* de Lamaire, bactérias de Binz, *gemiasmas* de Salisbury da espécie palmella e do genero alga, negado pelo professor Wood e outros, etc.; seja *bacteridiumbrumeum* de Lanzi e Ferrigi, ou *bacillusmalarie* de Klebs e Crudeli, confirmado por Ceci, ou *corpus kisticus* de Laveran, etc. (Idem, p.11)

Percebemos nesta passagem um domínio e conhecimento científico de José Netto acerca da etiologia da febre palustre, o que desconstrói a afirmativa, que ele – o médico – escrevia para os leigos e não para a comunidade médica. Em uma extensa lista de nomes e teorias científicas, constatamos uma variedade de posições que se diferenciava uma medicina que não possuía uma normatização etiológica das doenças no período. Ocorria em toda a Europa debate entre os que acreditavam nas teorias do contágio e outros na constituição das epidemias<sup>21</sup>. Embora possuísse o discernimento de todos os autores que pesquisavam a febre

---

<sup>21</sup>A principal diferença entre as teorias do contágio e da constituição epidêmica, portanto, não diz respeito a uma oposição entre “miasmas” e “contágio”. Ambas consideram que a doença se origina a partir de estímulos provenientes do mundo externo e do contato com outros homens. Uma, porém, enfatiza a necessidade de precisar o princípio ou o estímulo que produz a doença a partir da ideia de predisposição, seja do corpo seja do mundo

palustre José Netto não assumiu qual das teorias partilha, chegando a afirmar que “pouco importa ter esse conhecimento”. E que apesar de ser ter uma possibilidade de novos recursos para diagnosticar a doença seu tratamento continuava o mesmo (idem, p.11). Seu objetivo está dirigido ao que causa e não como é transmitido.

Em outro momento reconhece o grande feito do microscópio de ampliar “o diâmetro dos corpos”, todavia, se falasse sobre tais linhas de conhecimento cansaria o leitor. Leitor esse sempre lembrado no texto, como se estabelecesse uma fala direta com quem o lê. Para tanto é adotado por José Netto o uso do termo febres e não paludismo ou impaludismo, pois o primeiro era mais popular para aqueles que eram atingidos pela doença. Embora sua intenção fosse produzir textos que relatassem de forma prática a doença, José Netto não foge em diferentes momentos daquilo que o compõe, a medicina e seu vocabulário específico.

Em longo momento, os primeiros textos falavam sobre a vegetação de Goiás, uma natureza perfeita habitada, porém por um povo imperfeito assolado pelas doenças:

(...) suas tardes aromatisadas por diversos perfumes naturaes em que o pai do dia occultando-se é cumprimentado pelos saudosos cantos da jahó e a perdiz; as immensas riquezas do seu sub-solo, emfim tudo leva o viajor a extasiar-se na contemplação de tantas grandezas naturaes. Mas quando elle lança suas visitas investigadoras para as pequenas povoações, fica desagradavelmente impressionado ao contemplar o que poralli vai, pela miseriaorganica que apresenta seus habitantes devido aos contínuos ataques d’essas febres vulgarmente conhecidas por febres intermitentes, sezões, maleitas, etc., e que dia á dia vai surrateiramente minando o que a natureza creou de mais bello –o organismo humano!(Idem, p.9)

Em diversos momentos José Netto afirmou serem os pântanos<sup>22</sup> o grande causador das “febres” corroborando com as teses que se aproximam da associação das condições climáticas com as doenças e na intervenção humana sobre os efeitos patológicos do clima, uma reformulação das ideias de Hipócrates<sup>23</sup>. Em algumas passagens ressaltou “a influência do calor sobre o desenvolvimento das febres é manifesta. Assim ellas augmentam de freqüência à medida que desce para o Equador” (CARNEIRO, 1897, p.4). Para ele, o princípio transmissor – seja qual for – não é de um indivíduo para o outro, aquele que ainda não havia contraído a doença, mudando do local afetado não a contraía. O local incidente da doença é denominado

---

externo. Uma, enfatiza valores de singularidade e totalidade, o que acarreta terapêuticas não generalizáveis (CZERESNIA, 1997, p.54)

<sup>22</sup>José Netto denomina que pântanos são locais úmidos onde se dá à decomposição de matérias estagnadas, expostas no ar e auxiliadas pelo calor (CARNEIRO, 1897, p.3)

<sup>23</sup>Nesta pesquisa não aprofundaremos na chamada medicina geográfica, ou das ideias de aclimação. Para maiores conhecimentos indicamos a leitura do artigo: CAPONI, Sandra. **Sobre La aclimatación: Boudin y la geografia médica**. História, ciência, saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, nº1, p.13-38, ene - Mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hesm/v14n1/02.pdf>>. Acesso em: 23 jun 2017.

por José Netto de foco miasmático. O pântano seria o principal foco miasmático, agente que transmitia o impaludismo.

Apesar de insistentemente referir-se aos miasmas, não houve definição formulada por José Netto sobre seu significado. O historiador Sidney Chalhoub apontou o conceito como indefinido e cheio de controvérsias:

Tomando a palavra em sua acepção lata, consideram-se sob este título todas as emanações nocivas, que corrompem o ar, e atacam o corpo humano. Nada há mais obscuro do que a natureza íntima dos miasmas: conhecemos muitas causas que os originam; podemos apreciar grande número de seus efeitos perniciosos, e apenas sabemos o que eles são. Submetendo-os à investigação de nossos sentidos, só o olfato nos pode advertir da sua presença: não nos é dado tocá-los nem vê-los. A química mais engenhosa perde-se na sutileza das doses e combinações miasmáticas; de ordinário, nada descobre no ar insalubre ou mortífero que deles esteja infectado, e quando consegue reconhecer nela uma proporção insólita, ou a presença ocidental de algum princípio gasoso, não nos revela senão diminutíssima parte do problema (CHALHOUB *apud* CHERNOVIZ, 1996, p.169)

Ao pensar a doença de uma forma coletiva, ou seja, não isolada, os médicos atribuíram outros fatores as questões de sua proliferação, aqueles de cunho social. Moradia, alimentação, organização familiar, entre outras. Os projetos de intervenção sanitária nesse contexto identificaram-se com perspectivas reformistas radicais e revolucionárias. A medicina fundiu-se à política e expandia-se em direção ao espaço social (...) (CZERESNIA, 1997, p.56). Essa intervenção sanitária consistia em organizar os espaços públicos, incluindo reformas urbanas de alargamento das ruas, destruição de moradias públicas e isolamento dos grandes centros urbanos das chamadas “classes-perigosas”, educação dos corpos e outras medidas.

A intenção de utilizar a obra ‘*Das Febre em Goyaz*’, ganhou propósito ao perceber a relevância do texto enquanto fonte para pesquisa. Trata-se de identificar no documento os discursos médicos presentes no período, final do século XIX e início do XX e sua intencionalidade. Mesmo que José Netto persistiu ao longo do texto, afirmando que este era feito para aqueles que sofriam por conta do impaludismo, no período de publicação da obra o número de pessoas alfabetizadas era restrito e o uso de vocabulário médico tornava a leitura do texto mais específica e dirigida a denominados grupos. A dedicatória do livro foi feita aos seus amigos e o uso de termos médicos estabeleceu certa intencionalidade nos escritos, na construção de si enquanto homem modesto e dos seus ideais médicos.

Em diversos momentos, foram citadas no trabalho ‘*Das febres em Goyaz*’, as crenças de José Netto. Sua crítica se dirigia a uma medicina experimental e não prática, que ainda desconhecia a origem de diversas doenças, mesmo com a descoberta do microscópio. Sua

obra, partindo da prática foi transformada em discurso médico na forma de texto, representando as questões do seu tempo. Era uma forma de intervenção e educação na suasociedade que buscava caminhar para o “progresso”. Segundo Gondra:

Os médicos formularam um conjunto de intervenções, tanto para a vida individual como para a social, que se encontram registrada em seus periódicos e dicionários, como e também dispostas nas teses que os mesmos eram obrigados a defender ao término do curso superior para terem o direito à obtenção do título de doutor (GONDRA, 2004, p.108)

Os médicos possuíam um lugar de fala privilegiado, o de poder falar sobre ciência com autoridade, devido a sua formação, contribuindo para o discurso normativo de seu grupo, que buscava nesse momento, intervir não apenas em sua área de atuação, mas igualmente no social e no íntimo das famílias, modificando seus hábitos e educando seus corpos. No caso do documento analisado ‘Das Febres em Goyaz’ não houve uma banca, ou corpo médico, para analisar e aprovar seu texto, todavia essa aprovação foi esperada e decorreu daqueles que leram seu trabalho. Identificamos relevante preocupação de José Netto no seu discurso em diversos momentos, por exemplo, quando escreveu palavras como “humildes linhas”, “fracas forças”. Sua publicação correria as mãos e olhos atentos de diversas pessoas, sendo a iminência da crítica ao seu escrito, algo provável. Infelizmente não encontramos documentos que nos possibilitou informar a repercussão da sua publicação, mas deduzimos que seu trabalho dispunha de uma intencionalidade, a reafirmação das suas convicções médicas.

Aprofundando sobre a análise da trajetória de José Netto, percebemos que o exercício da medicina esteve constantemente associado às questões políticas, atitude muito comum para aquele período, como exposto em outros parágrafos. José Netto foi deputado estadual em 1892 não concluindo seu mandato até 1894. Em 1895 assumiu a Secretaria de Estado de Instrução e Obras Públicas. Em dois momentos foi Intendente Municipal da cidade de Goiás, no ano de 1899 e depois em 1909. Destacamos duas importantes obras no período em que foi intendente: construção de um cais às margens do rio vermelho e o chafariz na Rua 15 de novembro. Quando esteve no cargo de Secretário Estadual de Interior e Justiça, entre 1913/14 engendrou uma discussão com o Senador Eugênio Jardim, ficando este último muito irritado, jogou-lhe uma escarradeira. Tal acontecimento provocou verdadeiro desânimo no então presidente de estado Olegário Pinto que renunciou ao mandato, o fato ficou vinculado ao seu nome nos registros da Assembleia Legislativa. No campo da saúde assumiu a direção do Hospital São Pedro de Alcântara e a Inspetoria de Higiene do estado.

O envolvimento de médicos, como José Netto na política foi uma prática existente desde o século XIX, no Brasil em consonância com as mudanças e acontecimentos políticos, econômicos e sociais que ocorreram nesse período resultando assim em um papel novo para a medicina, denominado de medicina social. A medicina social pode ser entendida pela incorporação da ciência nas questões sociais, com o objetivo de reforçar o poder do Estado. Nessa nova dinâmica o papel do “médico político” foi primordial:

O “médico político” deve dificultar ou impedir o aparecimento da doença, lutando, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico ou moral. A inserção do indivíduo no social, a necessidade de conhecer o meio e agir para proteger o indivíduo de um perigo ao mesmo tempo médico e político não significa porém que a medicina saiu do seu campo próprio de ação. Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é a causa de doenças, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível.(MACHADO *et al*, 1978, p.155)

Assumindo assim essa importante missão “civilizadora” o papel do médico antes único ao exercício de curar doenças se multiplica em outras funções das quais ele acha legítimo sua atuação. É no advento da República que o sentimento de renovação da sociedade ganha forças. “A ação médica poderia ser o contraponto ao desalento e à sensação de impotência diante do atraso, do fracasso na construção da civilidade brasileira”. (BOMENY, 2015, p.35). Assim sua autoridade foi exercida mediante a necessidade de uma população à mercê da pobreza e das doenças que precisava ser medicada. Seu discurso patriótico inseriu-se aos poucos “(..) através de táticas variadas, como as de assessoria, de crítica e de penetração tanto nos órgãos do Estado quanto nas instituições da sociedade civil” (MACHADO *et al*, 1978, p.158)

No cargo de Inspetor de Higiene, José Netto seguindo solicitações do presidente da província Luiz Silvério Alves Cruz, procedeu um minucioso relatório datado de 1887. O assunto tratava das possíveis causas, que contribuíam para as doenças que assolavam a capital. O médico identificou o impaludismo ou febres paludosas, como a doença que mais atingia a capital. Embora, segundo os registros de óbitos, emitidos pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, as febres representaram vinte e seis por cento das mortes, enquanto a tuberculose quarenta e quatro por cento (MAGALHÃES, 2004, p.128). Tal preocupação do médico, sobre as febres será retomada como vimos anteriormente, na sua publicação ‘Das Febres em Goyaz’ publicado dez anos mais tarde.

Nesse relatório de 1887, podemos observar a descrição dos espaços públicos da cidade, do interior das casas e dos cuidados da população com seu corpo. Como médico José Netto baseou-se nas crenças científicas, apontando diversos problemas de higiene na capital e elencando uma série de medidas para saná-los.

No início do texto grifa a seguinte expressão, “Sendo o ar o elemento mais essencial a vida, pois respirar é viver [grifo do autor] é indispensável à boa saúde mantê-lo livre e isento de tudo quanto possa vicia-lo”<sup>24</sup>. A localização geográfica da cidade, cercada pelas montanhas e as temperaturas sempre altas, favoreciam a contaminação do ar e o surgimento dos focos miasmáticos, principais causadores das doenças. Segundo Chernoviz:

A pureza do ar que se respira é uma das primeiras necessidades da vida. É por conseguinte mui importante se preocupar com a combustão de velas, lamparinas, etc. em lugar onde o ar não se renova ou se renova incompletamente. Os miasmas que sae dessas substâncias juntamente com a simples respiração, emanações do suor, dos escarros e das dejeções alvinas, exercem influência nociva, e devem ser removidas. (CHERNOVIZ, 1891, p.225-22)

Apesar da preocupação do médico com a contaminação dos ares, segundo apresentado no relatório em 1887, desde o final do século XVIII, reformas arquitetônicas aconteciam na cidade para evitar tais problemas. Segundo MORAES:

As casas agarradas umas às outras impedindo a circulação do ar, sem terrenos disponíveis no traçado urbano para a necessária expansão, muito precariamente poderiam aproveitar-se dos fundos cada vez mais longe e, muitas vezes fazendo divisa com o rio Vermelho, só podiam lançar-se ao alto as casas do centro da cidade, daí a construção do sobrado. Este, não tanto para atender às exigências de ampliação de moradias, mas para anexar dependências indispensáveis à vida ou ao trabalho de seus moradores e, principalmente, para resolver o problema da aeração no centro da cidade (MORAES, 1995, p.14)

Essa preocupação com espaço e a arquitetura das casas passou a ser definida pelas Atribuições da Câmara em 1828 e posteriormente nas Posturas Municipais em 1830, como medidas que buscavam tornar a cidade mais higienizada (MAGALHÃES, 2004, p.98). No entanto, segundo relata José Netto, passados anos das medidas definidas e de um código a ser seguido, pouco mudou na capital. Dentre os problemas apontados estão: o uso da água de poços, falta de privadas, o descarte de dejetos nos quintais e rios, o trânsito de animais na

---

<sup>24</sup>Caixa 0372. Ano 1887. Saúde Pública. Inspeção de Higiene. Relatório enviado ao presidente da província Luiz Silverio Alves Cruz. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, doravante AHEG.

cidade. Todas as questões citadas, segundo Jose Netto, demonstravam a falta de asseio com a cidade, para ele as urbscivilizadas não apresentavam tal quadro sanitário, ressaltou que:

(...) lhes era inteiramente applicavel o que disemMontfalcon e Poliniere: em materia de saude é preciso obrigar os homens a fazer aquillo que lhes é útil e a evitar o que lhes pode fazer mal; debaixo deste ponto de vista os habitantes de uma grande cidade devem ser tratados como menores. Se a salubridade não estivesse comprehendida na legislação não teria jamais existido – [grifo do autor - citação] É preciso ter procedido o exame das casas observado a vida inter íntima de seus habitantes para conhecer-se o quanto é applicavel a esta capital ( não obstante ser pequena) este trecho dos dois notáveis higienistas.<sup>25</sup>

Podemos observar que José Netto se apropriava das ideias de dois importantes higienistas franceses que justificavam a implantação do conhecimento médico nos hábitos da sociedade, incluindo o interior de suas casas e sua fiscalização, exigindo que as medidas existentes nas legislações fossem cumpridas. Ao final do relatório José Netto fez algumas sugestões que segundo o médico são indispensáveis para melhorar o quadro sanitário da capital, são elas:

- 1º A remoção do cemitério para além do lugar denominado João Francisco;
- 2º Abastecimento d'agua em abundancia em ambas as freguesias, convenientemente canalizada;
- 3º Proibir-seterseanimaes soltos dentro da cidade;
- 4º Estabelecer de esgotos nas ruas desembocando em um collector que vai ter ao rio vermelho abaixo da cidade e obrigando a todos os habitantes a faserem esgoto de suas casas para rua; [final de página]
- [início da página] 5º Remoção de Enfermaria Militar e do Hospital para fora da cidade;
- 6º Fazer os trabalhos necessários no córrego Manoel Gomes afim de mante-loacêado;
- 7º Drainagem e limpeza do Largo Municipal;
- 8º Energia por parte da Camara Municipal no cumprimento de suas posturas atenuantes a hygiene pública;
- 9º Ter se o maior rigor no acêo dos edificios públicos, etc.<sup>26</sup>

O relatório foi devidamente enviado para o presidente da província, seguindo nove sugestões que exigiam da própria Câmara Municipal sua aplicação. Não foram poupadas críticas aos cuidados dos espaços e prédios públicos, além de serviços como água encanada, estabelecimento de esgotos e energia.

Em 1890, Jose Netto enviou um officio ao novo governador do estado, apresentando-se como “a primeira autoridade desta antiga província hoje Estado”<sup>27</sup>. Em tom exasperado,

<sup>25</sup>Caixa 0372.Ano1887. Saúde Pública. Inspeção de Higiene. Relatório enviado ao presidente da província Luiz Silverio Alves Cruz. AHEG, Goiânia.

<sup>26</sup>Caixa 0372.Ano1887. Saúde Pública. Inspeção de Higiene. Relatório enviado ao presidente da província Luiz Silverio Alves Cruz. AHEG, Goiânia.

afirmou que mesmo enviando diversas solicitações aos ocupantes passados do cargo, nenhuma solicitação foi atendida para melhorar o estado sanitário da capital. E que nos relatórios apresentados pelos presidentes da província não havia uma só palavra sobre higiene. A questão seria mais grave, segundo José Netto, todas as comissões que existiam para definir obras, estavam sendo executadas sem ouvir um médico. Segundo o médico:

Se é certo que como Inspector de Hygiene satisfaço as exigências de minha consciência reclamando constantemente do governo as medidas que a sciencia aconselha para a saúde e bem estar dos cidadãos, não é menos certo que as minhas reclamações não atendidas não podem bastar-me como goyano e profissional. Agora, pois, que vejo a frente do governo deste futuro Estado tres cidadãos illustres e distinctosdos dos quaes são goyanos posso deixar, de em nome do povo goyano, expor-nos o novo estado das cousas concernentes a hygiene e pedir-vos prontas e enérgicas providencias.<sup>28</sup>

Mediante a forma como foi dirigido o ofício ao governo, notamos a indignação de José Netto, frente às solicitações feitas e não atendidas. O discurso médico em Goiás, segundo ele, não era apreciado pelas autoridades, ficando subentendido que o profissional médico estaria a cargo apenas do seu ofício, de curar doenças. Frente a um novo governo, José Netto não demorou em refazer suas colocações sobre o estado de higiene da capital, pedindo ao final “enérgicas providências”. Sua preocupação estava ligada diretamente às questões de saúde. Notamos mais uma vez, a demonstração de sua vaidade referente ao seu saber, algo que foi ignorado pelos governos passados.

As medidas sugeridas por José Netto, não só evitariam a propagação das doenças, como demonstrariam aspectos de uma cidade civilizada. Pouco foi feito, somente em 1919 a energia elétrica chegou à cidade. No ano de 1912, com a passagem da Expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz ou Instituto de Manguinhos coordenada pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna<sup>29</sup> pelo estado de Goiás, os dois esculápios descreveram a total ausência de

---

<sup>27</sup>Caixa 401. Pacote 1. Ano 1880. Inspetoria de Higiene- Relatórios. Do Inspetor de Higiene José Netto de Campos Carneiro para o presidente da província. AHEG, Goiânia.

<sup>28</sup>Idem.

<sup>29</sup>Segundo Lima (2009, p. 232 – 233), “Na década de 1910, merecem destaque as viagens científicas promovidas pelo Instituto de Manguinhos em apoio às atividades da Inspetoria de Obras contra as Secas, com o objetivo de realizar o inventário das condições epidemiológicas e socioeconômicas das regiões percorridas pelo rio São Francisco e de outras áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Dessas viagens, a se tornou mais conhecida foi a de Arthur Neiva e Belisário Penna, dirigida a localidades situadas nos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Os dois médicos responsáveis pela missão científica já haviam realizado importantes atividades no campo da saúde pública. Arthur Neiva, já reconhecido por seus trabalhos em entomologia, pertencia aos quadros de Manguinhos desde 1906 [...] Belisário Penna, era inspetor do Departamento Geral de Saúde Pública, cargo que ocupava desde 1904, quando participou com Oswaldo Cruz da campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro [...] No intervalo de sete meses, de março a outubro de 1912, os dois médicos foram responsáveis por amplo levantamento das condições de vida das populações locais, expressivo registro fotográfico e pelo relatório que se tornou referência para o movimento pelo saneamento rural na Primeira República”. C.f. LIMA, Nísia

governo, cidades assoladas pela miséria, fome e doenças. Segundo Magalhães, “embora esboce muitas vezes uma imagem negativa da população, está na atribuição de responsabilidade ao governo pela apatia e pelo atraso brasileiro. A sua improdutividade passava a ser justificada pela doença, decorrente do abandono das autoridades públicas” (MAGALHÃES, 2004, p.102). Todas as questões levantadas no relatório da expedição Neiva e Penna foram negadas. Na Revista ‘Informação Goyana’<sup>30</sup>, políticos e representantes do estado contradiziam a situação calamitosa em que se encontravam os municípios goianos.

Outra frente levantada por José Netto enquanto Inspetor do Posto de Higiene foi o combate ao charlatanismo<sup>31</sup>. Neste mesmo relatório apresentado, em 1887, afirma:

Passarei agora a tratar de uma enfermidade essencialmente epidêmica, contagiosa e altamente destruidora da boa saúde e vida do povo. Refiro-me aos charlatões em medicina e pharmacia. Esses torpes especuladores, cuja primeira qualidade é serem ignorantes, por que desconhecem a responsabilidade que assumem, visando gananciosamente só o dinheiro, minando surrateiramente a humanidade (...) <sup>32</sup>

Nota-se nesta passagem do relatório a gravidade revelada pelo médico ao tratar-se dos charlatões, classificando-os como uma epidemia que ameaçava a saúde da população. José Netto afirmou que a relevância se dava mediante o tratamento das doenças por esses profissionais, muitas vezes de forma exagerada e sem conhecimento da ciência. O médico continua “o que é irrisório, extravagante, injustificável é que essa peste [grifo do autor], a mais negra de todos, é aceita e energicamente defendida por certas autoridades sob o fútil pretexto de que não há outro recurso!”<sup>33</sup> Mais uma vez a questão do charlatanismo é considerada epidêmica, comparada agora a peste negra, doença que assolou a população em grande parte da Europa. Seu tom de revolta se deu não apenas pela prática ilegal da medicina por leigos, mas pelo apoio dado por “certas autoridades”:

---

Trindade. ‘Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro’. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009, p. 229 – 248. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16s1/11.pdf>> Acesso em: 12 abr 2017.

<sup>30</sup> A Revista Informação Goyana foi produzida por um grupo de intelectuais goianos, o periódico começou a circular em agosto de 1917, principalmente no Rio de Janeiro, a capital federal, onde a revista foi editada, em Goiás e nos principais Estados do país e até em alguns países estrangeiros, encerrando suas atividades por volta de 1935. C.f. LISBOA, Andreia Silva. **O Brasil Central e suas potencialidades na “Revista a Informação Goyana” (1917 – 1935)**. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás, 2009, p. 9 – 10.

<sup>31</sup> A apropriação do saberes indígenas de cura no século XVI popularizou-se intensamente séculos depois. No século XIX foi altamente desqualificada pela medicina higienista. Eram considerados charlatões, parteiras, curadores, raizeiros, farmacêuticos, médicos estrangeiros, espiritistas, naturistas e outros. Qualquer forma de cura que não fosse o médico, inclusive o da medicina caseira, seria “charlatanismo” (COLUCCI, 2013).

<sup>32</sup> Caixa 401. Pacote 1. Ano 1880. Inspetoria de Higiene- Relatórios. Do Inspetor de Higiene José Netto de Campos Carneiro para o presidente da província. AHEG, Goiânia.

<sup>33</sup> Idem.

Quando a moléstia se mostrava resistente aos antídotos caseiros, buscava-se ajuda ‘especializada’ de inúmeros indivíduos que se diziam habilitados, portadores ou detentores de saberes curativos, por vezes, sobrenaturais. Numa região em que praticamente se desconhecia a figura do médico, era bastante comum a atividade da parteira prática, do raizeiro, do benzedor e, também, de rituais de caráter mágico-religioso (MAGALHÃES *apud* MOTA, 2011, p. 1100)

A busca por uma medicina chamada popular aumentava com as insistentes doenças que assolavam o sertão goiano. Certo que os médicos eram raros, e havia apenas um hospital na cidade, as pessoas procuravam sem ter outra saída, aquilo que era mais prático e acessível. A questão destacada de José Netto sobre o apoio das autoridades goianas aos charlatões se evidencia ainda em 1918, frente à epidemia de gripe espanhola que grassava a capital:

O articulista do periódico oficial do Governo do Estado, não hesitou em divulgar as características sanitárias favoráveis que se encontrava a Cidade de Goiás. E, continuou com seu discurso otimista, dizendo que em último caso, na falta de medicamentos nas farmácias, a população poderia recorrer à flora medicinal abundante. Mas, nem todos os esculápios eram a favor de uma terapêutica variada e aconselhavam, “fugir dos remédios aconselhados por ignorantes, ou por simples anuncios; não dar ouvidos a curandeiros (...) tudo isto são precauções indispensáveis” (O DEMOCRATA, 13/11/1918, p. 1)

Mais uma vez, mesmo diante do relatório enviado por José Netto denunciando a prática indevida da medicina em Goiás, nos períodos de graves epidemias em que a motivação e cura da doença eram incertas os saberes populares eram tão procurados quanto a medicina científica.

Analisando a trajetória profissional de José Netto, percebemos as transformações sociais e temporais que o acompanharam. Por vezes comportamentos que se modificaram de forma lenta e gradual, introjetados por novas normas pela elite. Aqueles que detiam os discursos de poder, a política em suas mãos ou o conhecimento científico. Nesse espaço de mudanças, final do século XIX, a medicina encontrou um novo campo de atuação. Baseada nos princípios da ciência moderna, imperativa pela razão, suas observações e reflexões acerca da sociedade e seu entendimento sobre ela, os médicos reivindicaram o direito de intervenção. Seu objetivo ultrapassou a barreira do simples exercício de diagnosticar e remediar tornando-se ávido pelo desejo de controle. Controlar não apenas seus corpos, mas também o espaço onde se transitava as ruas, as escolas, o interior das casas. Nas palavras do autor Roberto Machado (1978, p.195), “ligaram a medicina ao patriotismo, procurando mostrar aos políticos a importância da medicina enquanto propiciadora de saúde aos cidadãos, que somente se saudáveis podem contribuir para o engrandecimento da pátria”.

## O filantropo

O médico, José Netto além de prestar atendimento à sociedade goiana, de ocupar cargos públicos em fins do século XIX e início do XX era membro da Sociedade São Vicente de Paulo<sup>34</sup> em Goiás. Ser um Vicentino significava praticar a caridade e promover a assistência aos pobres. Segundo Rildo Bento de Souza:

Os vicentinos se ocupavam de prover aqueles a quem chamavam de “meus pobres”, em tudo que necessitassem. Houve casos de um só Vicentino, prover sete pobres. Nos livros de contabilidade das Conferências, percebe-se a regularidade com que o dinheiro era destinado a esses indivíduos. Os vicentinos se orgulhavam de fazer parte de uma sociedade onde a caridade era o alicerce principal. Eram admirados, reconhecidos. (SOUZA, 2010, p.14)

Segundo consta nos documentos da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, o médico José Netto era um dos Vicentinos mais atuantes e admirados. Assumiu a função de médico do Asilo sem cobrar honorários, sempre “pela caridade” e os remédios que indicava eram doados pela botica do Hospital São Pedro de Alcântara, onde assumia o posto de presidente da junta administrativa (SOUZA, 2010, p.173). Era sempre lembrado com elevado entusiasmo não apenas pela prestação dos serviços médicos ao Asilo, mas com igual relevância por ter doado o terreno para sua construção em 1899 e em 1909 assinando a lei que autorizava seu funcionamento, em ambos os fatos José Netto ocupava o cargo de Intendente Municipal. Podemos sugerir que sua participação ativa se dava por sua identificação com os princípios da Associação Vicentina, inicialmente de promover a assistência aos pobres e posteriormente à fundação de um asilo que contribuiu para retirar dos espaços públicos, os desvalidos.

As ajudas dedicadas aos pobres por meio da Associação Vicentina em Goiás eram envolvidas por publicações constantes nos jornais. Algo que muito se aproxima da filantropia, embora o termo frequentemente utilizado fosse caridade. Para tanto, faz-se necessário discutir a historicidade dos dois conceitos e assim definir o pressuposto de que sendo um vicentino atuante, José Netto era um filantropo?

O entendimento sobre filantropia modifica-se ao longo do tempo e foi discutido por Maria Luiza Marcílio em sua obra ‘História Social da Criança abandonada’ (2006). Marcílio divide em duas fases a assistência no Brasil, a caritativa e a filantrópica. A primeira delas

---

<sup>34</sup> A Sociedade São Vicente de Paulo foi fundada no início do século XIX, em Paris, pelo jovem estudante Frederico Ozanam (1813-1853), com o objetivo de promover o conforto espiritual e o auxílio aos pobres por meio de visitas e donativos. (SOUZA, 2010, p.31)

chamada de fase caritativa compreende até meados do século XIX, tem como característica a inspiração religiosa, atuação imediatista sem pretensão de mudanças sociais. Já a filantrópica foi dividida em duas fases, a primeira no final do século XIX e início do XX e a segunda pós 1960.

Para Marcílio, a primeira fase da filantropia no Brasil é marcada por inúmeros eventos sociais, como o fim do regime da escravidão, a queda da monarquia e a separação da Igreja e Estado. Tais fatos provocaram algumas importantes mudanças, destacamos três: o aumento demográfico relevante, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o agravamento da pobreza. Para a autora, a filantropia são ações mais pelo sentido social e menos pela ação caritativa referente ao imediatismo e que muito interessava as elites no Brasil:

A filantropia atraía as elites, pois acreditava-se que ela permitiria exercer um melhor controle sobre a sociedade, como pondera Foucault o que se buscava, além da manutenção da ordem, era o equacionamento dos conflitos sociais, em uma sociedade liberal. A utopia filantrópica almejava uma sociedade harmônica, estável, feliz. Os meios para alcançá-la passavam pela ética e pela educação. Inculcar sentimentos de ordem, respeito às normas, de estímulo à família de amor ao trabalho estava no ideário do projeto filantrópico-burguês; tudo fundado na melhor ciência e no culto ao progresso ininterrupto. (MARCÍLIO, 2006, p. 206)

Não há um abandono no final do século XIX no Brasil das obras de assistência, mas um intenso desejo de fazê-las sob outra ótica e isto significou a elaboração de novos estudos e projetos:

Buscava-se conhecer, e transplantar para o País, os moldes de assistência e de proteção aos desamparados, que estavam sendo experimentados em solo europeu. Não se tratava mais – e apenas – de salvar as almas dos bebês encontrados pelas ruas, nas portas de casa ou deixados nas Rodas, ministrando-lhes o batismo, e de praticar a virtude do amor ao próximo; tratava-se de dar à assistência pública com bases científicas e equipamentos bem estruturados. (Idem, p.201)

Para Sanglard *apud* Catherine Duprat (2005, p.29), a filantropia seria uma virtude social e seu desenvolvimento estaria ligado ao papel desempenhado pelos filósofos das Luzes no final do Antigo Regime, enquanto a caridade seria entendida como uma virtude cristã. Sanglard afirma que a forma como se deu as obras filantrópicas no Brasil, esteve vinculada ao projeto daqueles que a defendia (Idem, p.29). Líderes, sobretudo médicos e bacharéis em direito, afirmavam que o modelo caritativo era um sistema que não traria o progresso e a civilidade e, portanto, deveria ser abandonado. Essa mudança ocorre de forma gradual e dividiu espaço com as obras de caridade, embora houvesse um esforço para “ser percebido mais como prevenção à miséria do que uma forma de suavizá-la” (SANGLARD, 2005, p.29).

O que podemos concluir com os conceitos das autoras Marcílio e Sanglard é que não é possível afirmar que as ações de assistência inspirada na filantropia europeia conseguiram excluir as obras de caridade no Brasil. E que por vezes, elas andaram lado a lado, por possuírem o mesmo objetivo, o combate a pobreza e seu controle. Esse “transplantar” dos moldes filantrópicos europeus no Brasil aconteceu em fases distintas, respeitando as localidades e sua organização cultural e social.

Em Goiás, as práticas de caridade possuíam grande força no século XX, segundo Souza:

O general Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo (1884-1958), por exemplo, um vilaboense radicado no Rio de Janeiro, escreveu na obra ‘Terra distante’ suas impressões de Goiás quando por aqui voltou a passeio, no início da década de 1920, ao observar o imponente edifício do Asilo São Vicente de Paulo: ‘Quão forte é a Caridade, quão productiva a palavra de Jesus, quão profundo o amor ao próximo [...]’ (SOUZA, 2010, p.50)

A caridade era entendida, como observou o visitante, “um profundo amor ao próximo”, sendo esta, despertada insistentemente nos corações dos cristãos católicos moradores de uma cidade que apesar de sofrer com a falta de recursos financeiros ainda encontrava na figura das pessoas de “bom coração” a possibilidade de tornar as doenças e a miséria menos dolorosas. O edifício do qual falou, o Asilo São Vicente de Paulo, fundado em Goiás no ano de 1909, construído pela Sociedade São Vicente de Paulo tinha como principal objetivo “abrigar pobres e os indigentes que se amontoavam nas praças, becos e vielas da antiga capital de Goiás” (SOUZA, 2008, p.13). Os vicentinos estabeleceram uma rede de assistência importante em Goiás, sendo o asilo uma das suas maiores obras. Entre seus integrantes, representantes das mais importantes famílias goianas. Ainda segundo Souza, o ato de esmolar sofreu modificação com o estabelecimento da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás. O dinheiro antes entregue a quem pedia passou de forma organizada para junta administrativa da Sociedade, que distribuía conforme era necessário ao socorro dos pobres.

Em um pedido de subvenção ao município já na década de 1940, é possível percebermos como ocorria na prática o auxílio aos mais pobres:

Um grupo de senhoras e senhoras e senhoritas do nosso escol social tomou a si a iniciativa de socorrer aos inumeros mendigos que perambulam pelas ruas da cidade de Goiás, implorando a caridade pública. Não lhes cabe a iniciativa de tal jaez de vez que nas principais cidades do País associações semelhantes tem sido formadas demonstrando assim o espirito cristão do povo brasileiro sempre pronto a socorrer aos necessitados. E o nosso modo de ver são elas dignas do melhor apoio dos poderes públicos; e, para essa Associação e para que seja aplicado exclusivamente

em socorrer aos mendigos desta cidade, solicitando dessa Camara um auxílio de mil cruzeiros mensais<sup>35</sup>.

Mesmo anos depois da Sociedade São Vicente de Paulo se organizar em Goiás, e posteriormente fundar o Asilo São Vicente de Paulo, a questão da mendicância persiste na cidade, conforme foi descrito no documento. Nota-se, que nessa época havia a participação de algumas mulheres na Associação Vicentina e que estas socorriam “mendigos que perambulam pelas ruas”. O pedido era dirigido ao representante municipal no qual imploravam por caridade pública, uma indireta as autoridades. Tal ato de bondade marcou o significado do espírito cristão e era cobrado dos cofres públicos em forma de subvenção. Sua aplicação seria realizada “todas às quintas-feiras, distribuição de donativos tais como carne, toucinho, feijão (...)”<sup>36</sup>. A associação Vicentina assumia seu dever de ajudar os pobres, embora, percebemos no documento, que esta proclamava ao poder público que contribuísse.

Um curioso caso foi reportado no jornal ‘Gazeta de Goyaz’<sup>37</sup> no ano de 1957. A coluna levava o nome, “Do Meu canto de página”, não assinada, nos falava mais sobre a questão da pobreza nas ruas de Goiás. Segundo o autor da coluna, ele observava uma senhora na rua, muito pobre, quase sussurrando “uma esmolinha pelo amor de Deus”. Achando curiosa a forma acanhada e desconfiada da senhora, que estava sempre observando os lados, ele não hesitou em perguntar e insistiu em saber o motivo de tal comportamento. Ela responde com uma pergunta “o senhor é católico?”. Antes da sua resposta ela lhe diz que fora proibida de pedir esmolas para as pessoas que não o fosse. Esse fato sugere uma mudança de comportamento imposta pelas leis dirigentes no final da década de 1950 em Goiás, que criminalizava ofertar esmolas e só aceitar daqueles que fossem católicos.

Desde 1941, era proibido no Brasil, segundo a Lei de Contravenções Penais, artigo 60, “Mendigar, por ociosidade ou cupidez. Pena, prisão simples, 15 dias a três meses”<sup>38</sup>. No entanto, tal legislação não parece ser do conhecimento de todos, pois o autor da coluna no jornal dirigiu duras críticas a tais decisões ao mesmo tempo em que questionou quem as fez. No final utilizava de uma alocução cristã para justificar sua visão:

---

<sup>35</sup> Pedidos de subvenções, 194?. Documentos avulsos. Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Jornal ‘Gazeta de Goiás’, 04 de agosto de 1957, nº 19, ano I. Cidade de Goiás. Documentos avulsos. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>38</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm)> Acesso em: 16 de abril 2017. O crime de mendigar estabelecido pela Lei de Contravenções Penais, assinado por Getúlio Vargas em 1941, só foi revogado posteriormente, sessenta e nove anos depois, em 2009.

O mendigo tem uma só qualidade predominante: ser mendigo. A sua dor, fustigada pela miséria, não deve ser acrescida deste impiedoso cerceamento de pedir. Quem proíbe de receber indistintamente de uns e de outros, ao contrario de praticar caridade, está inflingindo-lhe mal, aumentando-lhe os penares. Si não lhe dá o suficiente para que não continue pedir, porque então proibir-lhe de o fazer? Si não pode matar-lhe a fome vesti-lhe o corpo, como impedi-lo de servir-se das sobras da mesa alheia e do vestuário que outra alma caridosa lhe queira dar? Fiquei matutando que procedimento que tal, ao inves de ser caridade, é egoísmo na sua mais sordida manifestação. E egoísmo destruidor, porque alem de não fazer o Bem completamente, impede que o necessitado o receba de quem o possa fazer. Somente um quer ter o privilégio de dar, mas não dá o suficiente. Pouco importa a aflição do aflito ou a miséria do mendigo. Como é diferente o ensinamento de Cristo: << Não sabia a vossa mão esquerda o que dê a vossa mão direita.>> Hoje, alem de ambas saberem, ainda se apregoa o beneficio feito e procura-se proibir que o necessitado receba dos que não apregoam. Estes que assim procedem, si estão em condições de praticar caridade material, estão, entretanto, necessitados de caridade espiritual. Que Deus tenha deles compaixão, pois são pobres de espirito<sup>39</sup>.

É possível perceber a ligação do pensamento cristão quando este diz que aqueles que proíbem e não praticam a caridade espiritual “são pobres de espírito”. O autor da coluna, enxerga o mendigo em uma situação da qual não sairá, estabelecendo sua condição dependente das boas ações e dos corações caridosos. Outra colocação interessante foi a não denominação do fazer, dizendo que não sendo caridade “é o egoísmo na sua sordida manifestação” que proíbe e não pratica o “privilégio de dar” um “egoísmo destruidor”.

A medicina higiênica, tão presente naquele momento, condenou a mendicância, pois queria retirar das ruas a imagem da pobreza e do ócio e transformá-la em corpos hábeis para o trabalho, discursos que buscavam a valorização da família e da criança. Conforme Sidney Chalhoub, o discurso político que ocorria no período, vangloriava a virtude de ser um bom cidadão, que significava ter o hábito do trabalho e a condenação da ociosidade. Aquele que não trabalhava, não tinha dinheiro, que vivia na pobreza, não possuía virtude alguma, sendo considerado não apenas ocioso, mas também atribuído de vícios. Esses indivíduos possuídos do vício eram um mal para sociedade, denominados de classes perigosas:

O conceito de classes perigosas amplia-se vendo uma relação entre pobreza e vícios: todos os pobres seriam viciosos, e a principal virtude do bom cidadão seria o gosto pelo trabalho, hábito da poupança que reverte em seu bem-estar. Daí o fato de que a pobreza indica suspeita de que o indivíduo ser um bom trabalhador – aos pobres, portanto faltaria a virtude social mais essencial, grassando, portanto os vícios – construção abstrata que não tem base na realidade: “pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; ... pobres são por definição perigosos (CHALHOUB, 1996, p.168)

---

<sup>39</sup> Jornal ‘Gazeta de Goiás’, 04 de agosto de 1957, nº 19, ano I. Cidade de Goiás. Documentos avulsos.AFFSD, Cidade de Goiás.

A maneira pejorativa como eram tratados os pobres pelas autoridades públicas, vinha para legitimar as medidas coercitivas contra os trabalhadores desempregados, as “classes perigosas” como eram chamados os pobres. Além do perigo de oferecer à sociedade, o perigo de desestabilizar a ordem, as “classes perigosas” segundo os intelectuais-médicos, transmitiam igualmente as doenças que carregavam. Essa classe-perigosa deveria ser retirada dos centros urbanos e disciplinada. A ideologia higienista existente desde o final do século XIX, ganha forças posteriormente, em conjunto com os ideais republicanos.

Se por um lado a Igreja Católica afirmava ser a caridade a salvação para os mais pobres buscando assim restabelecer sua posição nas questões sociais e políticas, os discursos políticos determinavam a condenação de tal prática. O Estado embora facilmente incentivasse sociedades religiosas e filantrópicas, pouco assumia sua responsabilidade sobre as questões sociais, “(...) conservando para si o poder regulador, disciplinar e punitivo” (ABREU, 2015, p.12). Não era de interesse do Estado, assumir instituições privadas de cunho religioso, embora concordasse com a importância dessas lhes delegando auxílio na forma de subvenções.

Torna-se difícil ter uma definição precisa sobre as políticas de assistência social no Brasil, algo que somente ocorrerá na década 80, com a Constituição Federal. Segundo Mestriner:

Assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra. Entre conceitos, políticas e práticas, tem sido difícil distinguir o compromisso e competência de cada uma destas áreas, entendidas como sinônimos, porque de fato escondem –na relação Estado-sociedade –a responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país. (MESTRINER, 2008, p.14)

Apesar de encontrarmos frequentemente nos documentos referências do termo caridade, ou de instituições de caridade como o Asilo São Vicente de Paulo na qual concordamos a respeito de que, houve uma especificidade na prática de caridade em Goiás. Tal prática se dava por um sistema heterogêneo, entre filantropia e caridade cristã. Neste caso, consideramos que o envolvimento de pessoas como José Netto, na Sociedade São Vicente de Paulo decorria na concordância dos princípios da filantropia, atos enquadrados enquanto virtude social e não apenas de bondade cristã. Concordando com Souza, sobre o fato de que, a caridade pressupõe o anonimato e a filantropia seria, por sua vez, aberta às manifestações publicitárias em torno do ato de doar, tornando os Vicentinos e todos aqueles que doavam

para a sociedade de São Vicente de Paulo, e que ostentavam o seu feito pela imprensa, de filantropos (SOUZA, 2010, p.73).

Outras características podem ser atribuídas ao médico, pressupondo ele ser um filantropo e não apenas homem caridoso, como a memória coletiva o apresenta. José Netto seguia os princípios médicos condizentes com sua época, embasados na razão e na ciência, seguia a ideologia de que a medicina deveria organizar a sociedade para a civilidade e progresso, inculcando novos hábitos na população. Não se restringiu apenas ao campo médico, aproveitou em diversos cargos que assumiu como intendente municipal e inspetor de higiene a oportunidade de provocar mudanças na antiga capital goiana. Constantemente citado pelas obras sociais e seus feitos de caridade, foi denominado “pais dos pobres”, demonstrando que era prestigiado e reconhecido pela sociedade goiana. Ser caridoso não se restringiu apenas no campo médico e a atender tão prontamente aqueles que necessitavam. Sua vinculação com a Sociedade Vicentina e sua dedicação árdua em suas obras demonstravam igualmente seu exibicionismo e vaidade. Outro fator importante para compreendermos sua vinculação a sociedade, é o poder que detinha enquanto médico contribuiu para tornar a cidade um espaço mais salubre, devido à retirada das ruas de doentes e mendigos, enviados ao Asilo São Vicente de Paulo.

A imagem que ficou do médico foi a de um homem caridoso, de “pai dos pobres”, embora compreendemos que José Netto era um filantropo, ou seja, de que havia uma intencionalidade nas suas práticas. Nossa explicação se desenvolverá a partir de um fato relevante, sua morte.

### **Sua morte**

O falecimento do Dr. Netto ocorreu devido a complicações de úlcera estomacal da qual estava lutando e buscando tratamento há anos. Por isso em março de 1921 escreveu de próprio punho seu testamento, como se estivesse “*preparando para morte*”. Mesmo doente e buscando tratamento médico na França para onde viajou um ano antes do seu falecimento, escolheu não passar seus últimos dias em um hospital. “Velho, cansado e doente, foi para sua fazenda ‘Conceição’ e, sentindo próxima a morte, pediu para que o conduzissem para Goiás.

Faleceu, porém, antes de chegar às proximidades da fazenda da ‘Quinta’, conduzido em bangüê<sup>40</sup>, sendo da mesma forma trazido até sua residência” (BUENO, 1979, p.50).

Houve certa romantização por parte do autor Bueno sobre a morte do Dr. José Netto, essa mesma intencionalidade está presente em outros memorialistas. “Falecendo a 24 de novembro de 1921 foi seu caixão conduzido, da porta do cemitério ao túmulo, por moças de sua terra” (ALBERNAZ, 1983, p.187). Não há relatos sobre seu sofrimento, seu retorno à Goiás feito de forma fatigante tanto pela condição das estradas como da sua própria condução (feita por um bangüê). Dr. Netto mesmo com tantas dificuldades, demonstrava onde gostaria de passar seu último instante. A romantização pode ser observada no fato de seu corpo ser conduzido tanto para Goiás quanto da porta do cemitério até seu túmulo, ou seja, aquele que tanto prestou serviços à população mais necessitada por ela foi conduzido até seu leito de morte.

É importante refletir sobre a morte de um homem conhecido na cidade e que representava elevado significado àquela sociedade. Para isso, utilizaremos o trabalho do historiador francês Philippe Ariès, ‘O Homem diante da morte’ sobre a importante construção do pensamento acerca da morte de um indivíduo para sua sociedade:

Ainda no início do século XX, digamos até à guerra de 1914, em todo o Ocidente de cultura latina, católica ou protestante, a morte de um homem modificava solenemente o espaço e o tempo de um grupo social, podendo se estender a uma comunidade inteira, como, por exemplo, a uma aldeia. Fechavam-se as venezianas do quarto agonizante, acendiam-se as velas, punha-se água benta; a casa enchia-se de vizinhos, de parentes, de amigos murmurantes e sérios. O sino dobrava na igreja de onde saía a pequena procissão que levava o Corpus Christi [...] (ARIES, 2014, p.755)

Ariès fala sobre qualquer homem, o comum ou o prestigiado, pois cada um tem sua função na sociedade, um pai de família trabalhador ou um profissional médico reconhecido como no caso aqui apresentado. A morte continuava a ser no século XX um acontecimento público, pois a família e todos aqueles que se relacionavam com o indivíduo falecido, passavam pelo ritual de morte juntos. Da notícia da morte, o velório, o cortejo, o sepultamento os primeiros dias da pós-morte.

Por mais que sua estima tenha sido elevada para as pessoas participantes desta sociedade, uma característica do luto no século XX é que, ele se assemelha aos primeiros dias no que se refere às visitas aos familiares, às missas em sua homenagem e as flores levadas aos

---

<sup>40</sup> Espécie de liteira, com tecto e cortinados de couro e/ou padiola para condução de cadáveres. Disponível em: <[http://www.lexico.pt/bangue\\_3/](http://www.lexico.pt/bangue_3/)> Acesso em: 14 out 2016.

túmulos e acaba por diferir em sua duração. Ao passar de alguns dias o cotidiano segue seu fluxo normal, aquele sentimento social da perda vai se esvaindo na medida em que as pessoas permitem outro sentimento, o de seguir adiante, de não permitir o tempo parar. Para Ariès, no século XX, “a sociedade já não faz uma pausa, o desaparecimento de um indivíduo não mais lhe afeta a continuidade. Tudo se passa na cidade como se ninguém morresse mais” (ARIÈS, 2014, p.756).

De que forma podemos afirmar que a morte do médico Dr. Netto representou uma mudança nesse espaço, na vida de alguns grupos sociais, ou até mesmo em tempos posteriores? Para responder tal problematização, um documento tornou-se de extrema importância, seu testamento. O que Dr. Netto determinou sobre os bens terá um desdobramento crucial para tempos que seguirão após sua morte. “A nós historiadores, ocorre ser possível utilizar os testamentos como documentos reveladores das mentalidades e de suas mudanças” (ARIÈS, 2014, p.263). Por meio do seu testamento conseguiremos sondar a percepção do médico diante da morte destacando sua relevância para o objeto estudado, o Orfanato São José.

O testamento de José Netto, primeiro documento analisado revelou mais do que a importância dos seus bens e sua repartição, constituindo uma fonte rica em informações compreendidas para além das descrições facilmente encontradas na literatura como “médico dos pobres”<sup>41</sup>. Sobre o uso desse possível documento para pesquisa:

Quando reapareceu no uso corrente no século XII, o testamento deixou de ser o que era na Antiguidade romana e o que voltará a ser no final do século XVIII: apenas um ato de direito privado destinado a regulamentar a transmissão de bens. Era em primeiro lugar um ato religioso, imposto pela Igreja, mesmo aos mais desprovidos. Considerando um sacramental, como a água benta, a Igreja impôs-lhe o uso, tornando-o obrigatório sob pena de excomunhão: aquele que morria sem testar não podia, em princípio, ser enterrado na igreja e no cemitério. (ARIÈS, 2014, p.250)

O autor remete ao uso dos testamentos como documentos nos séculos XII e XVIII, valores que não se aplicavam no século XX, na medida em que tais práticas perdem forças. Tanto no século XII, quanto no século XVIII, Ariès afirmou que o testamento possuía o significado de ser “apenas um ato de direito privado destinado a regulamentar a transmissão de bens” (Ariès, 2014, p.250) Sendo mantidas até o século XVIII duas cláusulas, o dinheiro para as instituições pias e a outra cláusula a divisão de bens para os herdeiros. Entretanto, o

---

<sup>41</sup> Apesar de ser considerada figura importante para história de Goiás, não há um trabalho que nos revele a fundo sobre o médico.

testamento nesse período além de ser a partilha desejada pelo falecido assumiu também os significados religiosos ressaltados por Ariès, como um espaço de confissão de seus pecados, pedidos de perdão e a transferência de bens para Igreja em “contrapartida espiritual dos legados piedosos, missas, fundações caritativas” (ARIÈS, 2014, p.253).

Apesar de algumas dessas práticas perderem força, percebemos continuidades, como no caso da delegação aos parentes para os cuidados dos ritos funerários. Vejamos o que escreveu Dr.Netto em seu testamento “os meus funerais serão decentes, a critério do meu testamenteiro e desejo que as minhas cinsas repousem em lugar perpetuo”<sup>42</sup>. Não especificou sobre o rito fúnebre deixando à escolha de outros, foi aspecto presente em testamentos dos séculos XVII e XVIII na Europa, “(...) os testadores renunciam a tomar decisões para os próprios funerais e os confiam, do melhor grado, a seus executores testamenteiros” (ARIÈS, 2014, p.430). Atentando a especificidade da época, podemos apontar como diferença, a delegação não só apenas pelo desprendimento desse ritual, mas também a maneira afetuosa de eleger alguém que o fará, uma demonstração de confiança.

No último parágrafo do testamento do médico, “desejo que se cumpra fielmente em todas as disposições, o qual sendo escrito do meu próprio punho vai também por mim assinado”<sup>43</sup>, apontou para a relevância do testamento como desejo de sua última vontade. O médico pediu com exigência que seus últimos desejos fossem cumpridos reforçando sua aspiração ao mencionar os escritos e assinatura de próprio punho.

Mesmo pedindo apenas “um funeral decente”, alguns ritos não deixaram de ser seguidos com pompa principalmente quando a pessoa possuía uma representatividade na sociedade. A memorialista Ondina Albernaz, narra como eram os rituais mortuários seguidos na cidade:

Nas despedidas da vida, os sinos, em tom plangente, de hora em hora faziam-se ouvir, assinalando tristemente a partida de um cristão. Se o morto fosse homem davam primeiramente as batidas em tom grave e logo após os agudos; em se tratando de mulher fazia-se o oposto. Quando falecia criancinha (anjo) ou moça virgem os sinos replicavam. Era o uso um banho frio, de imersão, no morto. Após o banho, em se tratando de um corpo feminino, vestia-se nele uma mortalha, feita as pressas por amigos ou familiares. Era um camisolão, sempre branco ou roxo, de mangas compridas, abertas nas costas, sem nenhum acabamento, e que cobria todo o corpo até o tornozelo. Calçavam-se meias e sapatos e um lenço era atado na cabeça para aparar o queixo. Os homens eram sepultados em seus trajes domingueiros (ALBERNAZ, 1992, p.32-33)

---

<sup>42</sup> Certidão do Testamento do Dr. José Netto de Campos Carneiro. Documentos avulsos. Arquivo do Lar São José, Cidade de Goiás, doravante ALSJ.

<sup>43</sup> Certidão do Testamento do Dr. José Netto de Campos Carneiro. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Nota-se na riqueza da descrição feita pela autora e do ritual vivido por toda cidade, a morte anunciada pelo tocar do sino, comunicando todos da cidade sobre o ocorrido. Havia aspectos singulares a serem seguidos, claramente separados entre homem, mulher ou criança. Do tocar do sino as vestes que deveriam servir o morto, tudo seguia um ritual minucioso. Apesar, que naquele momento, início do século XX não ser mais comum a descrição do que deveria ser realizado – pelo falecido deixado em testamento – o fato de delegar um representante para cuidar do funeral, indica a garantia que tudo será seguido conforme estabelecido na época.

Dentre as mudanças dos ritos funerários do século XIX e século XX, destaco o uso das vestimentas. Como descreve Ondina Albernaz a mortalha era usada apenas para a mulher e na cor roxo ou branco. Segundo o historiador João José Reis no seu livro ‘A morte é uma festa’ (1991), relata o uso corrente da mortalha:

[...] os tipos de mortalha ou de roupa funerária variavam bastante. Havia mortalhas brancas, pretas, coloridas, vermelhas. Havia mortalhas que imitavam roupas de santos. Como a franciscana, as de várias invocações de Nossa Senhora, as de São João, São Miguel, São Domingos, Santo Agostinho, Santa Rita, Santa Ângela. Os padres se enterravam de batina, os soldados fardados, muitas pessoas com hábitos de suas confrarias. Um senhor foi enterrado vestido de casaca e um menino de nove anos de farda escolar. (REIS, 1991, p.119)

Percebe-se a variedade de cores das mortalhas, não havendo uma padronização a ser seguida. É importante observar também a referência religiosa nesse momento, ao uso de vestimentas semelhantes às usadas pelos santos devotos, isso se perdeu ao longo do século XX. Essa variedade de vestimentas e cores específicas só era possível a escrita deixada nos testamentos, comum no século XIX.

Albernaz continua:

Chamava-se um carpinteiro, o senhor Antonio Gustavo, que era profissional da área, o qual com o auxílio de um metro anotava as medidas necessárias ao ataúde. O caixão, feito com tábuas de pino, encoberto com pano roxo ou preto enfeitado com galões prateados e dourados, quando se tratavam de homens, mulheres casadas e viúvas; para anjos e virgens as cores usadas era azul e branco (ALBERNAZ, 1992, p.33)

Mais uma vez percebemos a diferença na morte entre homens e mulheres. Mulheres casadas ou virgens, recebiam a identificação de sua posição segundo tecidos e objetos que a enfeitavam, teriam o direito de serem veladas de acordo com as regras sociais.

A memorialista segue narrando:

Na despedida da vida, a banda de música sempre presente executava marchas fúnebres para adultos e valsas para crianças e virgens. Laçarotes de crepe nos braços dos instrumentistas e nos instrumentos musicais indicavam que o falecido era autoridade civil ou militar. As janelas das residências por onde passavam os féretros deviam permanecer cerradas (Idem, p.33)

A banda que acompanhava o cortejo embalava as emoções e sinalizava por onde passava o corpo fúnebre. Nota-se uma sutil ausência da influência religiosa, muito comum no século XIX. No entanto, um aspecto demonstra que algumas práticas continuaram não desaparecendo por completo, a exemplo das janelas cerradas ao passar do caixão. Acreditava-se que as portas e janelas deveriam permanecer fechadas evitando a entrada da alma do falecido. Sobre o luto, poucas mudanças ocorreram, permanecendo a rigidez do século passado:

Na missa de sétimo dia ou quando se fazia uma visita a família enlutada usava meio-luto, isto é branco e preto ou uma cor discreta. Tanto no papel como o envelope de uma correspondência expedida ou recebida por uma família enlutada trazia uma tarja preta. O tempo da duração do luto ostensivo era variável: para os pais um ano, para irmãos e avós seis meses e para tios três meses. As viúvas usavam luto fechado por um período de dois anos, e luto abreviado por tempo indeterminado. Os sinais exteriores de tal sentimento nos homens era terno preto, às vezes a camisa e até a gravata eram pretas; outros usavam o que se chamava de fumo, que era crepe na lapela e no chapéu. Militares enlutados usavam este sinal no braço. Uma família enlutada permanecia confinada em casas, afastada de festas, passeios, jóias, maquilagem e penteados elegantes por largo espaço de tempo. Os brincos se não fossem retirados eram recobertos por crepe. Um riso ou mesmo uma expressão um pouco mais alegre eram suficientes para que a pessoa enlutada fosse duramente comentada (ALBERNAZ, 1992, p.34)

As formas de demonstrar o luto era algo respeitado socialmente e seguido a risca, pois significava a tristeza que se passava para aqueles que perderam um ente querido. Nota-se que a mulher era a mais cobrada, seu luto poderia durar mais de um ano. Não era apenas a família que se afastava socialmente, mas toda a sociedade, como se estivessem doentes. Eram marcados com o preto, com o estigma de viver a tristeza da perda. Embora a morte fosse um evento vivido socialmente o luto ao contrário deveria ser sentido individualmente.

Além dos cuidados com o ritual a ser seguido após sua morte, ou da sua preparação para essa, pensando os detalhes e seus desdobramentos, José Netto deixou devidamente organizado a partilha dos seus bens. No seu testamento, devidamente registrado em cartório estão relatadas suas propriedades e aqueles que os usufruiriam após sua partida. Seu cuidado se deu em delegar sua herança para as pessoas próximas a seu vínculo, no caso irmãos, irmãs,

sobrinhas, afilhados e afilhadas, além de pessoas que não identificamos seu grau de parentesco.

É importante destacar que o médico nunca foi casado e conseqüentemente não possuía filhos legítimos. As pessoas citadas no testamento dividiram parte do patrimônio, listados um a um. Os parentes receberam casas, alguns, sítios e fazendas. O irmão Antonio Netto Cerqueira Leão herdou um dos valerosos bens de José Netto, o sítio Conceição, próximo a Mossâmedes, local sempre frequentado pelo médico, herdado do seu pai. Seu outro irmão João Netto Carneiro Leão e posteriormente seu afilhado Edmilson uma casa de dois lances na Rua Doutor Corumbá, nº11. Sua irmã Maria, casada com Tenente Libertino, a casa onde já residiam. Maria Tomazia e Emerciana não eram casadas, herdaram a casa onde residiam e um auxílio de R\$ 50\$00 por mês. Seus afilhados Maria e José, ambos os filhos de sobrinhas do médico, herdaram uma casa cada um. Duas mulheres citadas no testamento não identificadas o grau de parentesco, receberam casas, são elas: Benedita Vieira dos Santos e Anna Philemon. Em ambos os casos, o uso dos bens era usufruto, ou seja, enquanto estivesse vivo, pois com sua morte esses bens seriam todos encaminhados ao asilo planejado pelo médico, que ficou conhecido como Orphanato de São José<sup>44</sup>.

Além de bens imóveis, seus instrumentos cirúrgicos, a seu pedido, foram doados ao Hospital São Pedro de Alcântara onde exerceu a medicina por alguns anos. Uma das obras de caridade citadas no testamento refere-se à doação de apólices de dívida pública federal para o Seminário Diocesano (na cidade de Goiás) “para ser mantido e educado um ou mais meninos pobres” não permitindo sua alienação, os “juros que não forem empregados para esses meninos deverão ser empregados na compra de outra apólice, a fim de aumentar o capital, beneficiando maior número de alunos”.<sup>45</sup> Os seminários diocesanos funcionavam como instituições escolares que recebiam meninos pobres com o intuito da formação para a vida religiosa, porém isso não ocorria de forma necessária esses poderiam continuar, ou não, como seminaristas no decorrer dos anos. O ensino ministrado nessas instituições era composto por uma rigorosa disciplina moral e cristã, princípios considerados de fundamental importância para a formação do homem brasileiro, segundo Danilo Rabelo “o seminário era frequentado por alunos internos dedicados à vida clerical, e alunos externos, destinados às academias, ou a esfera civil”.(RABELO, 2010, p.142). A vantagem para os alunos externos residiria no fato de que, com o certificado do seminário, não precisariam prestar o exame para ingresso nas

---

<sup>44</sup> Certidão do Testamento do Dr. José Netto de Campos Carneiro. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>45</sup> Idem.

academias<sup>46</sup>. José Netto foi um dos alunos externos do Seminário Diocesano, onde cursou seus estudos iniciais e decidiu seguir carreira médica. Deixar apólices para a escola pode significar um vínculo emocional e reconhecimento do estabelecimento para educação de meninos pobres na capital.

Fazer uso do testamento escrito por José Netto significa analisá-lo como um documento que sinaliza suas últimas intenções e aquilo que mudaria futuramente, uma tentativa de controlar as ações correlatas após sua morte. O fato de se retirar da cidade, se afastando de todos, pode indicar uma fuga e medo da morte. O que o historiador francês Ariès chama de morte oculta, que nada mais é que o isolamento, a solidão, como no retiro. Momento esse para refletir sobre a vida e conseguir admitir que seu fim estava próximo. (ARIÈS, 2014, p.733). No jornal apenas uma nota, informando sua ida para o campo, por motivo de doença, dois meses antes do seu falecimento, que foi noticiado pelos principais periódicos da cidade. Encontramos no jornal ‘Correio Oficial’, na seção “Noticiário”, uma nota sobre sua morte:

Doutor Netto

Falleceu, em sua fazenda, tendo sido sepultado, hoje, nesta capital, com extraordinário acompanhamento de pessoas amigas, o dr. José Netto de Campos Carneiro, o mais velho e o mais estimado dos médicos desta capital, onde exerceu a sua nobre profissão, por espaço de trinta anos<sup>47</sup>.

Após a morte um silêncio é estabelecido, esse silêncio é rompido posteriormente com abertura do seu inventário e a leitura do testamento escrito de próprio punho. Diante das heranças partilhadas, um pedido inusitado, o estabelecimento para órfãs desvalidas que seria mantido por bens destinados a esse fim. Para alguns memorialistas, seu maior ato de caridade.

## O Orfanato

De outros bens declarados no testamento, dos quais o médico chamou de remanescente seriam destinados para preservação de um *“modesto asylo para órfãs*

---

<sup>46</sup>O Estado no início da República no Brasil se interessava pelos Seminários principalmente por ofertar formação a esses meninos, no entanto, fora criticado ainda no Império por seu elevado custo. Em Goiás, com a fundação da Escola Normal na década de 1880, sendo assim duas escolas secundaristas na capital, o presidente da província Joaquim de Almeida Leite de Moraes tentou sem êxito fundir o Liceu ao Seminário Episcopal. C.f. RABELO, Danilo. **A Normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822 – 1889)**. Goiânia: Ed. UFG, 2010, p. 142.

<sup>47</sup> Jornal ‘Correio Oficial’, sábado, 26 de novembro de 1921, nº 537. Cidade de Goiás. AHEG, Goiânia.

*desvalidas*”<sup>48</sup> não sendo permitida sua alienação ou venda. Essa seria conhecida como sua mais importante “obra de caridade”. No decorrer de algumas décadas parte do patrimônio de José Netto de Campos Carneiro foi repassado à Igreja Católica sob responsabilidade da mitra diocesana<sup>49</sup>, pedido do médico em testamento, para um único propósito, a manutenção de um “asylo para órfãs desvalidas”. No documento abaixo, testamento do médico, podemos analisar a sua vontade:

14º)- Todo o remanescente que se apura, sera aplicado na manutenção de um modesto Azylo para Orfãs desvalidas nesta Cidade de Goiás, na casa em que resido, à Rua da Penha, que será para esse fim adaptada, conservando-se as suas formas gerais, tirando o necessário para essa instalação tudo mais será convertido em renda para o custeio do mesmo. A execução dessa obra assim como fornecimento das mensalidades as minhas irmãs Maria, Tomasia e Emereciana, conforme disposição quinta (5º) deste testamento, que serão tiradas das rendas de Azylo, ficará a cargo da Mitra desta Diocese, devendo para esse fim ser entregue o referido remascente ao seu representante legal que o empregará na forma determinada<sup>50</sup>.

Por meio do testamento e dos bens imóveis deixados para essa finalidade, um ano após sua morte, o desfecho do testamento seguindo as vontades do Dr. Netto forneceu um profundo significado, ocasionou mudanças no tempo e espaço: um asilo para abrigar órfãs desvalidas. Diante do exposto, perguntamos sobre qual motivo um homem rico e que apesar de ser solteiro possuía família e ainda assim optou por deixar grande parte da sua herança para a construção de um “asylo para órfãs desvalidas”.

Como escrito neste capítulo, encontramos de forma persistente, nos memorialistas, a construção da imagem de um homem caridoso. Para Bueno, o médico foi um substituto natural do Dr. Vicente Moretti Fóggia, que também se dedicou aos pobres e doentes de Vila Boa. (BUENO, 1979, p.49). Em nossa análise, ambos foram profissionais que buscaram o exercício da medicina calcado na ciência e na prática de valores, ou seja, não se baseavam apenas na caridade profundamente religiosa, mas sim na filantropia. Tal dedicação tinha o propósito promover mudanças na sociedade, regidas por palavras como razão e justiça.

O desejo de fundar em Goiás um asilo para as órfãs desvalidas atenderia um pedido que há muito era discutido entre autoridades da cidade, sendo uma delas o próprio médico

---

<sup>48</sup> O conceito de órfãs desvalidas será discutido no capítulo 3.

<sup>49</sup> A mitra é, apesar de seus muitos tipos e complexo cerimonial, é uma insígnia de significado muito simples: autoridade. Disponível em: <<http://www.salvemaliturgia.com/2011/10/mitra.html>> Acesso em: 21 out 2016.

<sup>50</sup> Certidão do Testamento do Dr. José Netto de Campos Carneiro. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

José Netto. Em ata da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo<sup>51</sup>, ressaltamos a preocupação e urgência da criação de um orfanato na cidade. Segundo Souza:

(...) a criação de um orphanato, oxalá que a ultima vontade do grande amigo desta casa, de amigo e pai dos pobres, o distinctíssimomedico José Netto Campos Carneiro, se converta em realidade, a fim de que, em breve, possamos ver na nossa Capital um abrigo seguro para a infância desvalida. Precisamos, nós vicentinos, tomar isto a peito, trabalhar e pedir a Deus que tão grandiosa obra se torne uma certeza, precisamos olhar pela infância desamparada, que sem arrimo anda por essas ruas e...é custoso dezel-o, nas doentias cellas da nossa cadeia. Trabalhemos que o nosso trabalho não será sem fructo. Todos os estabelecimentos de caridade são fundados a custa de sacrificios, sem outro capital que não seja a esperança em Deus e nas almas grandes e generosas. Todos virão no encontro desta grandiosa e patriótica empresa<sup>52</sup> (SOUZA, 2014, p. 84 - 85).

O médico conhecido como “amigo dessa casa” (Asilo São Vicente de Paulo), compreendia de perto os problemas enfrentados na instituição relativa ao acolhimento de crianças desvalidas da cidade, segundo SOUZA (2014, p.102), algo representado por pouco mais de 25% da população atendida no asilo. Essa representatividade alta se dava, pois, o Asilo era o único local que recebia crianças órfãs. Não havia na cidade até o ano de 1922 uma instituição que atenderia as questões da infância desvalida. Crianças órfãs de pai e mãe, doentes, abandonadas ou desamparadas dividiam espaços com outra realidade, os (as) idosos atendidos (as) no Asilo.

Mesmo diante da necessidade exposta, de que faltava um estabelecimento que atendesse a demanda existente, um lugar para as órfãs, deixar um legado para a criação de um estabelecimento assistencialista era prática pouco comum no século XX. Para Marcílio (2006, p.161), o espírito de caridade, herança colonial perde espaço com o avanço do liberalismo no Brasil. As obras de beneficência começaram, então, a ser concebidas de acordo com o espírito de uma filantropia cada vez mais pública e muito pouco privada. Estabelecimentos como os Asilos, incluindo os orfanatos faziam parte de uma nova fase nas políticas assistencialistas no Brasil, presente já no final do século XIX, seguindo até as três primeiras décadas do século XX, identificada como fase da filantropia, discutida anteriormente.

---

<sup>51</sup>Segundo Souza, o Asilo São Vicente de Paulo se configurava como instituição, pautada nos preceitos da caridade cristã, os objetivos do Asilo em seu Regulamento no Artigo 3º, foi recolher os pobres/indigentes e “mantel-os; dando-lhes o necessário abrigo, juntamente com o consolo que proporciona a Religião Catholica”. O sentido utilitário desta instituição se assemelhava ao hospital que prevaleceu até o século XVIII, portanto, o Asilo São Vicente de Paulo era uma “fundação devota”, pois o seu gerenciamento interno estava a cargo de uma Congregação Religiosa, qual seja a Ordem Dominicana; era uma casa de acolhimento, e o mais importante, desempenhava um relevante papel sanitário na Cidade de Goiás.

<sup>52</sup>Souza *apud* Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, 23 de Julho de 1922 (2014, p. 102).

A intenção do Dr. Netto, idealizador do Orfanato São José foi mais do que um último desejo ou uma obra de caridade do médico, refletia em uma ação única do médico, algo em consonância com os preceitos da filantropia da época. Não se tratava em apenas realizar algo singular, mas de uma ação que refletia valores e comportamentos. Sendo ele um Vicentino atuante, colaborador do Asilo São Vicente de Paula, reconhecia a importância de um estabelecimento para órfãos na cidade.

Outros médicos no Brasil exerciam uma preocupação pelas questões da infância, a exemplo, Arthur Moncorvo Filho, Antonio Fernandes Figueira e Luiz Barbosa<sup>53</sup>. Segundo Maria Martha de Luna Freire, Dr. Arthur Moncorvo Filho:

[...] exercia a filantropia como uma entre outras práticas inerentes à cultura da elite do período. Ao mesmo tempo, estava em sintonia com a atmosfera nacionalista dominante entre a intelectualidade urbana republicana, que não mais tolerava a insensibilidade social frente à elevada mortalidade infantil – o chamado “problema da infância” – e depositava na ciência a esperança para o progresso e desenvolvimento da nação brasileira. (FREIRE, 2015, p.114)

Mesmo sendo algo inerente da elite, o exercício da filantropia ligada aos cuidados específicos à infância era ausente em Goiás, porém, como veremos mais adiante, a prática filantrópica de assistência à infância inicia-se com José Netto e a fundação do Orfanato São José. Diante de tal constatação, questionamos pelo fato de não haver estabelecimentos que atendiam a infância em Goiás nas duas primeiras décadas do século XX, todavia, encontramos orfanatos por todo Brasil nesse período. Na urgência necessária para encontrar um local para crianças órfãs a única opção existente, anterior a fundação do orfanato, no século XX, era o Asilo São Vicente de Paulo, aonde compartilhavam espaços com idosos e doentes. Segundo Souza, “havia somente um alojamento, que era ocupado por homens, mulheres, loucos, cretinos, velhos e crianças; portadores de todas as moléstias que afligiam aquela população (...)”. (SOUZA, 2010, p.87). Segundo o autor esse quadro muda em 1915, apenas no isolamento dos doentes mentais, em um alojamento construído para esse fim.

Embora o asilo não fosse um estabelecimento específico para o atendimento à infância desvalida em Goiás, Souza apresenta documento que sugere o objetivo da fundação do asilo

---

<sup>53</sup>[...] três médicos que tinham como ponto comum o fato de terem sido formados no Curso Livre de Pediatria oferecido por Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo na Policlínica das Crianças da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Cada um fundou no Rio de Janeiro instituições que priorizavam o atendimento específico a infância. Mais sobre a trajetória dos médicos, c.f. SANGLARD, Gisele. **‘Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República’**. SANGLARD, Gisele *et al.* **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015, p. 133 – 148.

“[...] dar abrigo e conforto a infância desamparada e á velhice sem arrimes”<sup>54</sup>. (Idem, p.101). Apesar de aceitarem crianças órfãs no Asilo São Vicente de Paulo, tal fato tornava-se um grande problema para a instituição, pois significava aumento financeiro nas suas despesas, visto que no ano de 1920, Goiás passava por uma grave carestia. Algo em que a Junta administrativa do Asilo concordava. Era um assunto de urgência a fundação de um orfanato para órfãos desvalidos, desejo de José Netto.

A situação do Asilo São Vicente de Paulo não iria mudar após a fundação do Orphanato São José, pois observamos documentos após 1922 referentes aos encaminhamentos de órfãs para o asilo. Ao Orphanato São José seriam encaminhadas as órfãs saudáveis que não possuíam doenças mentais ou contagiosas, conforme as regras estabelecidas no seu estatuto de fundação. Mais sobre como foi organizado o orfanato após a morte de José Netto e seu papel na assistência à infância na Cidade de Goiás será tratado no próximo capítulo.

---

<sup>54</sup> O autor retirou o trecho do documento, “Relatório apresentado ao Conselho Central e particular das Conferências de São Vicente de Paulo em 24 de junho de 1921”.

## Capítulo 2

### Da Administração

#### 1. Considerações iniciais

No capítulo anterior questionamos a não existência de um estabelecimento que acolhesse órfãs desvalidas. Por isso, adentraremos sobre essa questão, utilizando dados e referências sobre o assunto para compreender a ausência de um local para órfãs em Goiás, nas primeiras décadas do século XX. Esse movimento proposto na pesquisa fará um breve histórico das instituições de assistência à infância no Brasil e em Goiás, relacionando dados sobre as instituições levantadas pela autora Maria Luiza Marcílio<sup>55</sup>. Também serão utilizados dados oficiais e estatísticos do século XX, apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>56</sup> - na busca por localizar as instituições assistencialistas em Goiás -, e por último, analisaremos pesquisas sobre o tema da assistência à infância.

Havia um interesse maior por parte do Estado brasileiro sobre a questão do amparo e instrução de crianças e adolescentes, ainda que, nos primeiros anos da República as responsabilidades dessas instituições fossem ligadas à Igreja Católica e a associações de caridade compostas por figuras importantes na sociedade, como médicos e juristas.

Para Marcílio (2006, p. 191), não foi possível deixar de associar essa nova fase no Brasil sem interligar com importantes acontecimentos como, a abolição do regime escravista, a queda da Monarquia e a separação da Igreja e o Estado, isto é, a ascensão do Estado laico juntamente com as ideias republicanas no final do século XIX, concomitante com a influência do positivismo.

Irene Rizzini, ao fazer uma análise sobre a mudança das práticas de assistência no Brasil na passagem do século XIX para o XX, afirmou que as:

(...) mudanças ideológicas e práticas em relação à assistência são incorporadas e tornam-se visíveis na passagem do século. O eloqüente discurso e a eficiente ação dos higienistas fizeram esmorecer o velho caráter da misericórdia para abrir espaço para sua missão de cunho científico e social (RIZZINI, 2011, p. 114)

---

<sup>55</sup> Utilizaremos basicamente o livro: MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª Ed.. São Paulo: HUCITEC, 2006. A pesquisa da autora Marcílio, está calcada em poderosa base empírica, representada por documentos levantados em arquivos e bibliotecas do Brasil e do Exterior, onde a autora buscou ressaltar a trajetória do fenômeno do abandono de crianças, desde a Antiguidade até o Brasil contemporâneo.

<sup>56</sup> Doravante IBGE.

Essa missão de cunho científico condenou a Roda dos Expostos<sup>57</sup>, por caracterizá-la como “imoral” e “inadequada”. O foco se estabeleceu nas instituições assistencialistas como asilos e orfanatos, lugares onde se destinavam as crianças pobres abandonadas ou órfãs. A criança que não se encontrava nesta condição, órfã ou abandonada, seria moldada segundo os preceitos higiênicos, por meio da escola e do acompanhamento médico. No entanto, o ensino público não tinha uma proposta organizada nacionalmente e as questões da “infância” fizeram um importante avanço legislativo apenas décadas depois. O que se construiu no início do século XX foi uma aliança entre justiça e assistência, segundo Rizzini uma:

[...] ação tutelar do Estado, legitimada pela criação de uma instância regulatória da infância –O Juízo de Menores e por uma legislação especial –o Código de Menores (ambos na década de 20). (...). Ambas inserem-se na lógica do modelo filantrópico, que visaria o saneamento moral da sociedade a incidir sobre o pobre. Tornam-se politicamente viáveis ao servir a função regulatória de enquadrar os indivíduos, desde a infância, à disciplina e ao trabalho (Idem, p.125)

O discurso do qual Rizzini falava sobre o dever do Estado e de toda a sociedade de “salvar as crianças pobres”, ganhou espaço na idealização e na diversificação dos estabelecimentos de atendimento à infância. Foram estas instituições as responsáveis por terem introduzido uma nova moral e costumes, influenciada pelos discursos higiênicos<sup>58</sup>.

Marcílio (2006) realizou um levantamento sobre os estabelecimentos de assistência à infância no Brasil nos fins do século XIX e início do século XX. Segundo a autora no quadro 01 abaixo, formulado a partir dos seus dados.

**Quadro nº 01** – Estabelecimentos de assistência à infância no Brasil. Séculos XIX e XX.

Nome	Ano	Local	Gênero
Asilo Santa Leopoldina	1854	Niterói/RJ	Misto
Asilo de Órfãs Desvalidas	1855	Desterro/SC	Meninas
Colégio Santa Teresa	1857	Porto Alegre/RS	Meninas
Asilo Santa Leopoldina	1857	Porto Alegre/RS	Meninas
Asilo Coração de Maria	1855	Rio Grande/RS	Meninas
Asilo Nossa Senhora da Conceição	1855	Pelotas/RS	Meninas

<sup>57</sup> Segundo Rizzini, a “Roda dos Expostos” era uma instituição que acolhia crianças através de um mecanismo que impedia a identificação de quem ali as abandonava. Estas instituições espalharam-se pelos países católicos, sendo implantadas no Brasil por volta de 1730, através da Santa Casa de Misericórdia. Por mais de 150 anos os asilos de expostos com suas rodas cumpriam seu papel de abrigar os enjeitados da sociedade (RIZZINI *apud* MONCORVO FILHO, 2011, p.111)

<sup>58</sup> No capítulo 1 abordamos os discursos higiênicos, isto é, a ideologia higienista vigente no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Colégio das Órfãs	1855	Recife/PB	Meninas
Asilo de Santa Teresa	1855	Maranhão	Meninas
Colégio dos Educandos Menores	1856	Fortaleza/CE	Meninos
Asilo de órfãs e desvalidas	1856	Fortaleza/CE	Meninas
Casa dos Educados Artífices de Manaus	1856	Manaus/AM	Meninos
Casa das Educadas ou Colégio de Nossa dos Remédios	1859	Manaus/Am	Meninas
Instituto dos Menores Artesãos da Casa de Correção da Corte	1861	Rio de Janeiro/RJ	Meninos
Instituto de Educandos Artífices do Pará Lauro Sodré	1872	Pará	Meninos
Asilo de São Cornélio	1895	Fortaleza/CE	Meninas
Asilo para infância desvalida	1882	Niterói/RJ	Meninas
Instituto de Educando Artífices	1874	São Paulo	Meninos
Asilo dos Expostos	1896	São Paulo	Meninos
Colônia Agrícola Orfanológica e Industrial Isabel	1873	Recife/PE	Meninos
Colônia Agrícola Orfanológica Cristina	1877	Fortaleza/CE	Meninos
Colônia Orfanológica Isabel	1886	Salvador/BA	Meninos
Colônia Correccional de dois rios	1902	Rio de Janeiro	Meninos
Instituto Lauro Sodré	1899	Belém/PA	Meninos
Colégio de Artes e Ofícios	1899	Cuiabá/MT	Meninos
Instituto G.Bittencourt	Fins séc.XIX	Belém/PA	Meninas
Casa de São José	1890	Rio de Janeiro/RJ	Meninos
Asilo de Meninos Desvalidos	1890	Rio de Janeiro/RJ	Meninos
Escola Premonitória 15 de novembro	Fins séc.XIX	Rio de Janeiro/RJJ	Misto
Colônia Penal Agrícola	1901	Rio de Janeiro/RJ	Meninos
Instituto Disciplinar ou Instituto Modelo de São Paulo	1902	Tatuapé/SP	Meninos
Escola Propagadora de Instrução	1873	São Paulo	Misto
Liceu de Artes e Ofícios	1889	São Paulo	Misto
Instituto João Pinheiro	1909	Minas Gerais	Meninos

Fonte: Dados compilados da autora Marcílio (2006).

Conforme os dados, dos trinta e três estabelecimentos citados, dezessete eram para os meninos, doze para meninas e apenas quatro de organização mista. Eram denominados em sua maioria como asilos, orfanatos, colônias agrícolas, casas, institutos e liceu, fundados até meados da Proclamação da República no Brasil. O principal objetivo destas instituições era preparar meninas para servir casas em formas de asilos ou orfanatos que as retirariam da prostituição. Os lugares para os meninos tinham basicamente dois objetivos, eliminar a prática da vadiagem ou do ócio e educá-los para o mundo do trabalho ensinando-lhes ofícios. Esses “lares” asseguraram o futuro da nação e a formação de parte da sociedade apta para o trabalho e seguidora das normas familiares. Conforme Marcílio:

[...] as famílias dessas crianças consideradas incapazes, despreparadas (ou inexistentes) para bem criá-las, os estabelecimentos de internamento seriam ideais

para tirar a criança dos perigos da rua, do botequim, da malandragem, da vadiagem, etc. Retirada da família e da sociedade, nas instituições totais a criança encontraria a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que a prepararia para a vida em sociedade, para bem constituir sua família, dentro do amor e do preparo para o trabalho (MARCÍLIO, 2006, p.207).

Concordamos com a referência no que diz respeito aos objetivos dos locais de acolhimento e acrescentamos a reflexão de que em algumas ocasiões as famílias concordavam e entregavam o filho (s) ou filha (s) a esses estabelecimentos para receberem educação e conforto, uma vida “melhor”, isto é, possibilitava as crianças uma educação que a própria família não conseguia custear.

Apesar da autora Marcílio, ter levantado um panorama dos estabelecimentos em todo Brasil, sendo eles em grande número concentrados no sudeste e nordeste brasileiro, no estudo não apareceu nenhuma referência as instituições de assistência à infância no estado de Goiás. São duas possíveis hipóteses para a ausência dos dados em Goiás, primeiramente a falta de pesquisas relacionadas ao tema, não havia até o momento da pesquisa realizada pela autora na década de 1990, referência de estudos sobre essas instituições em Goiás. A segunda hipótese complementa a primeira, pois, tal ausência de pesquisas se deu pelas dificuldades de acesso aos documentos destas instituições, contribuindo para o silenciamento do tema entre os/as pesquisadores/as.

Assim, após a pesquisa pioneira de Marcílio, na década de 2000 temos outras pesquisas, em Goiás encontramos referências de alguns estabelecimentos. Um deles conforme Rabelo foi:

O Colégio Isabel homônimo do colégio destinado à catequese dos índios no Vale do Araguaia, foi criado em 1876, como um internato de meninas “desvalidas” ou órfãs da capital. Era subvencionado com 1:500\$000 réis anuais e por doações, e foi extinto pelo presidente Luiz Augusto Crespo (1878-1879) como medida de economia (RABELO, 2010, p.144)

Ainda segundo o autor, o colégio funcionava como um asilo de meninas desvalidas, chegando a atender vinte (20) internas de acordo com o jornal ‘Correio Oficial’, do dia 20 de janeiro de 1877. As atribuições do colégio consistiam em dar instruções elementares às mulheres para que pudessem melhor administrar os seus lares e obter o conhecimento necessário à convivência social nos salões. (RABELO, 2010, p.144). Ocorria uma tendência no que se referia à assistência das meninas no século XIX e ainda continua no século XX, um ensino baseado nos princípios da formação para o lar e a internalização do seu papel na

sociedade, de mãe e esposa. A única referência encontrada foi a do supracitado autor. O fechamento do Colégio Isabel ocorreu devido ao alto custo e as baixas doações.

A Companhia de Aprendizes Militares, outra instituição existente desde 1877, abrigava voluntariamente os meninos órfãos e pobres com o objetivo de aproveitá-los futuramente para o serviço militar. No ano da Proclamação da República chegou a atender 127 meninos. Marilucia Melo Meireles afirmou que:

Essa companhia permaneceu na província de Goiás durante aproximadamente quatorze anos, tendo por finalidade pedagógico-militar a inserção dessas crianças no serviço das armas. Resultava que esses meninos, inseridos nas instruções militares sob rigorosa disciplina, além de conviver com os presos, recebiam outros tipos de aprendizagem. Eram também alfabetizados, recebendo noções musicais e práticas esportivas. Muitos se tornavam soldados, outros desertavam. No final do século XIX, em substituição a essa companhia, foram criadas, nas áreas rurais, em regime de internato, as colônias agrícolas e as colônias para órfãos, em regime de internato, com a finalidade de abrigar menores abandonados (MEIRELES, 2014, p.117)

Em seu tempo de duração a companhia recebeu duras críticas da sociedade por maus tratos e violência com os meninos que ali se encontravam. Porém, essa instituição era indicada pelo Juiz de Órfãos e pelo Chefe de polícia para o encaminhamento de crianças e adolescentes acusados de ferirem a ordem pública, principalmente pela prática de vadiagem<sup>59</sup>.

As colônias agrícolas criadas posteriormente à extinção da Companhia de Aprendizes Militares estabeleceram uma proposta vinculada a novas experiências e práticas pedagógicas, conforme Marcílio:

As “Colônias Agrícolas para Ingênuos” ou “Colônias Orfanológicas”, como eram chamadas, mantinham uma forma de organização – que submetia os indivíduos a um total controle, sob regime de internato. O plano consistia em organizar a colônia em grupos ou “famílias”, seguindo o modelo das colônias de Mettray, na França e de Red Hill, na Inglaterra (MARCÍLIO, 2006, p. 211)

Esse projeto pedagógico consistia no isolamento, nas atividades árduas agrícolas em duras regras cotidianas e reunia propostas que seguiam os planos das políticas assistencialistas no século XIX, objetivavam o recolhimento da infância exposta ou delinquente impondo

---

<sup>59</sup> Segundo Irene Rizzini (2011, p.56), o combate ao estilo “vida vagabunda” deve ficar bem entendido como um gesto de contenção a um ato identificado como de insubordinação, ou seja, o indivíduo, embora apto, recusava-se a trabalhar, o que, em outras palavras, significava uma recusa em servir à sua pátria. Essa “ociosidade” que era vista como algo negativo vai de encontro com o desenvolvimento do capitalismo e suas ideias no século XIX. O que estava sendo criticado eram os vícios, a ociosidade, a imoralidade, não se configura apenas enquanto prática individual do ser mais sua representatividade no social, seguindo o objetivo da construção de uma nação mais desenvolvida e apta para o trabalho.

disciplina e instrução ao trabalho, sobretudo voltadas ao ofício no campo. Um intuito de transformar trabalhadores escravizados em trabalhadores livres, aptos e aprazíveis.

Em Goiás há relatos de apenas uma Colônia Agrícola Orfanológica, conhecida como Colônia Blasiana<sup>60</sup> em Santa Luzia, atual Luziânia. Fundada em 1881, chegou a abrigar 43 órfãos desvalidos, filhos de escravos advindos da Lei do Ventre Livre (1871) ou de trabalhadores pobres (MARIN, 2006). O objetivo dessa instituição estava concentrado na formação de profissionais hábeis ao serviço agrícola e pecuário. Os meninos eram admitidos com sete anos indicados pelo Juiz de Órfãos denominado como seu protetor, e se emancipavam aos 21 anos de idade. Segundo Ferraro, a colônia tinha outro objetivo, a formação profissional:

[...] a modernização e a diversificação da agricultura goiana, pois procurava aplicar métodos científicos de cultivo, com a intenção de transformar os métodos rotineiros até então praticados. Diversas personalidades a visitaram: autoridades civis e religiosas, bem como viajantes brasileiros e europeus. Em comum a todos os relatos – além de ressaltarem o caráter filantrópico da entidade e magnanimidade de seu diretor –, são mencionadas as diferentes e inovadoras formas de se cultivar o solo então praticadas naquele local (FERRARO, 2016, p. 772)

Dentre as inúmeras visitas recebidas, Dr. Raymundo Henrique, pároco de Santa Luzia, esteve na colônia em 1882 edescreveu o local como “agradável, organizado, com jardins e fontes de água que encantaram os seus olhos [...]. Elogiou também o zelo com que as crianças eram tratadas, as quais se mostravam cheias de bons modos, apontando a instituição como exemplo” (idem, p.774)

Seu fechamento ocorreu vinte anos após sua fundação, em 1891, segundo Marin (2006) o motivo se deu por pressão da bancada goiana no congresso para conter gastos, visto que a colônia recebia subvenção anual do governo. Já Ferraro acreditava que o motivo do fechamento da Colônia Blasiana, ocorreu por cunho político, pois representava uma “referência à monarquia, que acrescentava prestígio ao governador e era temerária sua continuidade, pois poderiam trazer constrangimentos ao novo regime”. (FERRARO, 2016, p.786)

---

<sup>60</sup>Sobre a Colônia Blasiana, c.f. FERRARO, Mario Roberto. **A agricultura moderna no Planalto Central: a experiência da Colônia Blasiana (1881-1895)**, na atual Luziânia, Goiás, Brasil. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. Hum., Belém, v. 11, n. 3, p. 769-789, set.-dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v11n3/1981-8122-bgoeldi-11-3-0769.pdf>> Acesso: 23 jun 2017. Ver também MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. ‘**Ensino profissionalizante em Goiás: a experiência pioneira da Colônia Blasiana**’. Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação/UFG, 31 (1): 111 a 137, jan. – junho, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1495/1479>> Acesso em: 23 jun 2017.

Todas as referências acima analisaram estabelecimentos fundados e alguns fechados em Goiás no século XIX. A Colônia Blasiana (1881 – 1895) foi à última instituição existente na província referente ao acolhimento de órfãos desvalidos. Somente anos mais tarde, no período republicano foram instalados na capital a Escola de Aprendizes e Artífices (1910) para os meninos e o Orphanato São José (1923) para as meninas e, posteriormente, outras instituições em Goiânia a partir da década de 1940. Apesar de ter havido uma demanda na esfera da assistência à infância em todo estado não encontramos documentos que indiquem outros estabelecimentos no século XX.

Sobre a Escola de Aprendizes e Artífices, Pires afirmou que:

A criação da Escola de Aprendizes e Artífices de Goiás, e as dos demais estados da recém criada República, fez-se no momento em que havia uma busca para superar antigas representações sobre o trabalho, sobre a infância e a menoridade e intenção da República ao criar uma escola para os menores filhos dos “*desfavorecidos da fortuna*” era ordenada por uma racionalidade e por anseios de construir um cidadão laborioso e disciplinado (PIRES, 2014, p.15)

Com um lugar específico para “moldar” os meninos - a Escola de Aprendizes e Artífices -, ainda faltava em Goiás, com o advento da República, uma instituição para as meninas desvalidas com o objetivo de retirá-las da rua e torná-las também educadas e hábeis ao trabalho, de acordo com a ideologia higienista.

Segundo dados do IBGE, em 1931 não foram compatibilizados movimento de pessoas em estabelecimentos reconhecidos como asilos e recolhimentos em Goiás, apesar de constar quatro instituições de mendicidade, sendo uma subvencionada e três não<sup>61</sup>. Nos anos de 1932 e 1933 foi constatado o movimento de pessoas internadas, porém somente em um dos estabelecimentos, perfazendo uma média de apenas três homens e uma mulher. A partir de 1934 a quantidade de pessoas internadas e de estabelecimentos cresceu de forma considerável, são quatro estabelecimentos em que até o mês de dezembro daquele ano atenderam cerca de cinquenta e dois homens e cento e seis mulheres<sup>62</sup>. A importância de falar desses dados se estabeleceu como uma demonstração de como era composto o quadro da assistência em Goiás e na ausência de estabelecimentos para órfãos.

---

<sup>61</sup> Nossa hipótese é que esses estabelecimentos eram subvencionados pelo governo federal, ou estadual, ou municipal, por constarem nas estatísticas oficiais.

<sup>62</sup> Estatísticas do século XX, IBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>> Acesso em: 10 nov 2016.

Somente em 1935<sup>63</sup> em Goiás, localizamos uma menção ao amparo à infância, dentro do movimento de assistência aos desvalidos e cinco (5) ao amparo à mendicância (número referente aos estabelecimentos), somando um total de cento e vinte uma (121) pessoas, dentre elas cinco (5) crianças, oitenta e quatro (84) mendigos e trinta e dois (32) morféuticos, espalhados por esses seis estabelecimentos.

Desta forma, justificamos compreender a importância do Orphanato São José para o estudo da assistência à infância em Goiás, sendo a única instituição em todo estado no início do século XX, ao atendimento de órfãos desvalidos.

## **2. Assim foi feita sua vontade ou asylo para órfãos desvalidos**

### **A casa**

O pedido escrito no testamento de José Netto foi de um estabelecimento asilar, que funcionaria em sua própria casa, apenas adaptada para este fim, sem mudar seus aspectos gerais. Pensando na estrutura residencial de uma casa para ao período, ela deveria ter quartos, cozinha, banheiro ou latrina e quintal.

Nos pedidos de subvenção ao município encontramos a referência de um “prédio próprio, amplo e arejado, e com todas as condições necessárias a uma casa de caridade e educação (...)”<sup>64</sup>. A única descrição detalhada da casa ou do Orphanato São José foi realizada pelo jornal ‘Gazeta de Goyaz’. Pela minuciosa escrita do colunista, conseguimos visualizar como era a estrutura arquitetônica do estabelecimento, a área externa:

O visitante da cidade, ou mesmo o transeunte local que passar pela Rua Joaquina Rodrigues, mais conhecida pela denominação de Rua da Pedra, há de contemplar por certo uma casa de aspecto antigo, arquitetura inexpressiva e rústica, quase vencida já pela ação impiedosa do tempo, tantas são as cicatrizes que ostenta. De um

---

<sup>63</sup> O ano se justifica por ser a primeira vez que se contabilizaram nas estatísticas oficial do IBGE, referências ao amparo a infância em Goiás.

<sup>64</sup> Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito. 18 de fevereiro de 1938. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás

só piso, chata e longa, a construção tem a característica de velhas casas aproveitadas e reunidas numa só, sem um estudo prévio e inteligente, sem a preocupação da interferência de um arquiteto para moldar-lhe as feições, ou dar-lhe como atributo pelo menos as mais modestas instalações que a técnica moderna hoje aplica como resultado das conquistas da engenharia e das exigências do padrão de vida moderno. Encimando-lhe a única porta, apertada entre duas longas fileiras de gelósias, o dístico respeitável: Orfanato São José.<sup>65</sup>

Assim o colunista descreveu o Orphanato São José, ou aquilo que restou de sua estrutura, na década de 50 do século XX. Sem poupar críticas, percebemos por meio de sua descrição como era a casa doada por José Netto para a construção de um “asylo para órfãs desvalidas”. Não se tratava de uma casa grande, adequada ao século XIX e “rústica” para os padrões do ano de 1957. As “cicatrices” vista pelo visitante se dão pelas adaptações do prédio sem planejamento, identificando elementos de outras épocas e a não edificação de um prédio onde funcionava um estabelecimento filantrópico. A estrutura lembrava mais uma “casa” arruinada pelo tempo. Outro elemento interessante apontado pelo autor é a fachada da casa, “uma única porta, apertada entre duas longas fileiras de gelósias”. O fato de na porta ter gelósias nos diz muito “a palavra italiana *gelosia* significaciúme, e designa mais o elemento que permitia às mulheres observarem o movimento nas ruas sem serem vistas. Designa, portanto mais as treliças ou urupemas, e mesmo mais tarde, as venezianas, do que a articulação das janelas”<sup>66</sup>. Tratava-se de um local fechado, invisível para aqueles que o vê de fora, provocando um maior isolamento de seus residentes.

Seguimos a visita do colunista ao estabelecimento, agora adentrando a casa:

Penetrando no recinto deste pardieiro, que trava uma luta desesperada para não sucumbir, sofre o visitante, de inópino, um duplo impacto emocional. O primeiro é de tristeza, o segundo de admiração. Tristeza pelo estado de ruína em que se encontra o velho casarão, com suas paredes laterais fendidas, numa ameaça constante de queda brusca e talvez mortífera; o soalho, de táboas antigas e largas, exhibe, a cada metro, enormes buracos, quais crateras terríveis e ameaçadoras da integridade física dos que por ele transitam; o teto, de telhas vãs e soltas, que derrubam pedaços ao simples roçar de uma viração fraca e refrescante, afugenta para o páteo os habitantes do pardieiro, é como se fizesse advertências sucessivas para que se restaure as ruínas do que outrora foi um prédio<sup>67</sup>.

No interior da casa, a tristeza de um lugar arruinado, malconservado e que ainda oferecia risco a vida, pois de acordo com o visitante suas paredes e telhado ameaçavam

---

<sup>65</sup> Jornal ‘Gazeta de Goiás’, 11 de agosto de 1957, nº 20, ano I. Cidade de Goiás. Documentos avulsos. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>66</sup> Disponível em: <<https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-iii/>> Acesso em: 23 fev 2017.

<sup>67</sup> Jornal ‘Gazeta de Goiás’, 11 de agosto de 1957, nº 20, ano I. Cidade de Goiás. Documentos avulsos. AFFSD, Cidade de Goiás.

desmoronar. Após trinta e cinco anos de sua inauguração, a casa onde funciona o orfanato, parece padecer sobre o tempo.

Para manter os aspectos gerais da casa seguindo o desejo do médico, pouco foi modificado na arquitetura, permanecendo uma simples residência, não caracterizando um estabelecimento imponente ou de traços republicanos seguindo os padrões higiênicos da época. O que se esperava do Orphanato São José era a representação arquitetônica de um modelo filantrópico de assistência à infância desvalida em Goiás, ou seja, que seguisse o modelo médico-higiênico do período. No entanto o que ocorreu ao longo dos anos foi uma adaptação modesta de uma residência, em um terreno embora grande, feita de forma precária e sem planejamento.

Segundo os padrões sugeridos desde o século XIX, para casas ou estabelecimentos, deveriam ser:

Um lugar elevado, separado de qualquer habitação insalubre; onde o ar seja mais puro, mais seco, mais fácil e constantemente renovado; de onde as águas se escoem naturalmente, sem embaraço; de onde seja possível, onde seja possível orientar as diversas construções, conforme às várias exigências da higiene particular aos estudos, às aulas, aos dormitórios; onde o isolamento mais perfeito que se possa do estabelecimento, não permita comunicações com o exterior, etc. ( PIMENTA *apud* REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 2012, p. 57).

Nos documentos analisados, foram identificados dois momentos de reformas. O primeiro que se inicia em 1945 e dura até 1948 e o outro momento em 1957. Partimos dessas reformas para compreender o espaço que se constituiu o Orphanato São José, suas permanências e mudanças. Estudar arquitetura do orfanato significa falar sobre os espaços educacionais e também da imagem que se queria construir da criança.

A reforma realizada em 1945 que perdurou por longos anos está presente em diversas Atas da Junta Administrativa, tal reforma configurou-se como um grande problema financeiro para o orfanato, o objetivo dessa reforma era construir um novo pavilhão, pois o número de asiladas aumentava a cada ano e a casa do médico não estava compondo a estrutura de estabelecimento de assistência, por isso era necessária uma nova adaptação:

O tesoureiro expôs a dificuldade com que se lutará pela falta de numerário devido as despesas estarem excedendo a expectativa, não só quanto a manutenção do orfanato, concertos de prédios, que são alugados como principal fonte da receita e principalmente com a construção do pavilhão interno na respectiva sede, cujas obras é de opinião dever-se interromper.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup>Ata da Junta Administrativa, 12/08/1945. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Segundo o tesoureiro, a construção de um pavilhão interno estaria consumindo grande parte dos provimentos da instituição. Esse alto custo da obra sugere uma grande intervenção no espaço da casa. Apesar desse alto consumo dos provimentos significarem um problema para o orfanato, sendo alertado pelo tesoureiro, este foi autorizado a dar continuidade na aquisição de empréstimos e compra de materiais para continuar a reforma, “Decidiu-se que tal decisão não ser conveniente, por contrário as ordens do Excelentíssimo Arcebispo, devendo aguardar a próxima visita do assistente eclesiástico Excelentíssimo Senhor Vigário Geral”<sup>69</sup>. A Ata da Junta Administrativa apenas sugeriu sobre a ampliação do prédio, não constava sua real condição estrutural.

Nove anos após a reforma de 1948, o prédio do orfanato passou por uma avaliação a pedido do juiz de direito da comarca de Goiás. Um perito de Goiânia foi designado para avaliar a arquitetura do orfanato sendo seu desdobramento um minucioso relatório sobre o conjunto arquitetônico do Orphanato São José. Segundo ele:

O prédio não seguia os padrões da portaria nº 501, 19/05/1952”, “(...) o telhado de madeira inferior, no grande salão o telhado deve ser demolido”, “(...) os pisos de madeiras são velhas taboas largas, muito estragadas, partes podres não satisfazendo as condições mínimas para um colégio (...), “(...) quase todo prédio não é forrado”, “(...) todo prédio é de adobe e taipa, de difícil conserto e em condições precárias<sup>70</sup>”.

Com o laudo técnico nada favorável expedido no relatório, o provedor do orfanato foi intimado a responder sobre o estado atual do prédio. O provedor alegou que devido ao esforço de manter a estrutura deixada por seu fundador adicionado aos infinitos problemas financeiros aos quais enfrentava o orfanato, resumiu a situação precária do estabelecimento. O Juiz alegou que:

Com as exigências urbanísticas, as condições de higiene, a propriedade coletiva o prédio passou a exigir os reclamos do Poderes Públicos e nêle, atualmente, impossível será a continuação do Orfanato, já que de urgente necessidade é uma sua readaptação geral, aos moldes das atuais instituições congêneres<sup>71</sup>

A partir deste ponto, as reformas arquitetônicas do orfanato se tornaram uma adversidade, primeiro entre a vontade de manter as formas originais da residência expressa no testamento do Dr. José Netto. Segundo, a fiscalização da obra pelo Juizado da Comarca de Goiás solicitando a adequação da reforma aos princípios moderno-higiênico-sanitários. E

---

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Avaliação do Perito, 16/09/1957. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>71</sup> Idem.

terceiro, a instalação do órgão DPHAN<sup>72</sup> na década de 1950 na Cidade de Goiás, no intuito de realizar o tombamento dos principais edifícios públicos e religiosos, que representavam o acervo arquitetônico setecentista. (DELGADO, 2005, p.116). Neste emaranhado de possibilidades podemos forjar algumas hipóteses: Se a vontade do Dr. Netto e da provedoria era manter as características originais do orfanato estariam de acordo com a política do DPHAN de tombamento, preservação do patrimônio. Todavia, segundo a avaliação do perito a reforma não seguia as condições mínimas de higiene, sendo a saída a sua demolição e reconstrução que seguisse as deliberações da portaria nº 501:

Quanto as condições mínimas exigidas pela portaria nº501 de 19-5-52 para um internato, o prédio está em franco desacordo sobre a maioria de seus itens. Somos de opinião que seria quasi impossível, e muito mais honeroso uma reforma, que nunca ficaria de acordo com as exigências legais, do que a demolição do prédio e sua reconstrução sobre outro projeto, orientado dentro da lei pra o fim a que se destina<sup>73</sup>.

O provedor fez um apelo ao juiz para realizar uma reforma com planta já aprovada, mantendo as formas originais e atendendo aos pedidos e suas indicações. Em conformidade com o provedor do orfanato, o juiz aceitou o pedido com ressalva de que o estabelecimento deveria estar de acordo com as normas básicas segundo a supracitada portaria.

Deste modo, percebemos um emaranhado de situações referentes ao espaço arquitetônico do Orfanato São José. Primeiro, constava no testamento do médico José Netto uma cláusula com sua vontade e perpetuação do orfanato de funcionar em sua antiga residência. A Junta Administrativa fez a vontade do médico e a instituição para órfãs desvalidas foi inaugurada em 1923 seguindo o pedido em seu testamento. Segundo, a partir dos preceitos higiênicos vigentes no período, para o Juizado da Comarca de Goiás, o orfanato não poderia funcionar na residência do médico, contrariando as condições mínimas de salubridade e de um espaço racional, agravada ainda pelas condições precárias, denunciadas, como vimos acima, pelo colunista do jornal ‘Gazeta de Goiás’. E, terceiro, com a instalação do DPHAN na cidade de Goiás na década de 1950, órgão destinado a preservação, restauração, conservação e tombamento de bens arquitetônicos, o pedido do Juizado seria um crime contra o Patrimônio edificado da antiga capital goiana.

---

<sup>72</sup> Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, doravante DPHAN.

<sup>73</sup> Avaliação do Perito, 16/09/1957. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

A partir de então, ressaltamos uma contradição entre a política patrimonial, de um lado – representada pelo DPHAN e pela vontade do médico José Netto e a Junta Administrativa de manter a residência com sua estrutura original – e de outro lado, os preceitos higiênicos para demolição do prédio, na tentativa de assegurar para as internas desvalidas, um espaço salubre e racional – representado pelo Juizado da Comarca de Goiás.

Assim, percebemos a vontade da Junta Administrativa, representada por seu Provedor em manter o pedido testamentário do médico e a preservação de sua memória, isto é, o orfanato como lugar de memória do Dr. José Netto, perpetuado como grande patrono do assistencialismo em Goiás, vontade esta do médico em vida, e garantida pela política patrimonial brasileira na década de 1950. O juiz faz uma nova interpretação da cláusula testamentária:

A condição ali estipulada não poderia ter caráter permanente, pois, impossível admitir-se que um cidadão como o testador, ilustrado, culto, magnânimo, a lançasse no testamento como cláusula proibitiva, impedindo o desenvolvimento da instituição que seu nobilíssimo coração doou para os desvalidos de Goiás<sup>74</sup>

Sua decisão é pela demolição e construção de um novo prédio, prevalecendo o discurso higiênico, com uma ressalva:

Nestas condições defiro o pedido, decretando a extinção da condição mencionada, considerando não escrita, para os fins da Mitra demolir o edifício do Orfanato e reconstruir, no mesmo local, outro que esteja dentro do panorama colonial da cidade, em condições de comportar a instituição, devendo exibir, neste Juízo, a planta e orçamento da construção, no prazo de trinta dias e as obras devem ser fiscalizadas não só pela Junta Administrativa do Orfanato, como por este Juízo e a Curadoria Geral dos Órfãos, e, em tudo o mais, devem ser observadas a vontade do benigno testador, inclusive a manutenção do nome na Instituição<sup>75</sup>.

Diante do exposto, a obra iniciou com a presença e acompanhamento do perito responsável, decidindo a demolição da antiga casa, mas mantendo a fachada colonial seguindo o indicado pelo DPHAN. Segundo Carlos Monarcha, a normatização dos espaços escolares seguia uma tendência de estilos arquitetônicos inovadores havendo, “negação das técnicas construtivas consideradas arcaicas, denotadamente a taipa-de-pilão, a nova moda arquitetônica possibilita a auto projeção cultural de uma classe social na modelação da fisionomia urbana, a qual se torna conglomerada, angulosa e envolta em ar

---

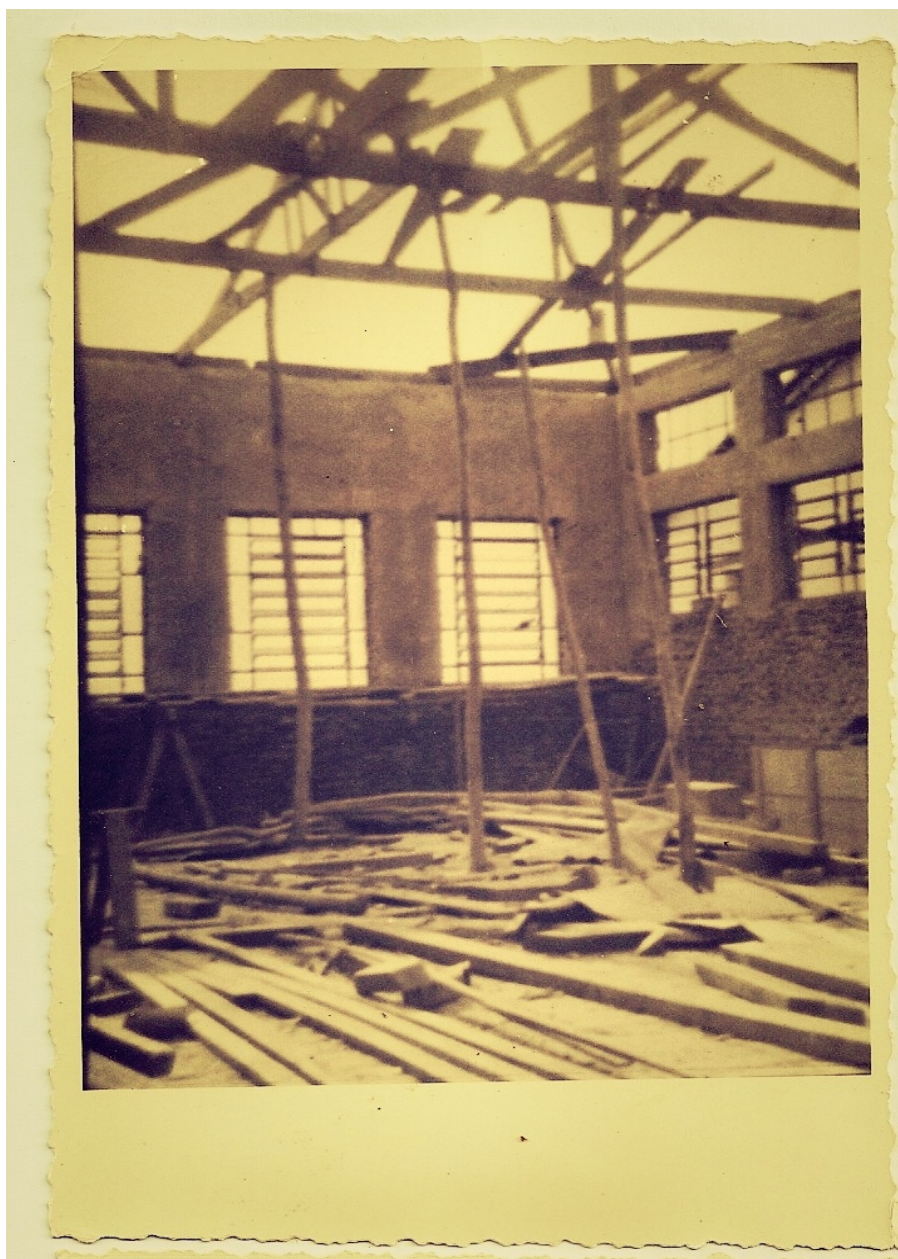
<sup>74</sup>Processo de Reforma do Orphanato São José. 19/09/195. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>75</sup>Idem.

cosmopolita”(MONARCHA, 2011, p.104). Essa nova tendência arquitetônica pode ser acompanhada nas fotografias da reforma, a seguir.

A reforma foi fotografada conforme solicitado pelo juiz de direito, nos possibilitando avaliar as mudanças arquitetônicas do Orphanato São José e a sua adequação enquanto um espaço de assistência e educação primária republicano.

**Fotografia 01** – Reforma do Orphanato São José – ano 1957.



Fonte: Reforma do Orfanato, ano 1957. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

A fotografia 01 referiu-se à reforma do telhado e forro, cuja precariedade foi descrita na reportagem do jornal e no relatório dos peritos. Como podemos observar todo o telhado foi removido sendo necessária a construção de outra estrutura. As janelas foram espalhadas por todo espaço, permitiram a entrada de luz para os ambientes ao contrário das anteriores, fechadas e de madeira. Sobre os materiais utilizados na obra como a madeira do teto, várias foram às reclamações do tesoureiro do Orfanato em relação à carestia de materiais para construção juntamente com os elevados preços. Desde a mudança da capital os fornecimentos da mão-de-obra e de materiais de construção eram sempre relatados nas Atas da Junta Administrativa, devido à escassez de profissionais e ao elevado preços dos materiais de construção.

**Fotografia 02** – Reforma do Orphanato São José – ano 1957.



Fonte: Reforma do Orfanato, ano 1957. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Na fotografia 02, em momento mais avançado da reforma foi destacada a grandiosidade da obra: prédio com pé direito alto, de tijolos com um pátio centralizado. O fotógrafo procurou ressaltar no ângulo da imagem, de baixo para cima, a monumentalidade do edifício, segundo Zarankin (2002b, p. 14), a Arquitetura Monumental é uma forma visível e durável de consumo e desempenha um papel importante na formação do imaginário coletivo nas sociedades. Para Schwarz (1994, p. 2), afastada de suas condições antigas, posta em

situações novas e mais ou menos urbanas, a cultura tradicional não desapareceria, mas passava a fazer parte de um processo de outra natureza, isto é, da modernidade e do progresso. Dito isto, percebemos a influência da política republicana do Estado Novo na antiga capital com a reforma do Orphanato São José<sup>76</sup>. Na mesma imagem um dos operários da construção se colocou como parte da paisagem, talvez a pedido do fotógrafo. Ao lado direito do operário, e esquerdo na fotografia, temos a presença feminina com metade do corpo exposto para fora da porta, como se estivesse curiosa para acompanhar o fotógrafo, meio que o espiando.

**Fotografia 03** – Reforma do Orphanato São José – ano 1957.



Fonte: Reforma do Orfanato, ano 1957. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Na imagem acima, outro ângulo da reforma, parecendo ser a parte demolida da casa por conta dos escombros espalhados. Em meio aos materiais da construção, foi possível localizar algumas meninas inclinadas para baixo calçando ou recolhendo algo do chão do que pareceu ser a área externa da instituição. As internas visivelmente na imagem são

---

<sup>76</sup> É interessante ressaltar quando se refere a Estado Novo em Goiás, a historiografia goiana perpetuou o acontecimento da construção de Goiânia e a transferência da capital, porém, com a reestruturação do Orphanato São José a partir das suas reformas, percebemos a influência do discurso do progresso, da modernidade também na antiga capital.

aproveitadas como mão-de-obra, para serviços que não exigiam qualificação - fotografia 03. Mais uma vez podemos observar a remoção do antigo telhado.

**Fotografia 04** – Reforma do Orphanato São José – ano 1965.



Fonte: Reforma do Orfanato, ano 1965. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Com a reforma concluída, conforme a fotografia 04, a Instituição ganhou corredores largos, teto forrado e muitas janelas para melhorar a entrada de luz nos cômodos, ideias que compactuavam com as normas higiênicas e republicanas da época.

**Fotografia 05** – Reforma do Orfanato São José – ano 1965.



Fonte: Reforma do Orfanato, ano 1965. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Nesta outra fotografia, a parte interna do prédio, no dormitório das meninas, cômodo esse não relatado nos documentos. Alguns detalhes artísticos acompanhavam os armários (onde as internas guardavam suas roupas e outros objetos) e o teto do espaço, traços para

identificar um ambiente exclusivamente organizado e feminino, fotografias 04 e 05. Nos dormitórios, camas iguais e alinhadas demonstrando uma padronização do espaço, destituído de elementos de acolhimento e conforto. Referente ao dormitório do “Asilo de Órfãs” de Campinas-SP, a autora Negrão, disse que:

O dormitório, que é o cerne de um lar, substituído por aquele imenso salão, trazia a representação particular de cada uma, mas a apreensão do dormitório como um todo era introjetada segundo as regras comuns para garantir a convivência institucional, a vigilância e a ordem [...] O que as recordações tinham e comum ou em paralelo era a representação da companhia, de não dormirem sozinhas, “nós não dormíamos sozinhas, elas nos vigiavam; cada quarto tinha uma freira, só que ela era separada por uma cortina branca” [...] A cortina representava, paradoxalmente, a presença e o muro, a separação [...] (NEGRÃO, 2002, p.185-186)

No Orphanato São José, conforme fotografia 05 percebe-se o mesmo padrão de organização disciplinar e ordenação das camas, como citado, porém, pelo ângulo do fotógrafo não foi possível visualizar algum tipo diferente de cama como no “Asilo de Órfãs de Campinas-SP. Entretanto, no dormitório das órfãs de Goiás, na mesma fotografia, na parte inferior esquerda, existe uma cama com uma espécie de livro em cima, ou caderno de anotações das ocorrências podendo ser das irmãs.

Nos dois orfanatos, tanto em Goiás-GO, quanto em Campinas-SP as sanções normalizadoras dos comportamentos são visíveis, segundo Foucault sobre os sistemas coercitivos, o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõem, técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas – na intimidade do quarto – fabricam comportamentos a partir do poder disciplinador: corpos submissos, exercitados e “dóceis”. (FOUCAULT, 2009, p. 133 - 134)

**Fotografia 06** – Placa com os financiadores da Reforma do Orphanato São José.



Fonte: Reforma do Orfanato, ano 1965. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Em relação ao financiamento da obra que iniciou em 1957, terminando apenas em 1965, conseguimos identificar uma placa com os nomes dos contribuintes da reforma como consta na fotografia 06. Dentre eles o Governo Federal e Estadual, além de médicos, farmacêuticos e pessoas ilustres e abastadas da Cidade de Goiás como a família Alencastro e o industrial Bonfiglioli de São Paulo. Segundo documento sobre histórico da instituição feito em 1980<sup>77</sup>, a reforma foi iniciada em 1957 com a demolição do prédio, após estar dois anos embargado pelas autoridades. Sem estar concluída a reforma ficou paralisada em 1959 por falta de recursos. Em 1961 o Arcebispo Frei Domingos envia pedido aos industriais italianos de São Paulo, os Bonfiglioli, conseguindo concluir um dormitório e duas salas de aulas. Em 1964, o Arcebispo Frei Domingos faz campanha na Itália para conseguir levantar mais fundos para finalmente concluir a reforma, sendo entregue o segundo dormitório, os pátios, a sala de visita e portaria. Por último, a capela e a fachada externa.

Os pedidos de auxílios eram feitos em forma de cartas, em nome Arcebispo ou do provedor do orfanato conforme o documento:

São Caetano do Sul, 2 de maio de 1960.  
Exmo.Sr.Prefeito da Cidade de Goyaz- Go  
Excelentíssimo senhor  
Havendo recebido carta de uma entidade filantrópica desta cidade, e desconhecendo maiores detalhes, que possam nortear nossa decisão no atendimento da solicitação de donativo, que a mesma nos dirigiu, solicitamo-lhes a especial gentileza de nos informar, o que estiver no seu alcance, sobre o Orfanato São José<sup>78</sup>.

Tal prática parece ter sido a solução encontrada para a reforma e construção de novos pavilhões no Orphanato São José. Essa reforma encerrada na década de 1960 constituiu a estrutura atual do estabelecimento sem relevantes modificações. O desejo do médico de que se mantivesse a estrutura da sua casa foi seguido por alguns anos, porém em momento crítico em que se encontrava a estrutura arquitetônica, foi reformulada, conforme as normatizações do espaço público exigidas à partir da década de 1950. O Orphanato São José, após a reforma, tornou-se um estabelecimento imponente na cidade, sendo sua estrutura adequada aos padrões higiênicos exigidos, com salas de aulas, dois dormitórios, sala de visita, portaria e capela.

---

<sup>77</sup> Em 1980, quando era Lar São José, a pedido da administração do orfanato ao grupo de Direitos Humanos da Universidade Católica de Goiás, uma nova proposta pedagógica foi pensada para a instituição. Nesse momento, foi feito um levantamento da história do Lar São José desde a sua fundação em 1922.

<sup>78</sup> Correspondências recebidas, ano 1960. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

## A Junta Administrativa

Para administrar todo patrimônio legado ao orfanato, o médico José Netto indicou em seu testamento a Mitra Diocesana. Ficando sob o encargo desta, a organização administrativa do estabelecimento e seu funcionamento. Segundo consta, no documento “Estatuto do Orphanato São José”<sup>79</sup>, a instituição foi constituída um ano após a morte do médico. Para isso, a Mitra diocesana organizou uma Junta Administrativa composta pelos seguintes membros: um provedor, um tesoureiro, um procurador e dois secretários. O presidente seria a autoridade diocesana, responsável por nomear e empossar a composição da Junta Administrativa, que poderia ser realizada anualmente. Segundo o Estatuto do Orfanato, artigo 8º “A nomeação poderia ser renovada, se a autoridade entende necessário”<sup>80</sup>. Segundo o Estatuto, artigo 5º:

A autoridade diocesana é a protetora do Orphanato e superintendente do mesmo, auxiliada por um provedor ou administrador, que em todo obedecerá a mesma autoridade. Se caso tornar-se impossível a manutenção do Orphanato a autoridade diocesana administrará o patrimônio até que possa novamente empregar-la para idêntico fim.<sup>81</sup>

A autoridade diocesana – ou seja, o Arcebispo -, representava a maior autoridade do orfanato. Era responsável pelo seu patrimônio, nomeava a Junta que administrava o estabelecimento, a única com o poder de modificar o Estatuto e, ainda foi designada como “protetora” do orfanato. O sentido de protetora pode ser interpretado como favorecimento do orfanato em benfeitorias para seu funcionamento, ou de defender os seus objetivos na sociedade, no acolhimento de órfãs desvalidas.

Devido a uma representação tão significativa para o Orphanato São José, supomos que sua presença era constante no estabelecimento. No entanto, as visitas tão aguardadas da autoridade diocesana eram restritas se não muito raras. Nas Atas de reunião da Junta Administrativa era freqüente encontrar “o Reverendíssimo Monsenhor veio a cidade, porém não pode permanecer”<sup>82</sup>. Nesta Ata de 8 de março de 1945, sua presença era aguardada pela Junta Administrativa para transmitir ou não seu novo mandato, como colocado anteriormente,

---

<sup>79</sup> Este documento está localizado no arquivo particular do Lar São José. Foi registrado em cartório na data de 22 de novembro de 1922, está assinado e aprovado por: Mosenhor Francisco Ignácio de Souza, Vigário Capitular, representante da mitra diocesana; Diocles G. Barbo Siqueira, promotor público; as irmãs Maria Afonsina Bascapé, diretora e Reginalda Fernandes, secretária.

<sup>80</sup> Estatuto do Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Ata da Junta Administrativa. 08 de março de 1945. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

poderia ser renovada a cada ano, conforme interesse do presidente, o Arcebispo Metropolitano Dom Emanuel<sup>83</sup>. A posse da Junta só ocorria na presença de alguma autoridade diocesana, mediante apresentação de documento de nomeação expedido pelo presidente desta unidade. Nesta ocasião o Monsenhor fazia a interlocução entre o orfanato e o Arcebispo Dom Emanuel. O representante do Arcebispo não comparece e envia por escrito dois documentos para solucionar a questão conforme consta na mesma Ata:

Apresentou duas portarias do Exm. Arcebispo Metropolitano, Dom Emanuel, sendo uma datada de 30 de julho último, designando o Reverendíssimo Sr. Vigário Geral, para na qualidade de assistente eclesiástico desta junta administrativa, visitar o Orfanato ao menos de dois em dois meses e outra de 15 de janeiro deste ano, sobre a designação da mesma junta por mais um ano.<sup>84</sup>

Nota-se uma demora comunicativa entre a Igreja e o Orfanato, pois o documento enviado era de julho de 1944. Devido à ausência de visitas por parte das autoridades eclesiásticas, um representante foi nomeado, buscando uma possível solução, estabelecendo assim, um canal de comunicação entre as duas Instituições e a troca de correspondências, como a nomeação da Junta Administrativa. Em alguns momentos difíceis para a Instituição, quando, por exemplo, as obras de 1948 estavam consumindo grande parte da receita, a deliberação da Junta foi de subordinação a decisão do Arcebispo que na sua qualidade de presidente, ordenou a continuidade dos serviços. Ficava entendido que a Junta não tomava decisões financeiras, como adquirir empréstimos, sem a autorização do presidente, no caso o Arcebispo da diocese.

Sendo designado visitas a cada dois meses, pelo Vigário Geral, não encontramos nas Atas das décadas de 1940 e 1950 referência sobre sua presença, apenas uma citação em agosto de 1945 de que sua chegada era aguardada. Em agosto de 1945<sup>85</sup>, uma carta do Arcebispo D. Emanuel foi endereçada ao tesoureiro, para comunicar uma quantia enviada ao

---

<sup>83</sup>Emanuel Gomes de Oliveira ou Dom Emanuel nasceu em Anchieta (ES), diocese e província do Espírito Santo, no Brasil, no dia 09 de janeiro de 1874. Depois de cuidadosa educação familiar, correspondente a mais pura espiritualidade cristã, entrou no Colégio Salesiana Santa Rosa de Niterói no dia 19 de março de 1888 e aí concluiu muito bem o Ginásio. No noviciado, em Lorena, onde entrou no mês seguinte, fez depois de um ano a primeira profissão religiosa e depois, no dia 29 de janeiro de 1896, a profissão perpétua. Terminados os estudos teológicos, aos quais se dedicou com toda paixão, foi ordenado sacerdote em São Paulo por Dom Antônio Cândido Alvarenga no dia 16 de julho de 1901. Fundador de várias dezenas de colégios, hoje florescentes, além de duas faculdades de Filosofia de Direito na capital goiana, lhe fez merecer o elogio dos seus diocesanos de “Arcebispo da instrução popular e superior”, especialmente no campo religioso, e o alto elogio das autoridades civis que o consideram o “maior benfeitor do Estado de Goiás”. Tem importante atuação no papel da religiosidade em Goiás e na transferência da capital. Disponível em: <<http://www.salesianos.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Emanuel-Gomes-de-Oliveira-E..pdf>> Acesso em: 12 mar 2017.

<sup>84</sup>Idem.

<sup>85</sup> Ata da Junta Administrativa. 23 de dezembro de 1945. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

orfanato por ordem do Monsenhor Abel<sup>86</sup>. A referência a Abel Ribeiro era mais recorrente nas Atas da Junta Administrativa do que ao Arcebispo D. Emanuel. Em 1938<sup>87</sup>, Abel Ribeiro solicita provimentos do município, assinando como provedor do orfanato. Em 24 de março de 1948, “D. Emanuel e D. Abel visitaram o Orfanato que aqui estiveram mês passado, pelo congresso Eucarístico”<sup>88</sup>. Após analisarmos o período de uma década das Atas da Junta Administrativa, essa foi a única menção a visita de autoridades eclesiais ao Orphanato São José. A relação entre o Orphanato São José e a Mitra diocesana se dava por questões burocráticas, referente à administração do patrimônio. Não encontramos algum indício de que a Igreja Católica em Goiás buscava levantar fundos para auxiliar o orfanato, ocorrendo eventualmente em situações de dificuldades financeiras, doações nominais.

Na ausência do presidente, o provedor deveria assumir. Não há no Estatuto menção sobre requisitos para ocupar o cargo. Percebemos nas Atas da Junta Administrativa do orfanato e dos pedidos de subvenção ao município, nome de pessoas influentes socialmente ou envolvidas com as questões de assistência na cidade. Cabia ao provedor “representar o Orfanato em todos os atos judiciais e extrajudiciais”.<sup>89</sup> Os pedidos de subvenção e auxílios despachados pelo orfanato estavam sempre em seu nome. Além de representar o orfanato nesses processos, sua função era:

- §II - administrar o patrimônio empregado e suas rendas para manutenção do orfanato
- §III- cumprir em particular todas as recomendações do seu instrutor quanto ao orfanato como também quanto as pensões vitalícias,
- §IV- entender-se com as irmãs dominicanas sobre a necessidade do orfanato, atendendo quando possível, as providências solicitadas
- §V- reunir em sessões de três em três meses ou quando necessário for, no palácio Episcopal para deliberar sobre negócios atinentes ao Orfanato
- §VI- Mandar admitir e excluir segundo questões previstas

---

<sup>86</sup> Abel Ribeiro Camelo ou Dom Abel trabalhou em Anápolis, na cidade de Goiás, e mais tarde, em Goiânia. Foi Cônego, Bispo auxiliar, Vigário-capitular de Goiânia "sede vacante"; transferido posteriormente, para a cidade de Goiás, aonde veio a falecer. Eleito bispo de Goiás em 27 de outubro de 1946. Em cinco de abril de 1955, foi nomeado pelo Papa, Administrador Apostólico da Prelazia de Jataí. Dom Abel permaneceu em Jataí até maio de 1960 quando foi transferido para a Diocese de Goiás, antiga Capital. Dom Abel faleceu na cidade de Goiás, a 24 de novembro de 1966, com 64 anos de idade, vítima de infarto cardiovascular, às dez horas, sendo o seu corpo embalsamado no antigo Hospital de São Pedro de Alcântara e trasladado para a igreja do Rosário, onde o arcebispo metropolitano rezou a missa de corpo presente. Foi sepultado aos 25 do dito mês. Obras Pias e Educacionais que dirigiu: Santa Casa de Misericórdia de Goiânia - Conferência de São Vicente de Paulo, em Goiânia - Assistência ao pequeno Trabalhador Autônomo - Escola Doméstica Pio XII - Escola de Enfermagem, de Goiânia - Direção da Faculdade de Filosofia, de Goiás - Posse e Domínio da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás etc. Disponível em: <<http://www.camarajatai.go.gov.br/portal/personagens/?id=108>> Acesso em: 12 mar 2017.

<sup>87</sup> Pedido de auxílio financeiro da Diretoria do Orfanato para o prefeito. 18 de fevereiro de 1938. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>88</sup> Ata da Junta Administrativa. 24 de agosto de 1947. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>89</sup> Estatuto do Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

- §VII- Presidir as secções do orfanato na falta do presidente e assinar todo expediente  
§VIII- Dar parte a autoridade diocesana sobre todas as ocorrências havidas no orfanato, ao menos uma vez por mês  
§IX- Apresentar no fim do ano um relatório circunstanciado sobre todo o movimento do orfanato, durante a sua gestão, à autoridade diocesana.<sup>90</sup>

Apesar de administrar as rendas do orfanato, como dito outrora, as decisões financeiras eram tomadas a partir do que era definido pela autoridade diocesana. Sobre as reuniões da Junta Administrativa, deveriam ocorrer de três em três meses, embora a partir das datas das Atas, foi possível verificar que a frequência prevista no Estatuto não ocorria com rigidez, “a Junta deixou de reunir-se nos meses de setembro, outubro e novembro”. A falta de periodicidade sugeria em outro momento “mudar as reuniões para terceiro domingo de cada mês, pois não estão acontecendo como estabelecido”. A admissão ou exclusão de órfãs deveriam ser autorizadas pelo provedor (inciso VI)<sup>91</sup>. Sobre as ocorrências e o relatório apresentado pelo provedor à autoridade diocesana, não encontramos documentos que nos atestassem se eram elaborados e enviados. Essa obrigatoriedade propõe mais um indício de submissão da Junta Administrativa à diocese.

Aos secretários competia a organização documental do orfanato, correspondências, lavrar Atas e fazer toda escrituração do presidente ou provedor. Ao tesoureiro por tantas vezes mencionado nas Atas da Junta Administrativa competia segundo artigo 11º do Estatuto:

- § I – Receber as rendas pertencentes ao Orfanato e fazer todos os pagamentos mediante visto do presidente  
§ II – Escriturar a receita e despesa em livro para esse fim destinado, podendo ter mais um livro  
§ III – Apresentar a autoridade diocesana, o balancete da receita e despesa, prestando minuciosa informação, precisando de autorização e de aprovação.  
§ IV - Prestar anualmente contas da receita a despesa à autoridade diocesana.<sup>92</sup>

Além de controlar todos os gastos do orfanato receitas e despesas, cabia ao tesoureiro informar a situação financeira da Instituição. Em muitas Atas foi possível perceber seu alerta a respeito das contas em negativo, sobretudo no que se diz respeito aos gastos com as reformas prediais que vinha ocorrendo. Mesmo sendo muito incisiva sobre as dívidas contraídas, em muitas situações, a Junta ficava aguardando decisões da autoridade diocesana que, por muitas vezes, o autorizava a comprar crédito e contrair dívidas.

---

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Veremos mais sobre esse assunto no capítulo 3.

<sup>92</sup> Estatuto do Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Outro integrante do Orfanato São José era o procurador, que não fazia parte da Junta Administrativa, embora tivesse função definida no Estatuto. Cabia a ele “receber as rendas dos imóveis e entregá-los ao tesoureiro. Zelar pela conservação e segurança dos imóveis”<sup>93</sup>. Devido ao número elevado de casas era preciso uma pessoa destinada a essa função. Outro não citado no Estatuto foi o Zelador da chácara, por não haver esse imóvel na época da fundação, pois o orfanato passa a ter chácara<sup>94</sup> apenas após a doação de Pedro Ludovico Teixeira. O zelador deste imóvel por vezes era trocado, pois a remuneração era abaixo do valor. Foram muitas admissões ao longo dos anos, o que não fez a Junta Administrativa desistir do imóvel.

A composição da Junta Administrativa do Orphanato São José, segundo os documentos analisados, de 1944 a 1949, era Benedito Cardoso de Loyola, o provedor; Zoilo Remígio era o tesoureiro; Arthur Moraes Jardim e Francisco de Assis Costa, os secretários. O provedor Benedito Cardoso de Loyola era conhecido por inúmeros trabalhos desempenhados na caridade em Goiás, sua missão como cristão não se resumia apenas em servir ao orfanato. Por muitos anos o tesoureiro responsável pelo Orfanato, Zoilo Remígio também fez parte da Junta administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, desempenhando diversas funções em nome da caridade.

A historiadora Gizele Sanglard, acreditava que a publicação pela Igreja Católica da Encíclica *Rerum Novarum* influenciou vários filantropos em suas obras voltadas principalmente para as crianças e parturientes. Segundo a autora:

Essa carta, endereçada aos católicos e publicada em 1891 pelo papa Leão XIII, explicita as preocupações do Vaticano com o crescimento do movimento socialista na Europa e busca na proteção dos valores familiares, com cuidado a esses dois grupos, reafirmar a ação católica na caridade e conchamar os fiéis ao cuidado com o operário, a mulher e a criança. (SANGLARD, 2015, p.134).

A questão religiosa significava muito para essas pessoas, as tornando testemunhas e exemplos das obras de caridade. Esses homens acreditavam no dever de intervir na vida social, levantando a “bandeira” dos valores morais e familiares que seguiam. Auxiliavam por meio de sua influência política ou profissional, como no caso citado de Zoilo Remígio que exercia a função de tesoureiro no Orphanato São José e no Asilo São Vicente de Paulo trabalhava como contador.

---

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> A primeira menção que se tem sobre a existência desta chácara como propriedade do Orphanato São José, encontra-se, na Ata da Junta Administrativa do dia 08 de outubro de 1944, na qual constava deliberação desta Junta no dia 23 de julho sobre o aumento da gratificação do zelador da chácara.

No Asilo São Vicente de Paulo, outro estabelecimento assistencialista na cidade de Goiás, a Junta Administrativa era composta por presidente, secretário e tesoureiro. Tinha como função administrar os recursos e promover do que necessitasse os asilados. A Junta era eleita anualmente pelo Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, a quem estava subjugada. Não recebiam remuneração para o exercício de sua função (SOUZA, 2014). O mesmo ocorria com os membros da Junta Administrativa do Orphanato São José, conforme relação de funcionários em 1946<sup>95</sup>.

**Quadro nº 02 - Relação de funcionários ano de 1946 do Orphanato São José.**

Nome	Cargo	Gratificação atual (C\$)
Benedicto C. de Souza	Provedor	Gratuito
Arthur de Moraes Jardim	1º secretário	Gratuito
Francisco de A. Costa	2º secretário	Gratuito
Zoilo N. Moreira	Tesoureiro	Gratuito
Pr. Miguel Hanzan	Capelão	600,00
Irmã M. Victoriana	Diretora	1.200,00
Irmã M. Dieudonné	Auxiliar	1.200,00
Irmã M. Antonia	Auxiliar	1.200,00
Oscar Honorato	Zelador-vigia	4.800,00

Fonte: Relação dos funcionários do Orphanato São José. Documentos da Câmara Municipal. AFFSD.

No documento constava o nome do provedor, dois secretários e um tesoureiro, todos eles não recebiam gratificação. Incluíram no documento, os nomes do capelão e zelador-vigia, sendo estes remunerados. Constava nesta relação, o nome de quatro Irmãs, sendo três auxiliares e uma diretora do Orphanato São José.

### **Da direção interna: as irmãs Dominicanas**

A direção interna do Orphanato São José coube a Ordem das irmãs dominicanas<sup>96</sup>. Estavam presentes na cidade desde 1889 para fundar o Colégio Santana<sup>97</sup> e, no ano de 1909

<sup>95</sup> Relação de funcionários, ano de 1946. Documentos avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>96</sup> Em 1850 nasce a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, numa rara junção de apostolado e educação fundada pela Irmã Anastasie que passa a ser a coluna mestra da Congregação. No findar do século XIX, por meio de D. Cláudio Ponce de Leão, uma segunda remessa de religiosas embarcou em Bor (França) com destino ao Brasil, chegando a terras brasileiras (Uberaba) em junho de 1889, onde permaneceram alguns meses para descansarem da viagem e estudarem a língua portuguesa e, em 3 de setembro de 1889 chegaram à Cidade de Goiás, na época, capital do estado, com o intuito de fundar o Colégio Sant'Anna.

estavam na direção do Asilo São Vicente de Paulo. A chegada das irmãs em solo goiano estava ligada ao propósito da ordem dominicana no Brasil segundo Santos<sup>98</sup>:

Seguindo os passos de sua fundadora, Madre Anastasie, as dominicanas de Monteilss, sempre apoiadas e incentivadas pelos padres dominicanos, desenvolveram um importante trabalho no Brasil, no campo da educação. Encontraram no Brasil, um terreno favorável para exercer o Carisma do ensino, uma vez que o sistema educacional no Brasil era muito deficiente. O trabalho educacional das irmãs se encaixará perfeitamente dentro do projeto reformador da diocese, uma vez que o ensino religioso, no século XIX, foi aos pouco sendo relegado a uma situação secundária em relação ao ensino público (SANTOS, 2006,p.139)

Essa experiência com a educação se encaixou na missão evangelizadora que as Dominicanas assumiram no Brasil, embora assumissem outras missões, sempre ligadas às questões assistenciais “(...) a educação não era o único objetivo da instituição, mas também objetivava o cuidado de enfermos, daí o carisma estar sedimentado em dois eixos: a educação de crianças e jovens e o cuidado da saúde” (CAMARGO & PAES, 2013, p.4). O movimento de congregações femininas chegadas no Brasil, data desde o final do século XIX, segundo RiolondoAzzi “(...) passavam apostar nesse novo espaço cultural que se abria. Multiplicava-se, portanto, os colégios, nas diversas modalidades de internatos, semi-internatos e externatos, visando oferecer às meninas e adolescentes das classes urbanas em formação a tão desejada preparação intelectual” (AZZI, 1992, p. 109). A igreja católica encontrava nas congregações femininas um meio de evangelização e reafirmação da moral e costumes cristãos.

Segundo Rildo Souza, a vinda das irmãs dominicanas para Goiás, estaria ligada as questões matrimoniais e as práticas do concubinato “(...) o objetivo de Dom Claudio ao trazer, primeiramente, os padres Dominicanos e depois as Irmãs, era o de reformar o catolicismo tradicional, implementando práticas comportamentais, não somente no clero, como na

---

C.f. CAMARGO, Kênia Guimarães Furquim; PAES, Ademilson Batista. **Educação Católica (GO):** Irmãs Dominicanas e a Instrução de Meninas no Colégio Sant’Anna. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá, 2013, p. 5. Disponível em: <[http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/EDUCACAO%20CATOLICA%20EM%20GOIAS%20\(GO\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/EDUCACAO%20CATOLICA%20EM%20GOIAS%20(GO).pdf)> Acesso em: 10 abr 2016.

<sup>97</sup> O Colégio no início funcionou na casa em que o Bispo D. Cláudio Ponce de Leão cedera às religiosas. Era pequena, mas muito agradável e que aos poucos foi sendo reformada e ampliada conforme a necessidade e procura pela educação ali ofertada, chegando, posteriormente, ao belo prédio que ainda hoje abriga o estabelecimento, localizado na Praça do Chafariz. No primeiro dia de aula do Colégio Sant’Anna apareceram cinco moças que desejavam ser alunas internas e uma centena de externas e bastaram dois anos para as matrículas chegarem a 150 meninas. Ali se ofertou uma educação refinada, permeada de valores religiosos, sensibilidades, imagens e gestos cuidadosamente construídos, que traçavam os contornos da moça de família bem preparada para assumir sua função social de esposa prendada e mãe cuidadosa com a educação dos filhos(idem, p.8)

<sup>98</sup> Sobre a presença da Ordem Dominicana em Goiás. c.f. SANTOS, Edivaldo Antônio dos. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881 – 1930)**. Fundação e consolidação da Missão Dominicana no Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 1996.

sociedade” (SOUZA, 2010, p.156) Para o Bispo Dom Claudio, as Irmãs seriam o exemplo da castidade e da caridade cristã e que de certa maneira suas atitudes influenciariam a sociedade goiana, na regularização dos casamentos.

No orfanato, as irmãs Dominicanas foram contratadas pela Mitra Diocesana, para zelarem pela instituição no cotidiano e na educação das órfãs asiladas. Não localizamos documentos que nos permitam compreender como procedeu a admissão das Irmãs. Mas podemos traçar um paralelo com o trâmite da negociação para a vinda das Dominicanas tanto para o Colégio Santana, quanto para o Asilo São Vicente e, assim perceber como se desenrolava essa contratação. Segundo Camargo & Paes, na contratação para fundar na capital o Colégio Santana foi preciso um grande esforço do bispo, “para que Dom Cláudio Ponce de Leão conseguisse trazer as irmãs francesas para Goiás, teve que assinar um contrato de onze cláusulas a pedido do Bispo de Rodez, da França, o superior das irmãs” (CAMARGO & PAES, 2013, p.6). Uma das exigências era que o colégio atendesse a toda sociedade, de família rica, ou pobre. Em outro momento, a vinda das religiosas para o asilo, exigiu intensa negociação e inúmeras correspondências trocadas. Dentre as exigências, o nome do asilo, devendo ser chamado de Asilo São Vicente de Paulo e a organização do serviço religioso no estabelecimento, a edificação de uma capela (SOUZA, 2010, p.28 - 29). Podemos concluir que a vinda das irmãs para o Orphanato São José, se deu também mediante intensa negociação, sem poder afirmar quais seriam suas exigências.

Segundo a análise do Estatuto do Orphanato São José, compreendemos que havia uma hierarquia na Instituição, e uma divisão de papéis para seu funcionamento. Embora as irmãs não participassem da Junta Administrativa até o ano de 1953, havia reciprocidade no seu convívio, como relatado em Ata “Ofício da Reverendíssima Irmã Vitorina comunicando sua transferência para o Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba e despedindo-se agradece os membros da Junta às finezas e constantes atenções a ela dispensada”<sup>99</sup>. Após sua chegada a Uberaba, a Irmã escreveu uma carta, mais uma vez agradecendo aos membros da Junta Administrativa e a todo povo vilaboense por sua acolhida. Em resposta “A Junta sente sua saída e atribui a ela valioso concurso que prestou ao Orfanato principalmente na construção do novo pavilhão”<sup>100</sup>. Outra Irmã de Uberaba assumiu seu posto.

No Estatuto do Orphanato São José estava previsto um Regulamento Interno, para organização das irmãs. Esse regulamento deveria ser aprovado pela autoridade diocesana e deveria constar:

---

<sup>99</sup> Ata da Junta Administrativa. 11 de janeiro de 1948. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>100</sup>Idem.

- a) O número de irmãs que deve regir e dirigir o Orfanato;
- b) A suas atribuições, devendo ser uma superiora;
- c) Remuneração que competia a cada uma;
- d) Número de empregados do Orfanato e suas atribuições
- e) Os direitos e obrigações das azyladas;
- f) As atribuições referentes à disciplina e a boa ordem do serviço interno<sup>101</sup>;

O regulamento deveria tratar sobre o cotidiano e a rotina passada no Orphanato São José. Além do número de irmãs que constavam no período, suas atribuições, os direitos e deveres das meninas asiladas, disciplina e ordem do serviço interno, além das suas retribuições. Conforme documentação analisada o número de Irmãs não ultrapassava quatro incluindo a diretora ou superiora. A remuneração era igualmente paga a elas, não havia diferença de valores. Como não tivemos contato com o regulamento interno do Orphanato São José, não sabemos como essa remuneração era estruturada.<sup>102</sup>

Como colocado anteriormente, o provedor, secretários e tesoureiro não recebiam por serviços prestados. Já as irmãs, incluindo a diretora do orfanato, recebiam gratificação, configurando o vínculo de trabalho que tinham com a administração da Instituição. Segundo Souza o mesmo acontecia no Asilo São Vicente de Paulo, havendo inclusive pedido de reajuste salarial:

Embora descritas como santas, caridosas, dentre outros termos, as Irmãs Dominicanas recebiam um salário, além de todo aparato material mantido pela Junta Administrativa. (...) Quando estive na Cidade de Goiás, a Superiora da Congregação Dominicana reivindicou, além da construção de um espaço adequado para as Irmãs, um aumento salarial. (SOUZA, 2014, p.150-151)

Em situações de grandes problemas financeiros as irmãs ficaram sem receber o auxílio, sendo retirado das subvenções dinheiro para quitar suas dívidas, o que era proibida segundo legislação específica. Encontramos tal situação na Ata do dia 27 de junho de 1948, em que o orfanato se encontrava com dívidas em diversos comércios em Goiás, além do pagamento das Irmãs. A solução encontrada pela Junta foi “quanto a essas abnegadas e competentes educadoras tem a haver a importância proveniente do Conselho Social de Goiânia, relativa a menores daquela procedência”<sup>103</sup>. Com ausência do pagamento e o desenrolar de uma situação calamitosa, as Irmãs poderiam ser retiradas do orfanato, ficando

---

<sup>101</sup> Estatuto do Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>102</sup> Mais sobre os direitos e deveres das asiladas e a disciplina empregada no orfanato, ver capítulo 3 desta dissertação.

<sup>103</sup> Ata da Junta Administrativa. 27 de junho de 1948. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

este sem pessoas para cuidar das meninas, sendo emergente resolver as pendências com as gratificações, para o pleno funcionamento do estabelecimento.

Como colocado anteriormente, até 1953 as Irmãs não tinham participação na administração do Orphanato São José. Segundo consta em Ata:

Em 1º de janeiro de 1953, por determinação do Sr. Arcebispo Metropolitano D. Emanuel G. de Oliveira, o Orphanato São José passou à inteira responsabilidade administrativa e assistência educacional da Congregação das Irmãs Dominicanas do Santo Rosário. A primeira junta foi nomeada a 1º de julho de 1953 em decorrência da retirada das Irmãs Dominicanas de Monteills e das professoras que as substituíram. Essa junta se compunha das seguintes pessoas: Irmã Ursula Parozzi (provedora); Irmã Afonsina Bascapé (secretária); Irmã Luiza Quattrini (tesoureira); Frei Reginaldo Orlandini (assistente eclesiástico).<sup>104</sup>

Não podemos concluir, pela ausência de indícios, o motivo que levou D. Emanuel em designar a administração, às Irmãs Dominicanas. Observamos que com a nova proposta, um novo grupo de irmãs assumia o orfanato. Respeitando o Estatuto do Orphanato São José, a composição da Junta Administrativa foi mantida, acrescida de um assistente eclesiástico.

## **O Orphanato São José e seu patrimônio**

Denominamos por patrimônio todos os bens doados por José Netto e outras pessoas para o Orphanato São José. É relevante compreender quais eram esses bens e como eram gastos, na tentativa de compreender, se o planejamento de José Netto para a manutenção da Instituição foi executado. Os documentos analisados para tal finalidade foram: Balanço Anual de 1937, 1945 e 1951, produzidos pelo tesoureiro e secretário, apresentados ao provedor. Identificamos também relações de bens do orfanato apresentados à prefeitura mediante pedidos de subvenção.

No Estatuto do Orphanato São José, Capítulo II, do patrimônio, artigo 6º, lê-se “Seu patrimônio é constituído pela renda dos bens livres, deixados pelo seu fundador. Esses patrimônios e outros que foram constituídos, não podem ser alienados”<sup>105</sup>. O princípio de não alienar os bens herdados estava previsto também no Testamento de José Netto, demonstrando não desvirtuação da finalidade desses bens. O quadro nº 3 abaixo contém uma lista dos bens do Orphanato São José em 1938, conforme pedido de subvenção encaminhado à prefeitura.

---

<sup>104</sup> Ata da Junta Administrativa. 27 de junho de 1948. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>105</sup> Estatuto do Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. ALSJ, Cidade de Goiás.

**Quadro nº 03 – Relação dos bens do Orphanato São José ano de 1938.**

<b>Logradouro</b>	<b>Quantidade de casas</b>
Rua Dr.Joaquim	14
Rua Dr.Netto	26
Travessa São Cristovão	7
Rua 15 de Novembro	9
Hugo Ramos	1
13 de Maio	1
Praça 24 de outubro	1
Travessa Enerstina	1
Travessa Central	1
Travessa Santa Barbara	1
Felix Bulhões	1
Seminário	1
Dr.Corumbá	10
Rua D'Abbadia	1
Total de logradouros	75

Fonte: Balanço do Orfanato São Jose, 1938.  
AFFSD, Cidade de Goiás.

Conforme dados apresentados no quadro nº03, o número de casas referentes ao patrimônio do orfanato somou-se 75, situadas em diversas ruas na Cidade de Goiás. Essas casas em grande número alugadas era parte significativa do rendimento do Orphanato São José. Conforme previsto no Estatuto e mais uma vez no Testamento de José Netto, o patrimônio poderia ser aumentado, por meio de donativos, auxílios ou outros tipos de doações feitas por particulares. Encontramos duas doações feitas ao orfanato, terreno e dinheiro.

A primeira foi localizada nos arquivos do Fórum da Cidade de Goiás<sup>106</sup>, nos processos do Juiz de Orphãos, ano de 1928, sete anos após a fundação do Orphanato São José. O doador Salim Charucá, de origem libanesa, residente na Cidade de Goiás, casado com uma brasileira, e divorciado da mesma por não terem filhos. Antes de falecer, já muito doente, escreveu seu testamento. Deixou sua herança para uma mulher, a quem afirmou estar cuidando dele nos últimos dias. Além de indicar uma única herdeira:

Legou à benemérita instituições do “Asilo de São Vicente de Paula” desta capital, como pávida homenagem, aos esforços heroicos que em boa hora a fundação desse

<sup>106</sup> Juiz de Direito, 2ª Vara, ano 1928. Inventário de Salim Charucá. 28 de maio de 1928. Caixa de processos do Juizado de Órphãos. Arquivo do Fórum da Cidade de Goiás. Cidade de Goiás, doravante AFCG.

estabelecimento com tão elevado fim caritativo, a quantia de dez contos de reis (10:000\$000). Lego igualmente ao “Orphanato de São José” outra instituição fadada a grande renome pelo fim a que se propõe, a quantia de cinco conto de reis (5:000\$000) legados estes que deverão ser cumpridos pela herdeira acima instituída (...).<sup>107</sup>

No testamento o doador Salim Charucá, afirma não ter herdeiros próximos (descendentes ou ascendentes), doando para as duas instituições assistencialistas da cidade, dinheiro, sendo o maior valor para o Asilo São Vicente de Paulo. A forma ao qual se referiu ao orfanato foi possível entender que a instituição tinha pouco tempo de funcionamento na cidade, porém reconhecendo sua importância. Levando em consideração que o Testamento de Salim Charucá foi escrito em 1925, apenas três anos haviam se passado desde a fundação do Orphanato São José.

Localizamos uma carta encaminhada ao Orphanato São José, pelo município de Goiás no ano de 1940, sobre a doação de terreno:

Em virtude de haver do Dr. Joaquim Craveiro de Sá comunicado a transferência dos seus terrenos de arrendamento ao Estado de Goiás, convido-os a comparecerdes nesta prefeitura a fim de ser feita a competente averbação desses terrenos em nome do Orfanato, de vez que os mesmos foram transferidos ao patrimônio dessa instituição.<sup>108</sup>

Não conseguimos acompanhar o desenrolar dessa doação e não encontramos referência quanto à localização desses terrenos na lista de patrimônio do orfanato. Outro bem doado ao Orphanato São José e que constituía parte do patrimônio, era uma chácara próxima a Cidade de Goiás. No pedido encaminhado ao prefeito de Goiás, Benedito Cardoso, provedor do orfanato em 1946, afirmou:

Não tendo o Orfanato, filiais e alem da sede em que está installado dispõe de uma chácara distante poucos quilômetros da cidade, doada pelo benemérito ex-interventor Dr. Pedro Ludovico e mui justamente denominada “Chácara Dona Gercina” em homenagem a tão ilustre senhora que muito tem feito pelo Orfanato. Esta chácara serve de recreio e mesmo sanatório para as órfãs.<sup>109</sup>

Segundo consta no documento, o Orphanato São José possuía sede única, no entanto a chácara doada por Pedro Ludovico servia as duas necessidades das órfãs: lazer e sanatório. Nos documentos não há informações sobre a estrutura física desta chácara, mas podemos

---

<sup>107</sup>Idem.

<sup>108</sup>Comunicado encaminhado ao Orphanato São José, 08 de outubro de 1940. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>109</sup>Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito. 27 de abril de 1946. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

compreender, segundo o documento acima, que seu uso se dava enquanto espaço terapêutico. Salientamos a importância da chácara para o Orfanato, a partir dos Hospitais Sanatórios, construídos no século XX. Estes apresentavam características arquitetônicas sinuosas considerando a importância dos princípios de individualização e isolamento do doente (COSTA, 2014). O caso da chácara Dona Gercina, segundo nossa análise, não era de um hospital psiquiátrico. Embora ela pudesse ser utilizada para curar doenças por meio do isolamento e o contato com a natureza. Segundo Damacena Neto *apud* Memorial de Ana Joaquina, relatava sobre esse hábito em momentos de epidemias, como a de gripe espanhola em 1918 e 1919 em Goiás, “A família Craveiro forãop<sup>a</sup> chácara do Sr. Luiz Astholfo p<sup>a</sup> tomar ares” (DAMACENA NETO, 2011, p. 69). Ainda segundo o autor:

Mesmo com os avanços da medicina e com as descobertas da bacteriologia, a crença nos miasmas ainda fazia parte do imaginário social; por isso, a população se deslocava para o campo na intenção de “tomar ares”, salubres, ao contrário do “ar pestilento” que predominaria na capital. A cura estava estabelecida pelo contato com a natureza e o sol que provocava a produção de substâncias como o iodo causando uma reestruturação dos corpos doentes. (Idem).

Para o autor as teorias miasmáticas prevaleciam no imaginário social e o isolamento e a fuga da cidade para o campo era hábito comum em momentos epidêmicos. Segundo Amaral e Felgueiras, no século XX surgiram teses de apologia ao sol como fator fundamental à adoção de uma vida saudável. O ar livre, ricamente oxigenado, batido pelo sol, é associado à longevidade e à qualidade devida. A luz solar modifica as qualidades do ar tornando o oxigênio mais facilmente assimilável pelo organismo(2010, p. 80). Lembrando a descrição no início do capítulo sobre a casa, pequena e insalubre, o uso da chácara tinha como objetivo, propiciar um local de saúde para as órfãs, por meio do contato com ar puro do campo e da luz solar, como ressaltava as teorias médicas do período.

No Balanço de 1945, percebeu-se a menção de gastos com a “comissão do zelador da chácara”. Mesmo havendo uma diferença nos dois Balanços, onde o de 1945 especifica que o zelador era da chácara, entendemos que desde 1944 este imóvel pertencia ao Orphanato São José, conforme discutido anteriormente. Constava na Ata do dia 08 de outubro de 1944 a deliberação da Junta Administrativa, “para aumento da gratificação do zelador da chácara”<sup>110</sup>. Em Ata do dia 10 de dezembro do mesmo ano, “admitir-se outro zelador da Chácara (Dona Gercina), em substituição do atual que deixará o lugar, porém com gratificação mensal de

---

<sup>110</sup>Ata da Junta Administrativa. 08 de outubro de 1944. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

CR\$ 400,00”<sup>111</sup>. O zelador constava na lista de funcionários do Orphanato São José em 1946 era pago para cuidar de uma chácara parte do patrimônio do orfanato, doação de outro médico, Pedro Ludovico Teixeira. Assim, a chácara embora fosse um imóvel que computava um custo e uma série de contratempos para sua manutenção, principalmente na busca de mão de obra específica, sua importância parecia incontestável visto os esforços para mantê-la.

A partir das análises desses documentos foi possível afirmar que o Orfanato recebia doações de imóveis e valores, de outras pessoas, contribuindo para o aumento do seu patrimônio, previsto no Testamento de José Netto e no Estatuto do Orphanato São José. No entanto, o que representava o total desses bens para a manutenção da Instituição? Como era composta sua receita e seus gastos?

Em 1937, a receita<sup>112</sup> foi composta por: saldo do exercício anterior, renda de aluguéis, juros de apólices, juros de depósitos, auxílio da prefeitura e auxílio de parentes de uma órfã<sup>113</sup>. Dentre essas provisões o dinheiro dos aluguéis representava principal meio para manutenção do Orphanato São José. A receita era variável e não fixa, visto que os aluguéis decorriam de contratos com terceiros e seu pagamento em dia. Os auxílios do governo municipal, estadual ou federal não eram fixos e dependiam de previsão orçamentária.

Em 1943, o provedor do Orphanato São José, Ângelo Garcia enviou pedido de auxílio ao prefeito Divino Oliveira. Neste pedido o provedor expôs a situação sobre as casas alugadas, principal provento do orfanato, “com a mudança da capital e da população, muitas dessas casas não se encontram alugadas, tendo observada a baixa no preço do aluguel, da forma que o patrimônio imobiliário não chega a 40% do valor primitivo”<sup>114</sup>. O pedido apontava algumas das consequências devido a mudança da capital do estado para Goiânia, são elas: esvaziamento da cidade, baixa na procura e no valor do aluguel; alta dos gêneros alimentícios e vestuário; falta de materiais para construção e oferta de mão de obra qualificada.

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Receita é o termo usado no documento. Refere-se ao total de proventos arrecadados durante o ano pelo orfanato. Somam-se a esses proventos, os alugueis das casas, juros de apólice de dívida pública e eventuais auxílios.

<sup>113</sup> Balanço do ano de 1937. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>114</sup> Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito. 18 de dezembro de 1944. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

A mudança da capital<sup>115</sup> marcou a história de Goiás, como um novo futuro para o estado, na visão dos mudancistas, que em seus discursos afirmavam que a antiga capital era “atrasada” e “afastada” dos grandes centros econômicos do país. De acordo com Mendonça:

Os vilaboenses obviamente se preocupavam com o futuro de seu município após perda do título de capital. O esvaziamento da comuna em decorrência da transladação dos servidores públicos federais e estaduais seria uma consequência lógica e acarretaria um revés em todos os setores da vida local (MENDONÇA, 2013, p.348)

Apesar de todo o receio em consequência da mudança e do esvaziamento da cidade, Goiás conseguiu se sobressair no campo cultural e educacional, no movimento para preservação da antiga capital. É fácil encontrar nos arquivos, jornais que publicavam em suas colunas a presença na cidade de inúmeras sessões de cinema e apresentações culturais nos espaços públicos além de todo aparato educacional que aqui continuou, formado por uma completa rede de ensino e duas instituições de ensino superior, um esforço dos vilaboenses que por aqui permaneceram, contrários à mudança da capital para Goiânia.

Mesmo com a tentativa de manter um fluxo contínuo do cotidiano na Cidade de Goiás, a cidade passou por relevante carestia de produtos de vários gêneros. No Orphanato São José, com o provimento dos alugueis, menor 40%, as dívidas se multiplicaram e arrastaram ao longo dos anos.

No Balanço de 1937 do Orphanato São José, as despesas foram apresentadas como: gasto geral com administração, honorário das irmãs, emolumentos do capelão, expediente e legados do Dr. Netto. Já no balanço de 1945, há uma descrição maior com os gastos, incluindo pagamento para compras de víveres em geral, fornecimento de pães e imposto da décima urbana.

A maior preocupação apresentada nas Atas era conservar os bens herdados de José Netto, principalmente as casas de aluguel. Em Ata da reunião da Junta Administrativa ficou registrado que o concerto das casas alugadas era medida que “(...) torna-se imperiosa a fim de evitar-se a ruína das mesmas que poderá ser atribuída a incúria dos administradores da instituição”<sup>116</sup>. Estas reformas e manutenção por vezes, além de consumirem parte

---

<sup>115</sup>Segundo o historiador Chaul, o projeto de mudança, já presente nos séculos XVIII e XIX, passava ao seu significado mais global: a nova capital seria um símbolo da ascensão ao poder, uma representação do progresso, do moderno, um divisor de águas entre o velho e o novo Goiás. O saber médico voltou à tona, neste outro contexto, sendo usado agora para sedimentar o discurso mudancista, nova estratégia de poder. (CHAUL, 2013, p.231)

<sup>116</sup>Ata da Junta Administrativa. 10 de dezembro de 1944. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

significativa dos proventos, colocaram a instituição em empréstimos bancários e dívidas em diversos estabelecimentos.

Em Ata da Junta Administrativa do Orphanato São José, o tesoureiro afirmou que a Instituição estava com dívidas nos seguintes estabelecimentos: Casa Alencastro Veiga (empréstimo), Djari (caibros), Sr. Suzana (fotografias), a Loja (não informado), Farmácia São José (medicamentos), Padaria Estrela (fornecimento de pães), Casa Coelho de Coelho & Cia (empréstimo), Dr. Elísio Campos, Dr. Otávio Monteiro e Irmãs Dominicanas. Neste caso apenas o empréstimo na Casa Coelho foi quitado. Para o pagamento das irmãs como colocado anteriormente foi usado o dinheiro do Conselho Social em Goiânia. Outras dívidas, segundo registrado em Ata estavam sendo quitadas com “(...) lavagem de roupa<sup>117</sup> no orfanato”<sup>118</sup>. Podemos observar que os gastos mencionados no balanço do orfanato em 1945 foram variáveis, entre empréstimos, alimentação, consultas médicas e até mesmo fotografias. A recomendação do tesoureiro de não continuar com esses gastos, sobretudo os empréstimos para reformas, pois estavam excedendo o orçamento previsto, foi ignorada.

Em 1948, o provedor Benedito Cardoso, escreveu ao prefeito Coronel Hermogenes F. Coelho, afirmando que “os produtos de seus alugueres são aplicados em grande parte nos reparos de que necessitam afim de não desmoronarem e também concorrer para o aformoseamento de nossa cidade”<sup>119</sup>. O planejamento do médico de que os alugueis serviriam para sustentar o asilo para meninas órfãs e ainda manter as casas salubres parece não ter dado certo, pois com a mudança da capital, ficou entendido que a maior despesa do orfanato era originária dos gastos com a manutenção do seu patrimônio imobiliário e não com as órfãs. Com a aquisição de dívidas e empréstimos o Orphanato São José por diversas vezes se encontrou com um saldo devedor alto, recorrendo sempre a diversos pedidos de subvenção.

### **Em nome das órfãs desamparadas ou do ilustre médico José Netto?**

Com a queda nos provimentos do Orphanato São José, inúmeros pedidos de subvenção as instâncias municipais, estaduais, federais foram protocolados. Nosso interesse é compreender a luta da Junta Administrativa em manter o orfanato, hora em nome de José

---

<sup>117</sup> A lavagem de roupa era comum em instituições femininas como o Orphanato São José, muitas vezes fazia parte das obrigações das internas nos estatutos internos. Mais sobre esse assunto no Capítulo 3.

<sup>118</sup> Ata da Junta Administrativa. 27 de junho de 1948. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>119</sup> Pedidos de Subvenção do Provedor do Orphanato São José ao prefeito. 12 de abril de 1948. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

Netto ou das órfãs desamparadas. Questionamos se esse esforço era para manter a Instituição enquanto a única que atendia às órfãs pobres ou para a manutenção da memória do médico.

Os pedidos eram sempre feitos pelo provedor ou diretoria do orfanato para, na maioria das vezes, o prefeito municipal. Não era apenas pleiteados pedidos de isenção dos impostos prediais e urbanos, mas também as chamadas subvenções. As subvenções sociais eram recursos destinados, a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos e de caráter assistencialista, não dependiam de lei e eram autorizadas desde o período Imperial no Brasil. Com a mudança gradativa nas políticas assistenciais à infância no Brasil, após a década de 1930, encontramos pedidos de auxílios destinados ao governo estadual e federal. Esses documentos constituem-se ricos em informação sobre a Instituição, informando sua natureza e realidade econômica.

Encontramos de forma bastante presente na documentação um insistente resgate da memória do seu fundador, “(...) instituição que tem funcionado regularmente desde 27 de fevereiro de 1923, cumprindo os deveres a que se impôs a memória ilustre – Doutor Netto – e perante as autoridades eclesiásticas e civis”<sup>120</sup>. Manter o Orfanato São José em funcionamento não significava apenas cumprir seu dever em socorrer as meninas órfãs e desamparadas, mas por ventura manter viva a imagem de quem desejou e deixou sua fortuna para os outros, o médico José Netto.

Outros pedidos de auxílio eram feitos em nome das “orfanzinhas desamparadas” de forma apelativa e sentimental para assim tocar os corações daqueles que esqueceram os maiores necessitados. Eram desamparadas não apenas pelo destino, mas também pelo poder público. Em 1938, “em nome das crianças desamparadas”, o provedor do orfanato na época Cônego Abel Ribeiro protocolou um pedido de auxílio ao prefeito Edilberto da Veiga Jardim. Atendendo neste ano o número de 30 órfãs, o pedido, em tom de súplica, relatava as inúmeras dificuldades que o estabelecimento passava, pela queda da renda dos alugueis e dos reparos constantes exigidos naqueles imóveis. O pedido foi de amparo ao governo, que incisivamente negligenciava seu auxílio ao orfanato que, “(...) sem um auxílio dos poderes públicos, ficará na dura contingência em restringir sua beneficência a um menor número de órfãs asiladas”<sup>121</sup>. Ao encerrar o pedido foi invocado o sentimento “humanitário do ilustre facultativo” comparando-o a figura do médico fundador do orfanato, que por vezes também exerceu o cargo de prefeito. O uso de palavras que buscavam incitar sentimentos de caridade e

---

<sup>120</sup>Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito. 18 de dezembro de 1944. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>121</sup>Pedido de Auxílio financeiro da Diretoria do Orfanato para o prefeito. 18 de fevereiro de 1938. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

compaixão com outro dominam o discurso presente no documento “Apelando para generoso coração de V.Ex. que pela sua experiência de médico e qualidade de administrador bem pode avaliar a necessidade da assistência à infância desamparada, o signatário confia que seja benignamente deferida a presente citação”<sup>122</sup>. O discurso do provedor não foi comedido no uso de palavras que buscavam evocar a caridade e até a atribuição enquanto médico do prefeito, comparando-o com o médico e também prefeito, José Netto.

Para compreendermos melhor essa dinâmica, analisamos os pagamentos das subvenções e auxílios, apresentado no quadro nº04abaixo, computando a entrada de todos os recursos enviados ao Orphanato São José, especificando seu local de origem, no período compreendido entre os anos de 1925 a 1950, segundo os documentos encontrados, Atas e processos de pedidos de auxílio e subvenção.

**Quadro nº 04 – Entrada dos auxílios ao Orphanato São José. (1925 – 1950).**

Ano	Municipal	Estadual	Federal	LBA	Cúria*
1925	Restituição da décima urbana	-	-	-	-
1937	Amparo à maternidade e infância (1:000\$000)	-	-	-	-
1938	Isenção da décima urbana (Decreto-lei nº209)	-	-	-	C\$ 3:000
1942	-	-	Ministério Educação e Saúde Auxílio (CR\$ 10.000,00)	-	-
1943	-	-	Ministério Educação e Saúde Auxílio (CR\$ 10.000,00)	-	-
1944	Subvenção anual (CR\$ 2.500,00)	-	-	Auxílio (CR\$ 15.000,00)	-
1945	-	Subvenção Conselho Estadual de Serviço Social (CR\$ 6.000,00)	-	Auxílio (CR\$ 5.000,00)	Auxílio (CR\$ 10.000,00)
1946	Subvenção anual (CR\$ 2.500,00)	Secretaria do Estado da Fazenda (CR\$ 7.000,00)	Auxílio da Coletoria Federal (CR\$ 10.000,00)	Donativos e auxílio (CR\$ 1.800,00 + 5.000,00)	Auxílio (CR\$ 10.000,00)
1947	-	-	-	Donativos Natal dos pobres e auxílio (CR\$ 10.000,00)	-
1948	Crédito especial (perdão da dívida com a Fazenda Municipal) e Isenção de tributação referente ao seu patrimônio	Subvenção Estadual Anual (CR\$ 3.000,00)	-	-	-

<sup>122</sup>Idem.

1950	Elevação dos auxílios (de CR\$ 2.500,00 para 6.000,00)	-	-	-	-
------	--	---	---	---	---

\*Se refere a Cúria Diocesana da Igreja Católica

Fonte: Compilação dos dados realizado pela autora.

Conforme o quadro nº 04 acima, os pedidos de subvenção até 1938 eram endereçados apenas ao município, sendo dois referentes à isenção da décima urbana e um em relação ao auxílio destinado ao “amparo a maternidade e infância desamparada”.

A partir de 1938 muitos processos foram encaminhados na busca de aumentar os recursos do orfanato, que passava por inúmeros problemas devido à queda na renda dos alugueis em consequência da transferência da capital de Goiás para Goiânia. Os pedidos de auxílio encaminhados ao prefeito municipal, em sua maioria, solicitavam subvenções anuais, mas o que normalmente o prefeito autorizava eram restituição dos impostos prediais urbanos e rurais. A resposta, com frequência, era que o município sofria um diminuto na arrecadação devido à transferência da capital e que o orfanato era considerado um estabelecimento particular com elevado patrimônio em imóveis.

Em 1944, uma subvenção anual foi autorizada, mediante adequação do orfanato a Lei Estadual nº 3.285, de 8 de junho de 1940. A lei foi criada em consonância com decreto-lei federal nº 1202 de 8 de abril de 1939, para reforçar verbas ou subvenções às instituições de assistência social, como asilos, orfanatos, casas de recolhimentos entre outros, instituindo o “selo de assistência social”. Para conseguir esse selo era necessário reunir documentos que comprovassem ser o estabelecimento uma instituição assistencialista, para isso deveriam comprovar:

- a) Que se acham legalmente constituídas com personalidade jurídica e funcionamento permanente há mais de um ano;
- b) Que não dispõem de recursos próprios suficientes para o custeio de suas despesas e desenvolvimento de seus serviços;
- c) Que prestam serviços gratuitos, segundo os fins a que se destinam, indicando o número de beneficiados durante o último ano.<sup>123</sup>

Além desses documentos obrigatórios outros eram solicitados, como estatutos, relatórios, regulamentos, balancetes, fotografias e plantas. Toda documentação seria enviada ao Conselho Estadual de Assistência Social<sup>124</sup>, que dentre outras atribuições era responsável

<sup>123</sup> Disponível em: <[http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto\\_lei/1940/decreto\\_lei\\_3285.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto_lei/1940/decreto_lei_3285.pdf)> Acesso em: 20 nov 2016.

<sup>124</sup> O Conselho Nacional de Assistência Social estabelecia uma intensa colaboração referentes aos estudos e algumas questões relativas a assistência à maternidade, infância e adolescência, com o Departamento Estadual e Nacional da Criança. Todos os estados mantinham uma repartição central que comunicava com os municípios.

por sugerir ao governo a concessão dos auxílios e subvenções às instituições. O auxílio só era efetivado com parecer favorável do governador do Estado e tinha destino específico, não podendo ser gasto com festividades, pagamentos da remuneração da diretoria, construção ou reforma e nem exceder 30% em despesas com o setor administrativo. No ano de 1945, o Orphanato São José recebeu uma subvenção do Conselho Estadual de Serviço Social. Para conseguir o auxílio do Conselho Estadual, além do pedido formal encaminhado e endereçado ao Interventor Federal era necessário o requerente prestar contas de anos anteriores sobre como foram aplicadas as subvenções.

Na década de 1940, ocorreram mudanças nas políticas de assistência em relação à concessão de subvenções para instituições consideradas particulares. Segundo o decreto-lei 3.285 de 1940, “paralelamente ao serviço público de assistência, tem o Estado o dever de subvencionar e amparar os estabelecimentos de iniciativa particular, com as mesmas finalidades”.<sup>125</sup> Nessa lei foi reconhecido o papel dos estabelecimentos e seu trabalho no campo social, sendo preciso aproveitar a iniciativa particular, amparando-a e incentivando-a, afinal tais questões são entendidas nessa época enquanto de primeira ordem, era preciso se desvencilhar daquilo que apresentava uma ameaça para a sociedade, a mendicidade e suas consequências. Melhor que construir estabelecimentos que promovessem esse trabalho filantrópico era usufruírem dos quais já existiam e já realizavam tal presteza.<sup>126</sup> Para conseguir o selo de assistência e posteriormente o auxílio ou subvenção, a Junta Administrativa providenciou os documentos segundo o decreto-lei 3.285, mencionado anteriormente.

Dez meses depois do pedido de subvenção ao município em 1944, outra solicitação foi encaminhada relatando sobre as dívidas com a prefeitura. As dívidas não foram perdoadas e continuaram por alguns anos. A subvenção anual concedida pelo município ao Orphanato São José não foi paga em 1945 e 1947. Somente em 1948, após solicitação encaminhada ao presidente e membros da Câmara, foi decretado o perdão da dívida com a Fazenda Municipal e a isenção de qualquer tributação referente ao patrimônio do Orphanato São José. No ano de 1950 o projeto-lei nº 78 elevou os auxílios concedidos ao Asilo e ao Orphanato. Somente na década de 1960 o orfanato foi reconhecido como instituição de utilidade pública, relevante para a sociedade.

---

<sup>125</sup> Disponível em: <[http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto\\_lei/1940/decreto\\_lei\\_3285.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto_lei/1940/decreto_lei_3285.pdf)> Acesso em: 20 nov 2016.

<sup>126</sup> Idem.

Em 1945 o estado concedeu via Conselho Estadual de Serviço Social uma subvenção anual para o orfanato e ainda auxílio remetido em nome da Legião Brasileira de Assistência<sup>127</sup>. A LBA foi fundada em 1942 no governo do presidente Vargas e tinha como representante nacional dona Darcy Vargas, sua esposa. Em Goiás, Gercina Borges, conjugue do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira respondia pela instituição. A Legião, em suas diversas diretorias espalhadas pelo Brasil, estava sempre associada à figura das mulheres especialmente das primeiras damas. Juridicamente criada por decreto-lei nº4830 em 15 de outubro de 1942, era registrada como sociedade civil sem fins lucrativos, contava com a colaboração de diferentes pessoas e verba específica. Conforme a legislação, 0,5% de cota garantida “paga pelos empregados sujeitos aos institutos e caixa de aposentadoria e pensões, recolhida pelo Banco do Brasil e depositado em conta própria”<sup>128</sup>. O primeiro artigo rezava prestar “(...) serviços de assistência social, diretamente ou colaboração com instituições especializadas”<sup>129</sup>. Por diversos momentos a LBA enviou recursos ao Orphanato São José, tornando-se uma das principais associações a colaborar com estabelecimento.

Na ‘Revista Oeste’<sup>130</sup> podemos verificar diversas reportagens sobre o papel da LBA em Goiás. Em abril de 1943 em reportagem na ‘Revista Oeste’ a LBA foi reconhecida como a “resposta da mulher brasileira ao apelo da Pátria, neste instante grave da vida nacional”<sup>131</sup>. O que se segue no texto era um claro discurso sobre o papel da mulher na sociedade em tempos de guerra mundial e sua importância na construção de uma nação patriótica. Essa fala ficava implícita na matéria, “o modo de ser guerreiro da mulher brasileira”<sup>132</sup>. Segundo Maria Luiza Mestriner,“(...) ao criar a Legião Brasileira de Assistência, Vargas fundava no Brasil o atrelamento do social ao primeiro-damismo – na figura de Darcy Vargas –, do qual até hoje o país não se desembaraçou, pois permanece, ainda no ano 2000, a figura da primeira-dama no governo” (MESTRINER, 2008, p.71).

---

<sup>127</sup> Legião Brasileira de Assistência, doravante LBA.

<sup>128</sup> Decreto-lei nº 4.830, 15 de outubro de 1942. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De14830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14830.htm)> Acesso em: 23 nov 2016.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> A *Revista Oeste*, que agora emerge em esmerada edição eletrônica, compõe um bem-acabado retrato da vida intelectual, artística e da informação que circulava em Goiânia nos seus primeiros tempos. Produzida na “Secção Industrial da Imprensa Oficial — Goiânia”, a publicação surgiu em 5 de julho de 1942, data do Batismo Cultural de Goiânia e circulou somente até 1945. A *Revista Oeste* contava no seu corpo editorial com figuras como Bernardo Élis, Garibaldi Teixeira, Hélio Lobo, Paulo Figueiredo e José Décio Filho. Com periodicidade mensal, a revista tinha um perfil literário e nasceu com o objetivo de destacar os valores intelectuais regionais e, ao mesmo tempo, tornar-se veículo da efervescência sócio-cultural de Goiânia, a nova capital, que florescia no cerrado. (Edição Fac-Símile em CD/Rom, AGEPEL, 2001).

<sup>131</sup> Revista Oeste, nº 23, abril de 1943, Goiânia. (Edição Fac-Símile em CD/Rom, AGEPEL, 2001).

<sup>132</sup> Idem.

A presença da mulher na Legião era muito forte, pois foi criada com o propósito de atender a outras mulheres e a suas famílias necessitadas, além de idealizar um padrão de comportamento. Esse padrão era exemplificado em mulheres como Dona Gercina, uma “católica sincera, que procura realizar na sociedade, em entidades efetivas, os princípios sublimes da religião de Cristo”. Marcando a relação dos serviços de assistência no Brasil aos princípios da Igreja Católica e da prática de amor ao próximo. Entre as finalidades da LBA estavam os serviços de assistência social que buscavam: proteger a infância; amparar os idosos e desvalidos; prestar assistência médica aos necessitados; favorecer o reajustamento das pessoas moral ou economicamente; contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, cuidando do problema alimentar e da habitação e incentivar a educação popular.<sup>133</sup>

Com a intenção de proteger a infância a partir do ano de 1944 os auxílios em benefício do Orfanato São José provenientes da LBA foram constantes. A primeira doação feita pela Legião ao Orphanato São José ocorreu no ano de 1944, e foi recebida pela diretora irmã Victorina na importância de Cr\$ 15.000,00. Embora a quantia fosse de relevante valor, o Orphanato São José continuou encaminhando pedido de auxílio para a prefeitura afirmando que o estabelecimento estava passando por diversas dificuldades. Ainda naquele ano foi feito um pedido de subvenções atrasadas ao governo federal, que foi indeferido por falta de documentação. Apesar de receber doações da LBA, o orfanato continuava com falta de recursos que mantivesse os gastos da Instituição. Segundo o tesoureiro do orfanato, havia gastos excessivos com reformas dos imóveis pertencentes à instituição, sendo estas o grande causador dos problemas financeiros

No mês de junho de 1946, o Orphanato São José recebeu visita de um grupo de pessoas ilustres que compunham a LBA do estado de Goiás. Mario da Costa Ferreira, presidente, José Alair Batista Jardim, vice-presidente e Odiny Fogaça, médico. O motivo da passagem foi conhecer a instituição e ver suas reais necessidades, já que se tornava usual o pedido de auxílio do orfanato a Legião. O que procedeu após a visita foi o envio de uma máquina de costura, uma saca de café, três fardos de tecido, um embrulho de remédios e uma quantia em dinheiro Cr\$ 1.800,00. Gêneros que atenderiam as necessidades específicas das meninas<sup>134</sup>. Foi pedido pela LBA no ano seguinte o preenchimento de um questionário para cadastrar o Orphanato São José como uma das instituições beneficiada com auxílios.

Com a saída de Vargas da presidência, constituíram-se em 1946 algumas mudanças da política paternalista e protecionista do Estado Novo onde o nacionalismo e a democracia

---

<sup>133</sup>Revista Oeste, nº 23, abril de 1943, Goiânia. (Edição Fac-Símile em CD/Rom, AGEPEL, 2001)..

<sup>134</sup>Ata da Junta Administrativa. 20 de outubro de 1946. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

ganharam espaço. O serviço social continuou com pequenas mudanças. Segundo Mestriner (2008, p. 118) “A tendência continuará a ser a valorização do empreendimento particular, apoiado pela ação governamental, mas já alcançado a outro patamar”. Uma política menos paternalista que assumiu sua responsabilidade social embora projetasse na elite industrial uma saída para o sistema de assistência pautada na educação pública, por meio dos sistemas “S”, Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), Sesc (Serviço Social do Comércio) e Sesi (Serviço Social da Indústria).

Os rendimentos do orfanato como apresentado em balanço no ano de 1945 não se resumiam apenas às rendas dos imóveis ou nas subvenções municipais. Existiam auxílios estaduais e federais; doação de terceiros e de organizações de assistência. Um comparativo dos balanços apresentados entre os anos de 1938 e 1950 permite observar a entrada de recursos de órgãos pertencentes à organização político social da época, sobretudo dos órgãos que atendiam as necessidades sociais como a LBA e o Conselho Estadual de Serviço Social, inserindo a Instituição Orphanato São José pertencente no processo de interiorização da assistência segundo as políticas locais e nacionais.

A alusão ao Dr. José Netto foi um recurso discursivo corrente nos pedidos, sendo o uso da memória do médico, não seguiu apenas o intuito de identificá-lo como fundador, mas evocar o homem público que foi e da sua preocupação com a assistência à infância em Goiás. São discursos construídos nos pedidos de auxílios e subvenções que buscaram a afirmação do Orphanato São José enquanto local de memória do médico José Netto e aquilo que desejou fundar, um estabelecimento para recolher órfãs desvalidas em Goiás, o único da capital. Os altos gastos e constantes reformas para manter o patrimônio deixado pelo médico demonstraram a preocupação dos representantes eclesiásticos em perder os bens deixados e possivelmente serem acusados pela família de negligência. Por vezes todo o patrimônio e os proventos dele, caracterizavam o Orphanato São José como estabelecimento privado, evitando que o poder público concedesse auxílios e subvenções. Como apresentado neste capítulo os gastos do orfanato não eram em sua maioria com o bem-estar das órfãs e sim com as reformas das casas alugadas e com obras intermináveis para ampliar o espaço físico da Instituição, o que se concluiu apenas na década de 1960. Trataremos no próximo capítulo sobre as órfãs que foram internadas, tentando compreender como era ser, morar e crescer no Orphanato São José.

## Capítulo 3

### *Das órfãs asyladas*

#### 1. Considerações iniciais

O advento da república no Brasil trouxe um tempo ávido por mudanças, atreladas aos ideais de progresso e civilidade que projetou na infância o futuro dessa nova nação. Para os especialistas, médicos e juristas, as questões sociais e econômicas deveriam ser reguladas pelo Estado. As discussões ascenderam no início do período republicano em 1889, porém somente com a constituinte de 1934 a temática ganhou forte espaço nas discussões políticas. A Constituição de 1934 tratou do bem-estar-social e econômico enquanto a anterior, a Constituição de 1891, a garantia dos direitos individuais. A autora Silvia Maria Fávero Arend, destacou três temáticas sobre a infância no início do século XX no Brasil, “(...) assistência e proteção dos infantes pobres, órfãos ou ‘em situação de risco’, relativa às infrações e a proposta de regulamentar as relações de trabalho infanto-juvenis”. (ARENDA, 2010, p.340). Medidas que buscavam garantir amparo e a intervenção do Estado nas políticas sociais voltadas para a infância, como a proibição do trabalho antes dos 14 anos e a determinação para o combate da morbidade e mortalidade infantil. Para Esmeralda Blanco B.de Moura:

A nova Carta Magna traçaria um novo perfil para o Brasil, apoiada na produção intelectual que aquecera o debate no meio médico nos anos anteriores. É clara, a exemplo, a influência do pensamento de Renato Kehl a respeito do casamento, descendência, meio urbano, assim como das proposições de Arthur Ramos quanto à conduta da criança, na linha de pensamento da Liga Brasileira de Higiene Mental. (MOURA, 2009, p.30)

Como discutimos no capítulo 1 desta dissertação, os médicos atribuíram para si, fundamentados na medicina social, o papel disciplinador da sociedade. Essas discussões iniciadas ainda no século XIX ganharam força no meio político, conquistando seu espaço na Era Vargas, tida como o apogeu das ideias higienistas. Salvar a criança pobre significava transformar o Brasil. Segundo Moura, a escolha da infância se deu, pois:

A criança foi, assim, identificada, no discurso dos legisladores constituintes, como portadora, em potencial, das transformações que se queria implantar no Brasil, o que os fez conferir importância à educação e identificar, em seus pressupostos,

possibilidades inusitadas, ao depositar, na infância, a esperança de um futuro melhor. (MOURA, 2009, p.32).

Não devemos deixar de citar a influência do movimento oriundo da Europa e Estado Unidos da América, “*cave de children*”, nos discursos políticos no Brasil desde o século XIX. O movimento para “salvar a criança” apontava ser o investimento na infância a maior relevância para o desenvolvimento de um país. Outro forte movimento no Brasil sobre a infância ocorreu na década de 1920, e denunciava o crescimento da criminalização infantil. A mobilidade de 1920, culminou no projeto do deputado José Candido de Mello Mattos, aprovado pelo Congresso Federal em forma do decreto número 16.272 em 1923 que, “regulamentou a Assistência e proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes, concebendo como aparatos e instituições complementares o Serviço de Assistência e Proteção ao Menor, o Abrigo de Menores e o Juízo Privativo dos Menores do Distrito Federal” (CÂMARA, 2007, p. 270). Esse decreto anos depois, em 1927 foi transformado em lei, denominado Código de Menores<sup>135</sup>, sendo seu aspecto mais importante, o fato de ter apontado o Estado como maior protetor da infância. Mas de que infância esses discursos falavam? Qual seu significado da infância no século XX?

No século XIX podemos identificar uma pluralidade nos discursos no que se refere à infância dividindo-a em duas possibilidades, as de “boa família” e as de “família pobre”. Esses discursos retratavam a influência dos vícios da família pobre sobre as crianças, culminando posteriormente no movimento conhecido como “salvação da criança” e sua influência para o progresso no Brasil no século XX. Segundo Kuhlmann Jr.:

A proteção à infância é o motor que a partir do final do século XIX impulsiona em todo o mundo ocidental a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança, sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência – com os ambulatorios obstétricos e pediátricos; dos seus direitos sociais – com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução – com o reconhecimento de que estas podem ocorrer desde o nascimento, tanto no ambiente privado, como no espaço público. Nesse processo, distribuem-se competências e atribuições do Estado e da sociedade, delimitam-se os campos jurídicos, médicos, assistencial, educacional, assim como se debatem definições legais e normativas. (KUHLMANN JR, 2002, p. 464)

---

<sup>135</sup> O Código de Menores de 1927 foi extremamente minucioso, contendo 231 artigos. A extensão do texto faz com que destoe dos demais projetos e decretos que o antecederam [...]. A impressão que se tem é que através da lei em questão procurou-se cobrir um plano espectro de situações envolvendo a infância e a adolescência. Parece-nos que o legislador, ao propor a regulamentação de medidas “protectivas” e também assistencialistas, enveredou por uma área social que ultrapassava em muito as fronteiras do jurídico. O que impulsionava era “resolver” o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os menores através de mecanismos de “tutela”, “guarda”, “vigilância”, “educação”, “preservação” e “reforma” (RIZZINI, 2011, p. 133).

Independente de países denominados civilizados ou não, o mundo desde o século XIX discutia veemente a questão da infância e sua importância para o desenvolvimento econômico e social. Em Bruxelas no ano de 1913 ocorreu o I Congresso Internacional de Proteção à Infância. Diversos especialistas afirmaram ser a criança possuidora de individualidade, necessitando ser respeitada e governada pelo Estado. Vários médicos e juristas brasileiros participaram, o que influenciou a organização do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e o 3º Congresso Americano da Criança, no Rio de Janeiro em 1922<sup>136</sup>. As discussões no evento brasileiro giraram em torno da criança filha da pobreza e reprodutora dos vícios e da imoralidade, baseados nas teorias evolucionistas. Tratava-se, sobretudo de um movimento moral, que objetivava empreender um maior controle social dos grupos de elite sobre a população pobre. Segundo Rizzini:

O que parece importante assinalar é a percepção de que cabia ao Estado tomar as rédeas. A expressão é mais que adequada, pois de alguma forma naquela conjuntura, surgiu a necessidade de se eleger um carro-chefe capaz de exercer controle sobre a situação; significava dizer que à ideia de infância estava associada a percepção de desordem e ameaça de descontrole. (RIZZINI, 2011, p.102)

Na busca em solucionar os problemas da infância os legisladores encontraram na educação a saída para a “questão da infância” no Brasil, gerenciada e articulada pelo Estado. O foco estaria voltado para a educação primária e o ensino profissionalizante, diminuindo o analfabetismo e contribuindo para o fortalecimento da instrução pública. A escola não era apenas um espaço para a formação intelectual, mas assumiu também o papel disciplinarizador e moralizador da infância.

Segundo Câmara (2010), os dados apresentados na I Conferência Nacional de Educação<sup>137</sup> sobre a situação do analfabetismo e de crianças matriculadas no Brasil em 1920 eram graves. No Distrito Federal 38% da população era analfabeta e 76% das crianças estavam fora da escola, em Goiás o índice de analfabetismo chegava a 84% e de crianças não matriculadas 78%. Em estados como Maranhão, Piauí e Paraíba os números de analfabetos e

---

<sup>136</sup> O evento fazia parte da Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência. Segundo Kuhlmann Jr., (2002) participaram do evento senadores, deputados federais, professores e alunos das Faculdades de Medicina de Porto Alegre, do Rio de Janeiro, de São Paulo e Salvador. Médicos que atuavam em órgãos públicos, hospitais e instituições como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) e congêneres, e, também na área da saúde, farmacêuticos e cirurgiões dentistas. Os religiosos também estiveram presentes sendo em sua maioria católicos. Para representar a educação, diretores de escolas e professores. Além dos formados em direito, políticos, desembargadores, chefes de polícia e representantes de entidades. Eram cinco seções de discussões: sociologia, legislação, assistência, pedagogia e higiene. (p.462-463).

<sup>137</sup> A I Conferência Nacional da Educação no Brasil ocorreu em 1927 em Curitiba, com referência nos dados do recenseamento populacional do Brasil e os respectivos números de analfabetos e de matrículas por Estado do ano 1920.

de crianças não matriculadas passavam dos 90%. Com números que denunciavam o esfacelamento da educação brasileira, em 1928 foi assinado o decreto número 2.940, regulamentando a Reforma na Instrução Pública. Segundo Câmara:

A preocupação crescente com a expansão da instrução pública pelas reformas de instrução demonstrava a necessidade de se conferir à escola um lugar central no processo de intervenção na cidade e no meio social. Por intermédio das instituições auxiliares ao professor, bem como das instituições de caráter assistenciais às crianças pobres, ampliou-se o poder de alcance das escolas promovendo atividades complementares, a exemplo do pelotão de saúde, do prato de sopa, do copo de leite, das ligas de bondade, do escoteirismo, da assistência dentária e médica, da inspeção escolar, das colônias de férias, das cooperativas escolares, das visitas domiciliares das enfermeiras escolares, dos clubes de leitura, das exposições de trabalhos manuais, dos círculos de pais e professores, da literatura pedagógica, das bibliotecas escolares, do cinema escolar, do rádio, do intercâmbio interestadual e internacional escolar e excursão escolares. Desse modo, firmaram os fundamentos mediante os quais se daria a articulação da escola ao meio, alargando seu poder de alcance e de influência sobre a criança. (CÂMARA, 2010, p.135).

Essa ampliação do alcance da escola na sociedade se deu de acordo com as mudanças que ocorriam nacionalmente, como à industrialização e a influência do escolanovismo<sup>138</sup>. As políticas implantadas nacionalmente tiveram seus efeitos em Goiás. O cargo de Juiz de Direito de Menores foi criado em Goiás em Lei sancionada em 29 de maio de 1928. Suas atribuições seguiam ao que foi instituído em Lei Federal sobre os menores, “O Código de Menores de 1927” que além de exercer um cargo com novas atribuições “substituiu o antigo cargo de Juiz de Orphãos ausentes e interditos”<sup>139</sup>. O juiz corregedor escolhido, antes da primeira audiência tinha como atribuição, “visitar casas de detenção ou cadeias, asylos e orphanatos para conhecer a ordem disciplinar do estabelecimento, verificar o estado de higiene e economia, tomar providência ao seu alcance”. (RIZZINI, 2011, p. 133). O objetivo era conhecer a realidade social e econômica do estado.

No campo da educação, até 1930, os números de analfabetos continuaram altos devido à grande parte da população vivendo no campo, onde as escolas eram inexistentes, muitos não conseguiam ter acesso a uma formação primária. Segundo Rubia-Mar Pinto, sobre a relação cidade e escola na história da educação em Goiás:

---

<sup>138</sup> As sucessivas reformas implantadas na Capital brasileira entre 1922 e 1935 concorreram para aglutinar em torno da expressão “escola nova” um conjunto de enunciados pedagógicos (e técnicos) que tinham por objetivo interferir (e construir) no sistema educativo brasileiro, modelando os fazeres ordinários da escola, pela renovação de materiais, métodos, relações professor-aluno, tempos e espaços; e atribuindo novos significados ao lugar social da instituição escolar, pelo intento da educação integral e da escolarização da sociedade (CÂMARA *apud* VIDAL & PAULILO, p. 135-136)

<sup>139</sup> Coleção de Leis do Estado de Goyaz. Ano de 1928. Tipificado do Correio Oficial de Goyaz. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

No decorrer da década de 20, a legislação educacional foi enriquecida por outras reformas, leis e decretos que, embora não alterassem significativamente a face da educação do povo sertanejo, aperfeiçoavam os mecanismos que amalgamavam a escola e a cidade. Às vésperas de 1930, uma nova movimentação sobreveio: a criação do Jardim de Infância e a inauguração do Palácio da Instrução, a presença da Missão Pedagógica Paulista, a publicação do Suplemento Pedagógico e o curso de aperfeiçoamento dos professores primários. (PINTO, 2011, p. 256)

O Ensino Primário em Goiás, previsto nas reformas de 1893 e 1898 sendo gratuito e leigo, só foi instituído após 1930, acompanhado pela criação de diversos órgãos que estabeleceram a relação da cidade e uma cultura escolar, ou como denominou a autora Pinto um “mundo educacional Goiano” (idem, p. 257). O Jardim da Infância, estabelecimento criado pela lei número 851, tinha como objetivo a “(...) educação das crianças, cuja idade for inferior a exigida para escola pública anexa a escola normal desta capital”.<sup>140</sup> E esse mundo educacional goiano, pode ser acompanhado pelos principais veículos de informações da época, os jornais<sup>141</sup>. Percebemos um grande esforço desses jornais em veicular matérias relacionadas com os cuidados a infância – sua educação e saúde – como também a educação de jovens adultos.

Não podemos deixar de relacionar esse alicerçamento da educação em Goiás com a instituição do Código de Menores (1927). O Jardim da Infância e o ensino técnico profissional na Escola de Aprendizes e Artífices foram alguns decretos e leis criados para assegurar a execução das medidas previstas no Código de Menores em Goiás que basicamente propunham a regeneração da infância por meio da educação, do trabalho e da instrução.

Para Moura (2009), a infância estava sempre situada no âmbito das famílias, sendo as pobres tidas como incapazes de cuidar dos seus filhos. Já Câmara ressaltou a infância criminalizada, excluída do cenário escolar, vadia e analfabeta, solta pelas ruas da cidade. A proposta deste capítulo será discutir sobre a infância pobre em Goiás e sua circulação pela cidade, como eram vistas pela sociedade. Deste modo, propomos identificar quem eram as órfãs internadas no Orphanato São José.

---

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Jornais pesquisados, Cidade de Goiás, A razão, Folha de Goiás, Folha Goyana, Gazeta de Goiás, Goyaz, O Democrata, O Município, O Universitário, Voz do Povo. Todos estes jornais publicaram reportagens sobre os temas, educação, literatura e saúde relacionadas à infância, no período de 1920 à 1960.

## 2. A infância pobre na Cidade de Goiás.

### A infância menorizada.

*As Crianças*

(...)

<i>Qual anjo do Paraíso</i>	<i>Os sorrisos das crianças</i>
<i>Possui mais doce sorriso</i>	<i>São lampejos de esperanças</i>
<i>Tem mais mimosa feição?</i>	<i>Que resplandecem no lar</i>
<i>Que olhar tão meigo, expressivo</i>	<i>Difundem tantas doçuras</i>
<i>Põe-nos mais preso, cativo.</i>	<i>Que dissipam as agruras</i>
<i>Traz nos mais inspiração.</i>	<i>E tornam gozo o pensar.</i>

(*As Crianças. Jornal Cidade de Goiás, nº 327, 22 de agosto de 1948*)

Partimos do ponto crucial, no qual o conceito tratado no singular, “infância” não consegue explicar a diversidade que esse tema nos propõe. Ao retratar no poema uma imagem doce e pueril do que denominava “As crianças”, o autor não se referia àquelas desamparadas, sobretudo pobres, que vagavam pela cidade, recolhidas à própria sorte. Apesar do seu uso amplo, o poema trata das crianças favorecidas, protegidas pela família, que provocava os corações com sua inocência e doçura ou como colocou o autor da poesia, “inspiração” e “esperança”. As crianças da qual falava a poesia são aquelas que representavam o futuro. O modelo assistencialista no Brasil adotado no Estado Novo viria por vez diferenciar o significado de infância, quando estabeleceu uma desigualdade de tratamento entre o “menor” e a “criança”.

A temática “infância” foi facilmente localizada em jornais que circulavam em Goiás variando entre à educação e saúde. Os jornais se tornaram importantes armas da política varguista desde 1930, segundo Chaves e Petruski (2013, p. 295), “[...] a política varguista aproximou oficialmente educação e saúde, os jornais passaram a disseminar sistematicamente as políticas governamentais no campo da educação sanitária, mantendo-se como importantes órgãos de informação em todo território nacional”. Destacamos os artigos escritos pela SNES – Serviço Nacional de Educação Sanitária – fundado em 1941 e distribuído para os diversos jornais pelo Brasil. Basicamente, a infância abordada nos textos da SNES, era aquela que deveria ser educada segundo os preceitos da higiene mental, criando assim uma normatização do comportamento não apenas da criança, mas também dos seus pais.

Analisamos algumas matérias veiculadas no jornal Cidade de Goiás<sup>142</sup>, no ano de 1948 a 1952, com o objetivo de identificar qual infância os discursos proferiam. Foram localizadas nesses quatro anos mais de trinta reportagens e colunas sobre o tema educação e saúde voltada para a infância. Basicamente esses temas seguiam a ideologia médica-higiênica que buscavam por meio de uma escrita que falasse diretamente com o leitor, a introdução na população de hábitos de saúde e higiene, por meio de exemplos do cotidiano de uma família.

Dentro vários documentos, selecionamos alguns que corroboram para nossa explicação. O primeiro deles recebeu o título “É desde cedo que se torce o pepino”:

É por isso que os bons costumes e as regras de higiene devem ser desde logo ensinadas as crianças. Entre essas, as de escovar os dentes e lavar as mãos antes das refeições não devem ser descuradas pelos pais, no que se refere a impô-las aos petizes.(...). Se as tentativas de imposição desses hábitos foram continuadas, as crianças a eles se acomodarão facilmente e chegarão a perfeição, conforme já se teve bastas ocasiões de observar, de reclamarem elas próprias ao observância dessas comezinhas regras de higiene quando os pais delas se esquecem<sup>143</sup>.

Educar a população para a saúde empreendeu vários aspectos da sociedade que estava para além do papel dos órgãos oficiais do estado. A família teve que assumir seu papel e responsabilidade na construção de um Brasil rumo ao progresso. Apesar dos textos falarem aos pais, as crianças são o grande alvo dessas campanhas, pois a elas cabiam novas práticas de cuidados com corpo, com a alimentação, influenciando também a mudança nos hábitos da família.

“*As crianças problemas*”, outro artigo que fazia uma referência as crianças que possuíam mau comportamento. Seria esse desvio, segundo a publicação, as crianças consideradas zangadas, impertinentes e malcriadas. Esse título referia-se a uma criança diferente da imagem concebida das crianças do poema acima, onde o autor afirmou que “*os sorrisos das crianças difundem tanta doçura*”. Se esta não se comportava bem, desviando do padrão de ser uma “doçura”, era enquadrada como um problema. Um problema não só para os pais, mas para o governo, veja o recorte do jornal ‘Cidade de Goiás’:

Os médicos chamam “crianças problemas” a aquelas que, continuamente apresentam mau comportamento na escola ou no lar, crianças zangadas, impertinentes, malcriadas. São o tormento dos pais e dos professores, mas lhes cabe

---

<sup>142</sup> O jornal ‘Cidade de Goiás’, foi fundado por Goiás do Couto, em 1878. Era um jornal com publicações semanais que informava a população sobre os principais acontecimentos políticos da cidade e das localidades vizinhas, sobretudo pode-se afirmar que era um jornal que publicava feitorias do governo, com características “bairristas”, que defendia os interesses locais. Informações retiradas do editorial do próprio jornal.

<sup>143</sup> Jornal ‘Cidade de Goiás’, nº 375, Goiás 22 de fevereiro 1948. Documentos Avulsos. AFFSD, Cidade de Goiás.

culpa de ser assim nem será debaixo de pressão rigorosa, com pancadas e privações, que se poderá evitar seus hábitos de rebeldia. Para isso, devem ser praticadas, rigorosamente, as regras da higiene mental.<sup>144</sup>

Ficou evidente que esse preceito foi escrito para os pais e professores, já que se tornava um “tormento” para os educadores também. Porém cabia a educação aos pais segundo o ensinamento da higiene mental<sup>145</sup>, demonstrando uma necessidade de mudança no comportamento destes, para não tratar suas “*crianças problemas*”<sup>146</sup> com castigos e espancamentos. Mesmo ela representando um “problema”, o ensinamento da higiene mental seria a solução para o desvio de comportamento, como se não houvesse diferença entre elas e sendo esses princípios aplicados a todas, desprezando sua individualidade, produzindo uma normatização do comportamento.

Os inquéritos policiais também são ricos documentos para pensarmos a infância no cotidiano das cidades, pois elucidam a circulação de crianças pobres, taxadas de forma pejorativa de: desocupadas, vadias, mendigas, que incomodava a ordem e os bons costumes da cidade. Em abril de 1945 foi encaminhado ofício ao Delegado especial da Cidade de Goiás, reclamações sobre a presença de adolescentes tomando banho no rio, segundo o encarregado que registrou as reclamações:

(...) o desrespeitoso procedimento de meninos de 10 e 15 anos que tomam banho abaixo do balneário, no lugar denominado “poço de mandobeira”, alguns completamente despidos, falando palavras desrespeitosas contra as pobres lavadeiras, que até ficam incapacitadas de continuar seu mister sossegadamente, pois os malvados meninos além de faltar com o respeito que devem aos mais velhos chegam até jogar pelotas de barro vermelho nas roupas brancas estendidas nas

---

<sup>144</sup>Jornal ‘Cidade de Goiás’, nº375, Goiás 22 de fevereiro 1948. Documentos Avulsos. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>145</sup> “(...) em janeiro de 1923, uma instituição civil exclusivamente voltada para a "divulgação e propagação das noções exatas da eugenia mental, num plano uniforme de defesa da mentalidade da raça" (Ata de Fundação da LBHM, ABHM, ano XIII, nº 1, jul. 1941, p. 92), chamada Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), que significará o ápice da penetração, no domínio da ação psiquiátrica, dos ideais de eugenia e do saneamento preventivo da população, nos termos renovados de um movimento pró-higiene mental. Buscando levar à frente, então, tais objetivos, a LBHM apresentou propostas, formulou programas de ação e procurou oferecer serviços nos mais diversos campos. Com efeito, durante sua existência a instituição montou laboratórios de psicologia aplicada, ambulatórios de psiquiatria, consultório de psicanálise; aplicou testes psicológicos nas escolas públicas e em fábricas; organizou diversas semanas antialcoólicas; criou uma clínica de atendimento à criança; procurou intervir na política imigratória; apresentou programas de seleção e orientação profissional; propôs medidas de esterilização pré-nupcial. c.f.: REIS, J.R.F.. ‘**De pequenino é que se torce o pepino**: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental’. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, VII (1): 135-157, mar.-jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

<sup>146</sup> O conceito de “criança-problema” que foi, então, por Artur Ramos elaborado tornou-se um conceito antípoda do conceito “criança-propensa” projetada nos condomínios dos laboratórios de biologia infantil. Quase duas décadas depois de sua elaboração o conceito foi apropriado e disseminado pelas próprias personagens do dia a dia escolar. Com o passar do tempo, o conceito de criança-problema tornou-se também uma representação cotidiana da pobreza enquanto signo de “instabilidade” e “ameaça” à boa ordem da urbe, distanciando-se muito do sentido original cunhado por Artur Ramos. (FREITAS, 2009, p.63)

pedreiras. Sendo esse procedimento um atentado contra a sã moral, solicito-vos as necessárias providências, afim de que seja sanada tal falha que muito vem a prejudicar as famílias residentes naquela localidade.<sup>147</sup>

Nota-se a insistente referência as questões morais, como a falta de roupa apropriada para o banho no rio, o vocabulário grosseiro. Os “meninos malvados” atrapalhavam o sossego e o trabalho das lavadeiras. A questão sobre o hábito de banhos nus nos rios da cidade foi citada em outros ofícios, desta vez não identificando a idade ou sexo, sugerindo serem adultos. Solicitou o prefeito que fosse “impedido definitivamente os banhos nus no poço da Carioca”<sup>148</sup>. Outra vez, o prefeito Divino Oliveira encaminhou ofício ao delegado, o assunto desta vez envolveu adolescentes:

A falta de água na Cidade está obrigando as irmãs do Educandário Santana a levarem as meninas ao banho do poço Sóta. Acontece, porém, que moleques desocupados estão perseguindo as meninas com palavrões e até atirando-lhes pedras. Peço a V.S. a fineza de por à disposição do Educandário, enquanto durar este estado de coisas, das 4 às 5 da tarde, um soldado de respeito que puna os faltosos, repreendendo ou fazendo o possível para manter a ordem no local referido<sup>149</sup>.

A solicitação feita pelo prefeito deveria atender as reclamações das Irmãs Dominicanas responsáveis pelo Educandário Santana, que mesmo levando as meninas para tomar banho em lugar mais afastado da cidade, estavam sendo perturbadas segundo denominação do prefeito de “moleques desocupados”. Seu pedido ao delegado foi para serem punidos e repreendidos. A escola parecia ser alvo frequente dos meninos, em outra reclamação, essa feita pela própria diretora do educandário ao delegado em 1946, os adolescentes perturbavam a instituição, segundo ela:

É com verdadeiro pesar que venho trazer ao conhecimento de V. Exc., o seguinte fato, deveras lamentável em se tratando de uma cidade culta como a nossa: Grupos de rapazes e garotos grosseiros e vadios, num repúdio chocante de todos os princípios da moral e da boa educação familiar e escolar, por mais de uma vez, têm sido a ousadia de transpor durante a noite, a entrada de nossa casa e, como o maior desrespeito, rabiscar, escadarias e balaustradas do colégio com dizeres só digno de tipos de rua e desocupados. Como diretora de um estabelecimento de ensino não posso consentir que tais cenas se reproduzam; eis por que, confiada no critério com que exerce seu cargo de mantenedor da ordem urbana, faço apela a V.Excia., para

---

<sup>147</sup> Inquéritos policiais envolvendo menores. 23 de abril de 1945. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. Museu da Bandeiras, doravante MUBAN, Cidade de Goiás.

<sup>148</sup> Ofício da prefeitura de Goiás para o Delegado em comissão. 28 de junho de 1944. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

<sup>149</sup> Ofício da prefeitura de Goiás para o Delegado em comissão. 12 de outubro de 1944. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

que sejam tomadas as devidas providências e punidos severamente os tais perturbadores da paz das famílias e dos institutos de educação<sup>150</sup>.

A diretora não informou a idade dos invasores, mas por diferenciar rapazes e garotos, entendemos haver entre o grupo crianças e adolescentes. O Educandário Santana, como citado no capítulo anterior, era um estabelecimento educacional para meninas. O que ressaltamos nesse documento é a referência a esses “rapazes” e “garotos” qualificados de grosseiros, vadios, tipos de rua, desocupados, perturbadores da paz das famílias e dos institutos de educação. Tais adjetivos sugeriam a ausência de valores desses meninos, sobretudo a sua origem familiar, pois são denominados “tipos de rua”. Entendemos que essa expressão era dada para pessoas que viviam à própria sorte, sem casa, sem família, excluídos dos espaços educacionais e de cultura, representantes dos vícios e da imoralidade. O uso de expressões próprias para diferenciar uma criança de outra era encontrado no Código de Menores de 1927, sendo elas entre os vadios, os mendigos e os libertinos:

Art. 28. São vadios os menores que:

- a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractarios a receber instruccão ou entregar-se a trabalho sério e util, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros publicos;
- b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida.

Art. 29. São mendigos os menores que habitualmente pedem esmolos para si ou para outrem, ainda que este seja seu pae ou sua mãe, ou pedem donativo sob pretexto de venda ou offerecimento de objectos.

Art. 30. São libertinos os menores que habitualmente:

- a) na via publica perseguem ou convidam companheiros ou transeuntes para a pratica de actos obscenos;
- b) se entregam á prostituição em seu proprio domicilio, ou vivem em casa de prostituta, ou frequentam casa de tolerancia, para praticar actos obscenos;
- c) forem encontrados em qualquer casa, ou logar não destinado á prostituição, praticando actos obscenos com outrem;
- d) vivem da prostituição de outrem<sup>151</sup>.

Conforme o código, os vadios tinham família mais não queriam trabalhar ou estudar, ou, deixaram a casa dos pais e vagavam pelas ruas da cidade. Os mendigos poderiam ter ou não pai e mãe, mas viviam na rua pedindo esmola. Os libertinos praticavam atos obscenos, se

---

<sup>150</sup> Carta ao Delegado em comissão da diretora do Educandário Santana, Irmã Maria Celina. 19/01/1946. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

<sup>151</sup> Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº17.943A.12/10/1927. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/19101929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19101929/d17943a.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

entregavam a prostituição, freqüentavam casas de tolerância e não havia referência sobre sua família. A regulamentação para o trabalho constava no Código de Menores de 1927, capítulo IX, artigos 101 a 152, proibindo menores de 12 anos de trabalharem. Aos menores de 18 anos os serviços fatigantes e noturnos que colocassem a integridade física em risco, não eram consentidos. Era exigido que o “menor” tivesse estudo primário e que seu empregador ou professor de ofício registrasse em uma caderneta todas as informações necessárias ao seu trabalho como, função, idade, horário, descanso, etc.

O código previa também questões de prática de crimes. Em documento o advogado José de Carvalho dos Santos em 1944, reclamou ao delegado:

(...) solicitar as suas enérgicas providências contra um bando de creanças vadias, alguns até quase rapazes, que, em honra do dia e da noite, vive assaltando vários quintais das casas que dão fundo para o chamado Beco da Vila Rica, causando sérios estragos, principalmente nos muros que os cercam.<sup>152</sup>

Em outras ocorrências identificamos atos qualificados como crimes: agressão à prostituta, assassinato e roubo. Nem todos os inquiridos eram considerados crime, ocasionalmente a simples presença de crianças e adolescentes em locais públicos geravam conflitos e reclamações encaminhadas à autoridade pública. Neste caso, por exemplo, um abaixo assinado tendo sido enviado ao delegado, solicitando, “(...) providenciar tido de não continuarem os meninos vadios a se aglomerarem na rua Luiz Alves (em frente ao Asilo de S. Vicente de Paulo) entregue diariamente, à partidas de foot-ball”<sup>153</sup>. Em outros deveriam ser proibidos de frequentar praças públicas até que as frutas das árvores estivessem maduras.

Na maioria dos casos discorridos, os “menores”, eram do sexo masculino, considerados “vadios”, ou seja, não trabalhavam ou estudavam. Não foram informadas sua idade ou sua origem. Eram vistos, porém não os reconheciam como filhos de alguém. Sempre era exigido por parte dos requerentes medidas ou punições. As soluções para os pedidos de punição seriam o encaminhamento de crianças e adolescentes para estabelecimentos particulares ou públicos de atendimento e correção de menores.

Segundo o Código de Menores de 1927, capítulo III e IV, deveriam ser construídos abrigos e institutos disciplinares em todo Brasil. O primeiro se destinaria ao recolhimento provisório de menores abandonados e delinquentes, separados em feminino e masculino. Já os

---

<sup>152</sup> Carta do advogado José de Carvalho dos Santos ao Delegado especial. 13 de novembro de 1944. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

<sup>153</sup> Abaixo assinado enviado ao Delegado especial. 12/11/1935. Documentos avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

institutos disciplinares deveriam ser divididos em escola preventiva para menores do sexo feminino, onde aprenderiam serviços domésticos, a confecção de chapéus, datilografia e jardinagem e os institutos disciplinares masculinos ao menor abandonado, que eram alicerçados nos ensinamentos da educação moral, física, profissional e literata.

Em ambos os casos cabia ao Juiz de Menores encaminhar para os estabelecimentos e quando necessários liberar o “menor abandonado”. Porém esses estabelecimentos de recolhimento e correccionais eram insuficientes para as internações solicitadas. O Juiz de Direito e de Menores representava uma nova proposta jurídica e de assistência prevista no Código de Menores. A ele cabia “compreender os agravantes que levavam o “menor” ao mundo do crime, intentando, especialmente, para os antecedentes, as taras dos antepassados, os vícios do ambiente de onde era oriundo”. (CÂMARA, 2010, p. 326). Em Goiás o cargo de Juiz de Menores foi criado em 1928, conforme consta no documento:

Art. 1º-Fica creado na comarca desta Capital o cargo privativo de Juiz de Direito de Menores com as attribuições constantes da lei federal sobre menores, e ainda as conferidas aos antigos Juizes de Orphãos, ausentes, interdictos, provedorias, resíduos e com atribuições de todos os feitos de natureza administrativa e contenciosa em que for interessado algum menor ou incapaz.<sup>154</sup>

A criação do cargo seguia desígnios da política nacional, bem como o desenvolvimento do ensino técnico na Escola de Aprendizes e Artífices e a fundação do Jardim da Infância no mesmo ano, 1928. Como mostrado pelos documentos analisados, às reclamações recebidas pelo Delegado de polícia da população eram constantes aumentando a demanda para o juiz. Tivemos acesso a alguns inquéritos, para identificar os locais no qual esses “menores” eram enviados na Cidade de Goiás, são eles: o Asilo São Vicente de Paulo, a Escola de Artífices e Aprendizes, o Orphanato São José e até mesmo O Colégio Santana, conforme a necessidade de cada caso. Os doentes, crianças órfãs, adultos e idosos, geralmente eram enviados ao asilo, os meninos pobres para Escola de Aprendizes e Artífices e as órfãs pobres para o orfanato.

Para entender o papel de um estabelecimento privado no encaminhamento de “menores”, citaremos um dos processos analisados referente a uma ação de desquite e decisão da guarda de uma menina em 1928, pelo Juiz de Menores da 2ª vara<sup>155</sup>. A criança, após a separação dos pais, morava há alguns anos com a mãe, porém ao visitar a avó paterna não

---

<sup>154</sup> Coleções de Leis do Estado de Goyaz. Ano 1928. Tipificado do Correio Official de Goiás. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>155</sup> Juiz de Direito, 2ª Vara. Ação de desquite, maio de 1928. Caixa de processos do Juizado de Órphãos. AFCG, Cidade de Goiás.

retornou mais ao seu convívio. Desta forma, a mãe solicitou para novamente ficar com a filha. A mãe afirmou ao Juiz de Menores, que a filha já com sete anos não frequentava a escola e que tentou por várias vezes levar a criança consigo, porém sem sucesso por resistência da avó. A avó, por sua vez afirmou não aceitar que a neta more com a ex-nora por ela estar amasiada com outro homem desde quando ainda era casada com seu filho. O Juiz por fim definiu que a criança não deveria estar com a avó e sim com um dos pais, mas diante da situação da mãe e o desinteresse do pai em ficar com a guarda da menina, decidiu que ela fosse encaminhada ao Educandário Santana segundo o Código Civil vigente, e os custos do seu estudo seriam pagos pela mãe e pai, sem menção de auxílio do município. É um caso interessante na medida em que compreendemos o papel dessa instituição para época. Além de ter sido um colégio para moças de famílias que tinham condições de subsidiar os estudos das filhas, servia como instituição para acolhimento de crianças em conflitos familiares, com destituição do pátrio poder dos pais. Interessante destacar que o Educandário Santana era uma instituição privada que recebia auxílio do município cujos valores ultrapassavam outros estabelecimentos de educação pública, uma das explicações pode ser dada ao compreendermos que o colégio atendia aos interesses da assistência à infância.

Essas parcerias entre o público e privado eram usuais conforme a necessidade da assistência naquele momento. No entanto, com os documentos trabalhados e seguindo pesquisas sobre o período em outras localidades, podemos afirmar que os estabelecimentos não eram suficientes, sendo muitos dos “menores” apreendidos nem chegavam a serem internados. Com o intuito de melhorar as questões envolvendo crianças e adolescentes na Cidade de Goiás, o Juiz de Direito Substituto, publicou um edital:

Tendo em vista casos recentes de infrações penais graves praticadas por menores de dezoito anos, que pela sua idade, estão fora das sanções penais, mas tendo em vista por outro lado que a este Juízo originalmente e ao Comissariado de menores e a policia incumbe adotar medidas preventivas na defesa da segurança pública e no interesse desses próprios menores, faz saber aos que ao presente edital lerem ou dele notícias tiveres.<sup>156</sup>

O conteúdo do documento tratava de proibições já previstas em outras leis e decretos como: menores de 18 anos frequentarem ou trabalharem em casas de jogos e prostituição, mendigarem, portarem armas, fazerem uso de bebida alcoólica, permanecerem em lugares públicos promovendo algazaras, depredação do patrimônio e desestabilizando o sossego

---

<sup>156</sup> Juiz de Direito Firmo Ferreiro Gomes de Castro da Comarca de Goiás. Edital de segurança pública. 11 de abril de 1946. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

público. Também era proibido “menores em espetáculos classificados impróprios”<sup>157</sup>. O objetivo desse edital era reforçar a fiscalização em uma ação considerada “preventiva” pelo juiz.

Sobre a presença de crianças e adolescentes no cinema, as solicitações para fiscalização partiam dos comissários de vigilância ao Juiz de Direito, que encaminhava ao delegado especial o envio de soldados no dia das sessões de filmes inapropriados:

Devendo ser exibido hoje, no Cine-progresso, um filme impróprio para menores, rogo-lhe as necessárias providencias no sentido de serem postas à disposição dos comissariados de vigilância deste Juízo, às 18:00 horas no local acima, duas praças das que constituir a patrulha da noite, afim de, juntamente com os referidos comissários, impedirem a entrada de menores no aludido cinema <sup>158</sup>.

A censura de um filme podia partir segundo o que era considerado como um “mau cinema”, ou seja, que atentava contra os valores morais, presentes no vestuário, ou fala imprópria. Para conseguir uma ação extensiva que conseguisse prevenir e recolher “menores” em locais inapropriados, o juiz contava com a força policial e com o comissariado de vigilância. “Funcionando como uma espécie de polícia preventiva, os comissários atuavam na vigilância das ruas, com o intuito de inibir a freqüência de menores de idade, especialmente nas áreas da cidade consideradas zonas de prostituição”. (CÂMARA, 2010, p. 332). Este cargo significou uma ampliação do poder de vigilância do Juiz na cidade.

A organização do serviço de assistência à infância ficou a cargo do Juiz de Menores até 1941, quando no Governo de Getúlio Vargas, essas funções passaram para o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM). Essa mudança se deu devido ao intenso debate que se fortaleceu a mais de três décadas, desde o início do século XX, para a efetivação de um modelo mais centralizador para a assistência à criança e ao adolescente. O Juiz de Menores passou então apenas a fiscalizar e encaminhar, cabendo ao SAM, organizar esse novo sistema. Segundo Irma Rizzini, “as finalidades do SAM, previstas no decreto-lei que o instituiu, não representaram nenhuma novidade no campo das ideias e das práticas correntes no atendimento ao menor”. (RIZZINI, 2011, p. 264)

Esse sistema não obteve êxito como se esperava, sofrendo inúmeras críticas, sobretudo sobre a corrupção no órgão e os maus-tratos aos “menores” assistidos. Um novo debate

---

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Ofício do Juiz de Direito. Comarca de Goiás para o Delegado especial. 02 de julho de 1936. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

propôs a criação de outro sistema e órgão de coordenação. Esse novo sistema só foi criado em 1964 com a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor.

## **A orfandade em Goiás**

Dentre tantas categorias para denominar a infância pobre, questionamos em qual poderíamos enquadrar os órfãos desvalidos. Partindo do pressuposto de que órfã é a condição social de quem perde o pai ou a mãe ou ambos, independente da sua idade ou situação financeira. Embora o significado da palavra seja único, seu uso pode apontar para uma diversidade de entendimentos. Essa diversidade está nos processos de inventários, no encaminhamento para estabelecimentos asilares, nos jornais, como o documento a seguir:

Devido a benemérita iniciativa do exm. Juiz de Direito desta comarca, do promotor público, Segismundo de Araujo Melo e do escrivão de orphãos, Plarido de Paiva, os orphãos desvalidos que vagavam por todos os pontos do nosso vasto município, expostos aos horrores da miséria, vão tendo melhor sorte. Assim é que estes illustres, empregados do foro que no caso é possível, no sentido de evitar que esses pobrezinhos sejam presos do vício e da devassidão, e sim concorrer para que se faça deles homens proveitosos à sociedade<sup>159</sup>.

Observamos nesse texto que levava o título de “Orphãos”, uma exaltação das autoridades na figura do Juiz de Direito e ao escrivão. A tal sorte à qual se referem tem relação com o trabalho do Juiz de Orphãos há pouco tempo na cidade de Santa Luzia hoje Luziânia-GO, cuja uma das responsabilidades era encaminhar crianças desvalidas às instituições existentes. O órfão segundo o documento era desvalido, que vagam pela cidade, ameaçados pelo vício e os horrores da miséria (fome, doenças, morte). A retirada desta infância das ruas significa salvá-las de tudo aquilo que não condiz com as normas, o ócio e os vícios. O pensamento que regia naquele momento foi o da construção dos ideais republicanos onde só há espaço para os “homens proveitosos pela sociedade”, aquele que produzia e trabalhava.

O Juiz de Orphãos ou posteriormente o Juiz de Direito e Menores tratava de todas as situações de orfandade mencionadas nos inventários, pedidos de curatela, tutela<sup>160</sup> e adoção.

---

<sup>159</sup> Jornal ‘Goyaz’, 6 de novembro de 1909, nº XXV. Documentos Avulsos. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>160</sup> “Curador é aquele que, por incumbência legal ou judicial, exerce a função de cuidar, administrar, tratar dos bens e interesses dos órfãos, que por si não poderiam fazê-lo. Na legislação brasileira, cabe ainda diferenciar o

Foi possível ao analisar esses processos perceber a pluralidade, a dificuldade e definir o termo. Para Lapa, em seus estudos sobre a criança pobre no Brasil, de 1850-1930, ser órfão era estar “abrigado em asilo próprio ou sob amparo de parentes, filantropos (adoção), curadoria e tutela legítimos pela Justiça ou mesmo vagando ao deus-dará (...)” (LAPA, 2008, p. 96). Essa explicação elaborada pelo autor discordava com o entendimento do vocabulário jurídico do período (1850-1930), que considerava órfãos apenas os que perderam o pai. Ainda segundo Lapa (2008), existiram diversas situações para ser considerado um órfão, provocando uma adaptação da legislação para os problemas que vão surgindo, até o momento em que, ser órfão tornou-se uma questão social.

Para tanto, a compreensão de órfãos pobres no início do século XX, estabeleceu o propósito da nossa pesquisa, reconhecido enquanto um grupo de crianças que possuíam características em comum: sua ascendência conhecida, morte da mãe ou pai ou ambos, abrigada em asilo, pobre e desvalida. Quando não se conhecia a origem da criança, ou seja, não sabia quem era seu pai ou sua mãe, se denominava de *enjeitado* diferente, portanto, de órfão, justificando a característica de descendência conhecida. A condição da perda dos pais ou de um deles decorria em grande número de epidemias como de febre amarela, gripe espanhola, varíola ou uma eventual complicação no parto provocando a morte da mãe. Ser órfão asilado ou internado em orfanato significou não haver familiar que se dispunha a assumir sua tutela.

A situação de saúde determinaria ao órfão seu local asilar, os filhos dos doentes de lepra, por exemplo, eram enviados para os chamados “preventórios”. Segundo Kalyna de Faria, sobre a instalação dos leprosários no Brasil:

A construção dos preventórios/educandários levava em consideração aspectos para além da necessidade de abrigar essas crianças, posto que, a política de isolamento como principal medida profilática de combate a lepra na década de 1930, se fixava em um tripé de instituição, a saber:

- a) Colônia/leprosários para os doentes em fase de contágio,
- b) Dispensário para os familiares que não apresentassem sintomas e que deveriam fazer exames periódicos,
- c) O preventório/educandário para acolher os filhos dos doentes. (FARIA, 2014, p.50)

Os preventórios/ educandários faziam parte de um sistema de isolamento, que buscava recolher e não “abrigar” os filhos dos doentes de lepra. Eram instituições que destinavam

---

tutor, que é nomeado representante legal do menor durante sua menoridade, do curador, que pode ter essa função em relação também aos maiores, desde que declarados interditos (privado de reger a sua pessoa e seus bens) ou aos nascituros (o ser já concebido, que estar por nascer), referindo-se o encargo do curador apenas à administração dos bens do curatelado”. (LAPA, 2008, p. 103 – 104).

além do isolamento, a educação e instrução de crianças consideradas sadias, sempre vigiadas pelas políticas de saúde e autoridades sanitárias. A idade mínima para entrar era de 15 anos para os meninos e 18 para as meninas, saindo apenas por falecimento, casamento ou doença de lepra, ou por atingir idade máxima<sup>161</sup>.

A condição mais encontrada nos asilos, orfanatos ou casas de recolhimento, era a de órfãos pobres e desvalidos, requerendo um aprofundamento do que vem a significar o uso da expressão. Para Lapa pobreza se constituía “uma situação de carência (privação), de impossibilidade de atendimento de necessidades materiais básicos à sobrevivência física e reprodução, dentro naturalmente do quadro de valores e disponibilidades de uma determinada sociedade e conjuntura” (LAPA, 2008, p.28). Esse quadro de valores estabelecidos por um grupo de pessoas que considerava a supressão de moradia, alimentação e locomoção para se viver uma condição de pobreza. Todavia, ser desvalida configurou-se uma situação grave de pobreza, ou seja, a total condição de manter-se, a ausência de um mínimo para sua sobrevivência. Rildo Souza destacou duas condições de desvalidos no Asilo São Vicente de Paulo, os materiais e os sociais:

Desvalido material aquele indivíduo que, sem condições de se manter, até mesmo do essencial, procurou o asilo para se internar, objetivando a subsistência. Por sua vez, o desvalido social seria aquele indivíduo que, por algum motivo, engendrou a repulsa social que foi condicionante em seu egresso na instituição. (SOUZA, 2010, p.16)

A conjuntura apontada pelo autor sobre os desvalidos social e material internados no Asilo São Vicente de Paulo e a compreensão do que vem a ser um órfão no período abordado, propuseram uma reflexão sobre quem eram as órfãs internadas no Orphanato São José e as especificidades de sua condição no estabelecimento, as definindo e comparando com outros estudos. Utilizamos três tipos documentais para esse objetivo, as Atas da Junta Administrativa, os pedidos de subvenção e o Estatuto do Orphanato São José.

A primeira percepção na análise dos documentos foi que havia uma diversidade nominal, sendo utilizadas expressões adequadas para cada situação. Nas Atas da Junta Administrativa encontramos recorrentemente o termo, órfãs desvalidas. Já nos pedidos de subvenção o uso variava de acordo com a entonação do discurso, a exemplo de “orfanzinhas pobres e desvalidas”, “pobres crianças”, ou “menores do sexo feminino”, “órfãs

---

<sup>161</sup> Mais sobre o Preventório Afrânio de Azevedo em Goiânia, c.f. FARIA, KalynaYnanhiá Silva de. **“Da Dignificação dos Filhos de Lázaro”**: Um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

desamparadas”. O uso do termo “menor” apareceu em consonância com a referência utilizada no período, o Código de Menores, enquanto o uso diminutivo de orfanzinhas ou pobres crianças indicava uma ação intencional de reduzir a criança (órfã), a um ser frágil, indefesa e desamparada, para influenciar/ sensibilizar a opinião para quem os pedidos eram dirigidos.

Diante dessa variedade de referências as órfãs, abarcaremos a definição que se encontra no Estatuto de fundação do Orphanato São José, a de órfãs desvalidas, pois este documento estabelecia a condição das meninas asiladas, pobres, sem família ou meio de sobrevivência. Segundo o Estatuto:

Art.19- Só serão admitidas ao Orfanato as meninas que provarem:

- a) Ser órfã de pai ou mãe ou um deles, verificando a diligência do outro;
- b) Ter a idade de três a doze anos;
- c) Não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante, nem defeito físico que inabilite para o trabalho;
- d) Não possuir meio algum de subsistência, nem ter parente idôneo que tome sob sua guarda;<sup>162</sup>

A verificação de diligência dos pais significava atender a norma estabelecida por um estabelecimento religioso, como sendo o pai ou viúvo (a) não estar em relacionamento considerado imoral perante o condicionado pela igreja, ser católico e não possuir vícios. A idade estabelecida não aceitava a entrada de bebês e adolescentes, demonstrando uma idade ideal desejada para a educação das órfãs.

As condições para serem admitidas no orfanato se assemelhavam com outros estabelecimentos no Brasil. No Asylo de Orphãs em Campinas<sup>163</sup>, o ingresso seguia o mesmo padrão, exigia ser órfã comprovada mediante apresentação de certidão de óbito, não apresentar doença contagiosa, atestado por um médico. A única diferença de ambos os orfanatos foi que o de Campinas aceitava crianças maiores de 12 anos, incluindo bebês.

Ser enviada ao Orphanato São José significava não ter sido tutelada por algum membro da sua família, por isso constava no Estatuto o reforço sobre a impossibilidade de parentes para possuir guarda da órfã, reforçando assim o conceito de desvalidas, ou seja, não possuir meio para viver, necessitando ser internada. No entanto, estava contabilizado no balanço do Orphanato São José, “auxílios de parentes das órfãs”<sup>164</sup>, que mesmo enviando doações não se interessavam em cuidar ou tutelar.

---

<sup>162</sup>Estatuto do Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>163</sup>C.f.: NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, Educação e Direitos Sociais: “Asilo de Órfãs”** (1870 – 1960). Tese de doutorado. Universidade de Campinas: Campinas/SP, 2002.

<sup>164</sup>Balanço do ano de 1937. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

No Estatuto não havia menção sobre o processo de admissão das órfãs no Orphanato São José, contudo em Ata de reunião da Junta Administrativa, do dia 10 de dezembro de 1944, foi possível elucidar as etapas exigidas, “aprovou-se a admissão de uma órfã de pai e mãe, de menor idade estabelecida e apresentada pelo farmacêutico Dr. Elisio Campos. Como decidiu-se, a sua permanência definitiva dependerá de autorização do Exmo.Sr.Arcebispo”<sup>165</sup>. Com esse documento podemos subtender que era necessária a indicação de pessoa influente para conseguir uma vaga no orfanato, sendo citada pela Junta Administrativa e encaminhada para o representante da Mitra Diocesana, o Arcebispo a quem deveria aprovar a permanência no Orphanato São José. Sobre a indicação de “permanência definitiva”, localizamos em outro documento também Ata da Junta Administrativa, na data de 17 de março de 1937, “O Sr. Provedor declarou que a pedido do Exmo. Juiz Dr. Ignácio Bento de Loyola, o orfanato admitiu provisoriamente, duas menores, que deverão seguir para Patos, a requisição do Juiz de Direito”<sup>166</sup>. O encaminhamento das duas meninas para outra cidade, inferimos, podia significar sua cidade de origem, ou próxima de algum membro da família ou ainda uma viável sobrelocação do número naquele momento para a internação no Orphanato São José.

Em alguns pedidos de subvenção encaminhados para autoridades públicas, foi colocada a questão dos problemas financeiros do Orphanato São José e possível restrição na admissão de novas órfãs. Alguns desses pedidos citavam a quantidade de órfãs internadas, sendo possível comparar dados dos anos de 1938 a 1946. No ano de 1938, estiveram no Orphanato São José 30 órfãs, já nos anos de 1944/45/46 o número foi igual a 19 órfãs, ou seja, um diminuto no recolhimento.

Segundo o movimento detalhado de órfãs no ano de 1945, em pedido de subvenção encaminhada ao prefeito de Goiás, Divino Oliveira, 18 órfãs permaneceram, 7 entraram, 5 saíram e uma faleceu, totalizando 19 órfãs em 1946. Na lista apresentada sobre as 19 órfãs que estavam no Orphanato São José em 1946, constavam seus nomes, idade e origem. Dentre os nomes, reconhecemos algumas, com o mesmo sobrenome, indicando possível parentesco. A idade variava entre 4 e 17 anos, sendo a maioria por volta dos 14 e 15 anos. Dentre elas, seis eram da Cidade de Goiás, cinco de Mossâmedes, cinco do Capim Puba, uma de São Roque, uma do Maranhão e uma de Anápolis. Essa variedade demonstrava que o Orphanato São José recebia órfãs desvalidas de diversas localidades do estado de Goiás e de outros estados, e não apenas da cidade, conforme previsto no Estatuto, de atender as órfãs da Cidade de Goiás.

---

<sup>165</sup>Ata da Junta Administrativa. 10 de dezembro de 1944. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>166</sup>Ata da Junta Administrativa. 24 de março de 1946. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Sobre o falecimento da órfã citada no pedido acima, encontramos em Ata da Junta Administrativa datada de 25 de fevereiro de 1945, “fez constatar o falecimento da órfã Jovelina Borges, ocorrido no dia 12 corrente, a qual foram dispensados todos os cuidados médicos”<sup>167</sup>. Apesar de serem expostos os cuidados médicos dedicados à Jovelina Borges, não temos informações sobre sua idade, de que doença foi acometida, além de seu velório e enterro. Sua morte foi tratada em poucas linhas, em simples expressão burocrática informativa. Em outro orfanato, o “Orphelinato Paraense”, Adriene Pimenta tratou da morte de uma órfã:

O anjo da morte acaba de tornar sombria a humilde habitação das filhas do Orphelinato, entrando sorratamente aí para depois da reunida luta com os esforços da ciência, desgostar desapiedadamente dessa adorável ninhada uma das mais meigas e inteligentes companheiras. (...) quando estava essa pobre criança na escola, na quinta-feira 1º do corrente mês, queixou-se dos primeiros sintomas dessa terrível enfermidade, que mirava-lhe o corpinho, para torna-lo sem vida em menos de cinco dias. (PIMENTA, 2012. p. 58)

Publicado no jornal ‘A província do Pará’, grande apoiador do Orphelinato Paraense, segundo a autora Pimenta. Percebemos uma descrição mais singela e pesada sobre a morte da órfã Maria Ataliba Pereira, diferente do caso relatado no Orphanato São José, que subtraiu a doença contraída pela órfã, não informando se outras internas também estavam enfermas.

Uma informação relevante no caso do falecimento da órfã tem sido a indicação que serviços médicos eram prestados às internas. No pedido de subvenção ao município, dia 29 de abril de 1946, o provedor afirmou que “(...) o estabelecimento tem prestado todo conforto físico, moral, religioso e médico-dentário aos referidos beneficiados, educando-os, instruindo-as e os habilitando a um viver honesto quando emancipandos(...)”<sup>168</sup>. Outro documento encontrado que fazia alusão de que havia no orfanato a oferta de tratamento médico-dentário foi uma receita prescrevendo medicamento às internas assinado pelo médico João Augusto Perillo<sup>169</sup>. Segue o conteúdo da receita, “Para as meninas do Orphanato São José. Uso interno. Duas vezes. Xarope de rhuibarbo 200,00. Uma vez. Xarope de Proto-iodureto de ferro 300,00

---

<sup>167</sup>Ata da Junta Administrativa. 25 de fevereiro de 1945. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>168</sup>Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito. 29 de abril de 1946. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>169</sup>“Nascido a 28 de março de 1904, na Cidade de Goiás. Ingressou na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte no de 1924, vindo a concluir o curso de 21 de dezembro de 1930. Retornou a Goiás em janeiro de 1931, tendo sido nomeado Diretor do Hospital São Pedro de Alcântara, deixou essas funções em 27 de dezembro de 1958. Colaborou nos jornais “O Popular”, “Cidade de Goiás” e “Folha de Goyaz”. Diretor do jornal “A Razão”, em 1937, com Alfredo Nasser, publicando artigos políticos e contos. Foi também, Membro do Conselho de Educação do Estado de Goiás”. (BUENO, 1979, p.79-80)

de uso indicado. Pela caridade”<sup>170</sup>. O xarope de rhuibarbo era indicado para verminoses e o proto-iodureto para anemia e raquitismo sendo o primeiro medicamento proveniente do saber popular de cura, já o segundo, passível de manipulação e produção por parte dos laboratórios. Era comum um médico prestar atendimento em estabelecimentos assistencialistas. O próprio José Netto atendia os internos do Asilo São Vicente de Paulo, também assinando “pela caridade”, como se dessem ênfase na ação da não cobrança.

Como colocado no segundo capítulo, o fim do Orphanato São José, era a “manutenção e educação moral, religiosa e doméstica das órfãs pobres (...)”<sup>171</sup>. Na apresentação do estabelecimento e nos pedidos de subvenção encaminhados ao município, constava também a oferta médico-dentário, como descrita anteriormente e a manutenção de “um curso primário nos moldes dos regulamentos oficiais, com professoras especializadas”<sup>172</sup>. As professoras especializadas seriam as Irmãs Dominicanas que trabalhavam no orfanato cabendo à algumas delas – com a adequada formação – ensinar às órfãs a ler, escrever e contar. Essas três operações se enquadravam na chamada educação primária.

Em outros estabelecimentos do mesmo gênero, como o Orphelinato Paraense (Belém-PA) e Orfanato de São Cristóvão (Aracajú- SE), as disciplinas se diferenciavam por níveis, do primeiro ao terceiro. No primeiro nível aprendiam o básico, leitura, escrita, disciplinas de cunho moral. A partir do nível básico, estudavam além das disciplinas básicas – português e matemática – noções de ciências físicas e geometria. Algo era comum em orfanatos dirigidos por ordem católica, para meninas: o ensino religioso, a educação moral, os trabalhos manuais e as prendas domésticas. Segundo o Código de Menores de 1927, sobre os institutos disciplinares para o sexo feminino:

Art. 202. As menores serão ensinadas os seguintes officios :  
Costura e trabalhos de argulha; Lavagem de roupa; Engomagem; Cozinha; Manufactura de chapéos; dactylographia; Jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves.  
§ 1º Os officios irão sendo creados, á medida que o desenvolvimento da escola o permittir.  
§ 2º Os serviços domesticos da escola serão auxiliados pelas alumnas de acordo com a idade, saude e forças dellas<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> Receitas Médicas. 01 de julho de 1935. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

<sup>171</sup> Estatuto do Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>172</sup> Pedido da Diretoria do Orphanato São José para o prefeito. 17 de março de 1937. Documentos da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>173</sup> Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 17.943A.12/10/1927. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/19101929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19101929/d17943a.htm)> Acesso em: 18 jul. 2017.

Incluir na rotina das internas, as práticas de serviços domésticos, tinha como objetivo introjetar uma aptidão natural, física e moral, ou seja, trabalhos inerentes ao sexo feminino. Segundo Ana Maria Melo Negrão, sobre o Recolhimento de Órfãs da Misericórdia do Rio de Janeiro, as internas “eram preparadas para serem mães de família ou empregadas domésticas, com quatro horas de estudo e as demais para trabalhos manuais e domésticos, limpeza dos ambientes, lavagem de roupa, trabalhos de agulha, refeições e momentos de recreio, sob horário rigoroso” (NEGRÃO, 2002, p. 38). O mesmo acontecia segundo a autora, no Asilo de Órfãs em Campinas-SP, e diversos outros estabelecimentos do mesmo seguimento: o recolhimento, a disciplinarização do comportamento feminino e a proteção de sua “honra”. Segundo a historiadora Carla Bassanezi Pinsky, sobre o que denomina de a “era dos modelos rígidos”, na primeira metade do século XX:

Parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram, “por natureza”, destinadas ao casamento e à maternidade. Considerando parte integrante da essência feminina, esse destino surgia como praticamente incontestável. A família era tida como central na vida das mulheres e referência principal de sua identidade: uma moça solteira era, sobretudo, “a filha”, uma senhora casada, “a esposa”. A dedicação ao lar, decorrência óbvia e inescapável, fazia do papel de “dona de casa” parte integrante das atribuições naturais da mulher. (PINSKY, 2016, p.470-471)

Enquanto a mulher representava o estereótipo da fragilidade e da maternidade os homens seriam a força e razão, atribuições opostas. Apesar de falar de uma forma generalizada sobre “mulheres”, esse modelo ideal era o desejado para meninas ou adolescentes pertencentes aos grupos favorecidos. O que classificou a autora como “meninas ricas x garotas pobres”. A autora June E. Hahner ao falar sobre a honra e distinção das famílias, abordando as questões de educação para crianças no Brasil:

Dentre os membros da elite, as crianças costumavam ser educadas em casa. As “melhores famílias” empregavam tutores particulares ou mandavam suas filhas para internatos de freiras, especialmente os dirigidos pelas filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, que haviam chegado ao Brasil na metade do século XIX. E algumas meninas ricas frequentavam aulas ministradas por estrangeiros. As crianças de famílias menos ricas frequentavam escolas privadas, mas certamente não as públicas, que eram direcionadas as crianças pobres (...). (HAHNER, 2016, p.58)

Em Goiás, o Colégio Santana fundado em 1889, como abordado no capítulo 2, foi um local para educação refinada de meninas das famílias com melhores condições econômicas, na Cidade de Goiás. Quando a família desejava acrescentar mais habilidades na formação de

suas filhas enviavam para o Colégio Santa Clara em Campinas<sup>174</sup>. Maria Elizabeth Fleury, contou que sua mãe, “com o consentimento dos pais, requereu licença temporária, não remunerada do serviço, e se internou no Colégio Santa Clara, desejosa de fazer os cursos de Educação Doméstica e Artes”. (TEIXEIRA, 2014, p. 158) O desejo partiu da própria moça, com permissão dos pais, pois era solteira, um ano após ter concluído o curso normal no Colégio Santana por volta de 1930. A filha contou quando sua mãe foi realizar a matrícula acompanhada de seu pai, veja um trecho:

Passei pela sala de costura com suas inúmeras máquinas, sob eficiente direção de Irmã Luitgards que, delicadamente, explicava para algumas alunas a forma usada para se desenhar bons moldes. Com ela aprendi a lidar com a máquina de costura, tirar medidas, fazer moldes; ensinamentos que muito me valeram anos depois, já casada, ao decorar minha casa com cortinas drapejadas, almofadas com aplicações de flores, fazendo sucesso entre as amigas com meus bordados, crochês e casacos de tricô. (Idem, p. 159)

Além das aulas de costura, Rosarita Fleury teve aulas de música, canto, pintura e palestras orientadoras no Colégio Santa Clara. A vida de uma menina, criança ou adolescente, que não era uma órfã desvalida, se resumia em viver em família, freqüentar uma boa escola, desfrutar dos acontecimentos sociais da cidade como os bailes de salão, reuniões dançantes, cinema e teatro, sempre acompanhada de algum membro da sua família. Foram preparadas para “bons casamentos”, por isso o investimento em cursos que a tornariam uma “mulher prendada”, segundo Teixeira sobre os estudos da mãe no Colégio Santa Clara “(...) tão útil à formação da mulher era o que mais desejava no momento”. (Idem, p. 158) Segundo Fúlvia Rosenberg, sobre a educação de mulheres:

(...) nem sempre a defesa do acesso e progressão das mulheres à educação formal foi sustentada por razões emancipatórias para além da função doméstico-maternal. Durante os séculos XIX e XX, e mesmo nesse início do terceiro milênio, tem sido possível encontrar a justificativa de que se deve investir na educação da mulher porque “mulheres educadas são melhores mães. (ROSENBERG, 2016, p. 338)

As posses da família e sua posição na sociedade determinavam a educação de uma menina. Algumas ricas, não exerciam o serviço doméstico e desfrutavam da melhor educação, outras com menos posses ajudavam a mãe em casa, porém se dedicava aos estudos e aprender artes como bordar e pintar. Já as meninas pobres, “era impossível cumprir todos os preceitos da nova moralidade já que, ao tentar obter um ganho, eram obrigadas a se deslocar pela

---

<sup>174</sup> É interessante ressaltar que Campinas foi uma cidade antes do decreto de 1937 da transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, após o citado decreto, Campinas passava a ser um bairro/região da nova capital.

cidade, conversar nas ruas, aproximar-se dos homens, conviver com todo tipo de gente”. (PINSKY, 2016, p. 474)<sup>175</sup>

Estar no Orphanato São José, significava ter sido selecionada e aceita por um grupo de pessoas – a Junta Administrativa – para receber uma educação segundo as normas e preceitos religiosos estabelecidos na época. Em algumas situações o melhor destino para uma órfã seria sua internação em estabelecimento assistencialista. Era previsto no artigo 20, do Estatuto de fundação do Orphanato São José as hipóteses para a exclusão das órfãs:

I-Motivo de casamento precedido nas formas legais;  
II-Colocação em casa de família honesta para o mister dos serviços domésticos  
III-Motivos de grave ordem moral, a juízo da Superiora, com audiência do provedor e aprovação da autoridade diocesana<sup>176</sup>.

Poucos documentos diziam a respeito da saída das órfãs, apenas duas referências revelaram como e quando aconteciam essas saídas. Uma delas sobre a adoção da órfã Maria Santana, mencionada na reunião da Junta Administrativa, no dia 23 de junho de 1944. Segundo constava que Dr. Nicanor de Faria e Silva enviou uma carta para o secretário Jardim afirmando:

Decidiu-se que deve-se alterar a parte em que diz ser entregue, novamente ao Orfanato a mesma órfã, caso não queira ela, em qualquer tempo, enquanto menor, continuar em casa daquele doutor, pois, neste caso, providenciará ele a respeito de sua colocação em casa condigna de sua situação de menor, desde que foi retirada definitivamente do Orfanato.<sup>177</sup>

O termo utilizado foi “retirada” e não adotada, pois não havia previsão no Estatuto sobre a questão de adoção e sim a colocação dessas meninas em casas do que chamavam de “família honesta” para o serviço doméstico. Especificamente nesse caso, o requerente pedia que se alterasse no que deveria ser o documento legal, ou contrato firmado com o orfanato, uma cláusula referente à volta da órfã, caso não queira continuar na sua casa. Seria ele o responsável em encontrar outra local para ela, que era “menor” segundo consta. Nicanor de Faria e Silva foi quem retirou a órfã Maria Santana do orfanato, havia iniciado sua carreira

---

<sup>175</sup>O papel destinado as mulheres na sociedade brasileira, defendido desde o século XIX, para a formação doméstica e materna encontrou somente na década de 1970, especificamente no campo das pesquisas sobre a mulher, um apoio intelectual pela luta de sua inclusão no espaço acadêmico. Reivindicaram uma maior participação no desenvolvimento para o progresso da ciência brasileira, nos espaços públicos, em revistas e jornais. Foram fundadas nessa época as primeiras Ong’s e os grupos de estudos sobre a mulher. Um longo trajeto de desconsideração do direito e da importância do papel feminino, uma conquista demorada e muito recente, ainda em intensa luta

<sup>176</sup>Estatuto do Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>177</sup>Ata da Junta Administrativa. 23 de julho de 1944. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

como promotor público, tornando posteriormente Secretário do Interior e Justiça, era casado e teve dois filhos. Lapa (1995, p. 227) afirmou que as órfãs eram “treinadas no orfanato para todo tipo de trabalho doméstico, eram alvos de famílias abastadas para a função de serviços saudáveis, prendadas, produtivas e gratuitas”. O interesse de pessoas como o promotor Nicanor de Faria sobre essas meninas se dava pela qualificação de mão-de-obra doméstica, que recebiam baixos salários.

As retiradas de órfãs em estabelecimentos como Orphanato São José, ocorriam por meio de contrato de trabalho, como o citado no documento. A órfã não era tirada de imediato, sendo levada em outras ocasiões para serviços domésticos, havendo posteriormente o interesse ou não da família. Segundo o autor Alan Costa Cerqueira, sobre os contratos de trabalho das órfãs do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889) na Bahia, ressaltou que:

Os contratos de trabalho representaram uma extensão dos protocolos que compuseram a vida das órfãs, neles os rituais de obediência, respeito e submissão estavam impressos em forma de cláusulas. Os contratos de alugueis acompanhados de valores abaixo de mercado, se somada às limitações impostas às órfãs nas cláusulas contratuais, revelam que a Misericórdia buscava formar mão de obra barata, em condições de submissa e precarização, para pessoas com algum vínculo com a Misericórdia ou dotadas de prestígio social, capazes de zelar também pela manutenção da honra das expostas.<sup>178</sup>

Os contratos significaram documentos que estabeleciam todas as exigências da direção do orfanato, sendo aceita ou não pelo contratante. Ausentava-se nesse documento os pedidos das órfãs, demonstrando o predomínio da ordem da direção e seu objetivo com esses contratos, a imposição do comportamento para essas meninas de trabalhadoras domésticas. Nesses contratos encontramos informações sobre as órfãs e do requerente, qual seriam os serviços prestados pelas órfãs e os valores pagos. Não tivemos acesso aos contratos de trabalho do Orphanato São José, mas podemos afirmar a existência deles, a partir do que consta na Ata da Junta Administrativa do dia 23 de julho de 1944, sobre a órfã Maria Santana e o pedido de mudança de uma cláusula.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup>COSTA, Alan Cerqueira. ‘**Abandono, Casamento e Trabalho doméstico na vida das órfãs do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)**’. Espaço Plural, vol. XVII, núm. 34, janeiro-junho, 2016, pp. 605-634. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, Brasil.

<sup>179</sup> Mais sobre os contratos de trabalhos em asilos e orfanatos ver SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870 -1910)**. Tese (Doutorado em História), PPGH-UFBA, Salvador, 2011, p.72. Ver também c.f: VITORIA, Maihara Raianne Marques. **Os filhos da Misericórdia: Cotidiano e Vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)**. Dissertação (Mestrado em História), PPGH-UFBA, 2015, p. 83.

Uma das alegações para a consolidação desses contratos era a responsabilidade do contratante a respeito da guarda e honra das órfãs, por isso o pedido deveria ser aprovado pela Junta Administrativa levando em consideração a integridade da pessoa interessada. Estiveram essas meninas resguardadas e protegidas na casa dessas famílias? Os contratos de trabalho significavam apenas a locação de serviços doméstico das órfãs?

Em levantamento de documentos e inquéritos policiais envolvendo crianças e adolescentes, no deparamos com um caso grave, denominado de “estupro de uma menor do Orfanato”, em 13 de janeiro de 1944. Trata-se o documento, de um ofício do 2º tenente José Tupertino de Sousa, Delegado especial da Cidade de Goiás, para o chefe de polícia do estado em Goiânia, sendo assunto, fazer um comunicado:

Em aditamento ao meu ofício nº 17, comunico a V.Excia., o motivo porque esta Delegacia instaurou o presente inquérito versando sobre o desvirginamento da menor Lidia da Luz, foi em face do clamor Público e mesmo considerando o estado de miserabilidade da ofendida, uma vez que se achava internada no Orfanato e os criadores ou tutores se manterem silenciosos sobre o assunto, fato esse que clama justiça; era entrando em entendimentos pessoais com o Sr. Dr. Promotor público desta comarca, sobre esse assunto, o mesmo me disse que achava que Lidia foi desvirginada nas festas que se realizaram ultimamente em Goiânia, alusões estas que deixaram gravadas no seu íntimo, as suspeitas; pois ele Promotor, para sanar sua responsabilidade, deveria já ter providenciado qualquer coisa a respeito, afim de que, faça reparado o mal que causaram a vítima; entretanto o meu fito não é de acusar o Sr. Promotor como autor de defloramento da menor Lidia, e sim, descobrir o criminoso. Deante de que está passando, incentiva mais as minhas suspeitas no caso, visto o Sr. Promotor ter esquivado de apresentar a menor nesta Delegacia para as devidas providencias, alegando que a mesma tem pai a qual apresentará queixa, se caso quiser, nesta Delegacia. Quanto a existência do progenitor de Lidia, esta Delegacia ignora, mesmo porque o Sr. Dr. Promotor, se esquivava dar<sup>180</sup>.

O comunicado na verdade insinuou como denúncia, não só de um estupro que deveria estar sendo investigado, mas da negligência do Promotor público em processar o caso. São poucas informações apresentadas e o desencontro de outras, sabemos o nome da órfã, mas não foi informada sua idade. Não informaram também em que situação ocorreu o crime. O estupro ocorreu em Goiânia ou Goiás? Segundo afirmou o promotor para o delegado, o “desvirginamento”<sup>181</sup> possa ter acontecido em festas em Goiânia. A órfã poderia ter sido

---

<sup>180</sup> Ofício enviado ao Chefe de Polícia do estado. 13 de janeiro de 1943. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República. MUBAN, Cidade de Goiás.

<sup>181</sup> Considera-se como defloramento, o desvirginamento consentido de mulheres menores de 21 anos. Não parece ser a questão do ocorrido com a órfã Lidia, pois não há uma citação nos autos de consentimento por sedução do autor. Segundo Guilherme Rocha Sartori, “O defloramento era um delito que se diferenciava sutilmente do crime de estupro. Muitas vezes essa prática causava marcas de violência extremas nos corpos femininos, descritas nos exames periciais de corpo de delito, semelhantes ou até mesmo piores ao de mulheres estupradas. Ambas as ações eram muitas vezes ambíguas, o que possibilitava aos sujeitos envolvidos acionarem representações e

enviada para Goiânia, em contrato estabelecido para trabalho doméstico, para as festas citadas. Essa afirmação pressupõe que o promotor escutou depoimento da vítima, embora não dê detalhes sobre o caso. A total ausência de informação e investigação do caso levou o delegado especial de Goiás, a suspeitar do promotor, apesar de ter ele afirmado não ser o autor do defloramento. Acreditamos embasados no discurso do delegado de Goiás, que o promotor tinha o esclarecimento do autor do crime e estava protegendo a revelação do seu nome, pois deveria ser este reconhecido socialmente. O silêncio das “criadoras ou tutoras” nos diz muito e corrobora com a ideia de encobrimento do autor do estupro. Não foram localizados documentos que demonstrou o andamento da investigação. O que nos instigou foi que não encontramos referência do crime nas Atas da Junta Administrativa ou outros documentos do orfanato. Os contratos de trabalho poderiam significar ademais os riscos, da integridade física das órfãs e da manutenção da sua honra ou de sua virgindade.

Segundo consta, na pesquisa de Alan Costa, em algumas ocasiões houve o interesse do contratante em casar com a órfã, “Apesar da rigidez da reclusão, as moças davam um jeito de se comunicar com os pretendentes. Fosse através da liberação para visitar familiares, por meio de bilhetes ou quando alugadas para serviços domésticos”. (CERQUEIRA, 2016, p. 14) O casamento previsto no Estatuto do Orphanato São José deveria ocorrer segundo “formas legais”. Essas condições deveriam seguir as normas estabelecidas pela Igreja Católica na época e também a aprovação da Junta Administrativa.

Não encontramos referência sobre os casamentos ocorridos no Orphanato São José, a ausência do assunto nas Atas da Junta Administrativa nos levou a compreender que não era delegado a esses representantes tratar das questões matrimoniais das órfãs, mas essa atribuição seria da direção interna do orfanato, as Irmãs Dominicanas. Outra possibilidade foi que esses casamentos não ocorriam com tanta frequência por isso não foram discutidos em reuniões da Junta Administrativa no período pesquisado (1944-1948).

Embora não há nos documentos analisados referência de casamentos, os destinos das órfãs, conforme previsto no Estatuto de fundação do Orphanato São José era o serviço doméstico ou o casamento. Segundo Ana Maria Negrão, sobre o Asilo de órfãs em Campinas-SP:

Os dados permitem chaves de leitura, de que a partir da adolescência, a órfã já estava preparada para o destino que a vida lhe impusera, como se entendia naquele contexto: trabalhar como doméstica ou no comércio, encontrar casamento, ou ser

---

estereótipos de gênero, provocando uma constante disputa no interior dos autos acerca dessas questões” (SARTORI, 2009, p. 5).

entregue aos responsáveis. Os dados não mostram se houve encaminhamentos para prosseguimento de estudo, pós conclusão do oferecido no Asilo, cuja análise parece complexa, uma vez que a proposta educacional era imediatista. (NEGRÃO, 2002, p.106)

No Orphanato São José, há uma referência sobre a retirada de uma órfã por sua mãe, embora essa situação não estivesse prevista no Estatuto “tomou-se conhecimento da retirada da órfã Elzira de Souza a 24 do mês passado para companhia de sua mãe Helena Gomes Vilela”<sup>182</sup>. Por não haver menção da retirada definitiva da órfã, ficou subtendido que ela apenas foi ficar algum tempo com mãe. As visitas de parentes ou até mesmo da mãe ou pai era algo permitido em estabelecimentos como orfanatos e asilos. Alan Cerqueira, afirmou que as visitas no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia ocorriam mediante algumas condições “A dedicação ao trabalho, o comportamento submisso e exemplar garantia licença à recolhida para visitar seus parentes e receber visitas. Pois, era terminante proibido receber visitas sem a licença escrita do Provedor”. (CERQUEIRA, 2016, p. 10). Neste caso, as visitas ocorriam em sistema de trocas, se houver bom comportamento, recebia visita, o contrário seria punido pela ausência do familiar.

Negrão (2002, p. 142), nos reportou como ocorriam às visitas no Asilo de Órfãs de Campinas-SP segundo o Estatuto interno, “ART. 14. - As orphãs só poderão ser visitadas pêlos parentes, ou amigos de sua família, no 1.º domingo de cada mez, das 8 horas da manhã ás 5 horas da tarde, com auctorisação da Irmã Superiora e na presença de uma pessoa da confiança desta”. Para visitar uma órfã era preciso ter grau de parentesco ou ser próxima da criança, apenas uma vez ao mês, mediante autorização, com horário determinado. Tudo seguia regras determinadas pela direção interna e não segundo o desejo de algum familiar ou da órfã.

Percebemos que ao ser designada a um estabelecimento assistencialista, a órfã estaria sobre total responsabilidade do orfanato ou asilo. Seguiria as regras estabelecidas, o comportamento e normas esperadas para uma menina pobre. E quando se desligasse do orfanato seu destino seria o casamento ou o trabalho doméstico.

Na década de 1980, com a denominação de Lar São José, o antigo orfanato ficou fechado por alguns meses, após a retirada do grupo de Irmãs Dominicanas, responsáveis pela administração. Na tentativa de resolver a situação, o Bispo de Goiás, Dom Tomás Balduino escreveu uma carta dirigida à comunidade, veiculada no jornal ‘Cidade de Goiás’, na tentativa de explicar o que estava ocorrendo com o Lar São José. Ele ressaltou que uma nova equipe

---

<sup>182</sup>Ata da Junta Administrativa. 23 de julho de 1944. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

iria assumir o Lar, formada por médicos, assistente social, assistente administrativo, economista. O Bispo questionou:

Como vai ser a nova cara do Lar São José? Certamente não vai ser do jeito anterior de seleção e confinamento de algumas meninas. As próprias entidades governamentais, responsáveis pela atuação junto ao menor, consideram arcaicas e superadas qualquer modelo de internação e semi-internação. O Lar São José deverá atuar em extensão e aprofundada no mundo do menor, que ele puder atingir, integrando a criança e o adolescente à sua família, no seio da comunidade <sup>183</sup>.

As duras críticas do bispo escancararam o papel da instituição na cidade após anos de fundação, um modelo assistencialista que excluía meninas do convívio social, chamado pelo Bispo de “arcaicas e superadas”. A nova proposta foi elaborada pelo programa de Direitos Humanos da Universidade Católica de Goiás e contava com equipe extensa de advogados, professores, médicos, secretários. No primeiro momento, foi feito um levantamento dos bens do Lar São José e dos mais de cinquenta anos de atuação na cidade. O relatório elaborado confirma a posição do Bispo sobre o estabelecimento:

(...) com o objetivo de abrigar crianças órfãs pobres e desvalidas, o Lar São José até 1979 realizou uma prática essencialmente assistencialista. As crianças admitidas eram do sexo feminino. Preparadas para exercerem a profissão de doméstica, quando saíam do Orfanato, geralmente já eram encaminhadas às famílias de elite. Isso demonstra a interligação entre a Entidade e a alta burguesia.<sup>184</sup>

Mesmo com a mudança da nomenclatura em 1969, de orfanato para Lar São José, não houve um novo projeto de assistência para as órfãs pobres internadas na instituição. Essa mudança somente ocorreu na década 1980, momento este em que o próprio Bispo Diocesano critica o estabelecimento e aclamava por uma nova proposta. O relatório produzido posteriormente pela equipe de profissionais ligados aos direitos humanos acusou ser o Orphanato São José uma entidade que servia de mão-de-obra barata aos grupos de elite da cidade.

### **O retrato de uma órfãazylada**

Dentre os documentos reunidos pela equipe técnica que elaborou um novo projeto para o Lar São José na década de 1980, estavam fotografias das órfãs. Foram organizadas

---

<sup>183</sup> Jornal ‘Cidade de Goiás’. Ano 1, número 4. Agosto de 1980. Documentos Avulsos. AFFSD, Cidade de Goiás.

<sup>184</sup> Proposta de trabalho. Programa de Direitos Humanos. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

aleatoriamente, não compondo álbum específico, trata-se de fotografias tiradas ao longo da existência da instituição, contemplando diferente tempo-espço. Nosso foco estabeleceu apenas nas fotografias, desde a fundação do orfanato em 1923 até a década de 1960, no período em que ainda se denominava Orphanato São José, contemplando as órfãs ali internadas.

Ao analisar as fotografias percebemos que estávamos diante de importante fonte de pesquisa histórica, e de que poderia nos elucidar algumas problematizações ao longo da pesquisa. Quem eram essas crianças asiladas no orfanato? Qual a intenção do fotógrafo com as imagens? As fotografias foram encomendadas por algum parente da criança? Ou era uma forma de publicidade dos cuidados do orfanato com as órfãs? Quais locais das fotos? Quais eram os custos das fotos?

A partir das problematizações demonstradas acima, compreendemos que a fotografia produz sentido e significados. Todavia, entenderemos a fotografia como espaço de produção de memória, o “congelamento” do tempo por ela produzido, expressava significados, sentidos que o fotógrafo e os fotografados conceberam para a perpetuação daquele momento, tanto na escolha dos ângulos, das vestimentas, dos lugares (público e privado) e das pessoas. Portanto, segundo Monteiro:

O primeiro momento da história da fotografia corresponde à euforia que se segue à sua invenção e divulgação na França, Inglaterra e nos Estados Unidos, onde seus atributos de precisão, rapidez e suas inúmeras possibilidades de utilização foram amplamente louvadas. A fotografia foi apresentada como um auxiliar para a ciência e para as artes em geral. [...] O segundo momento é caracterizado pela denúncia da fotografia como transformação do real. Entre o final do século XIX e início do século XX, apontaram-se a falsa neutralidade e a redução do real produzida pela fotografia. (MONTEIRO, 2012, p. 2)

Propor a construção de narrativas em torno do acervo fotográfico foi problematizar como os diversos tipos de imagens perpassam a vida cotidiana, relacionando-as com as técnicas de produção e circulação das imagens. À forma como são vistos os diferentes grupos e espaços sociais, as relações entre o visível e o invisível, segundo Dubois (2014, p. 179) “o que a fotografia não mostra é tão importante quanto o que ela revela [...] existe uma relação, do fora com o dentro, que faz com que toda fotografia [...] seja ligada a algo que não está ali, sob nossos olhos, mas que assinala ali como excluído”. Nosso objetivo ao utilizar a fotografia enquanto documento histórico tem sido refletir sobre a relação do espaço – Orphanato São José – e das órfãs asiladas, procurando identificar os sujeitos e o cotidiano dentro da

instituição. E ainda tentar responder qual o propósito das fotografias e porque foram guardadas?

Qual seria o retrato de uma órfã na primeira metade do século XX? A imagem construída sobre a orfandade nesse período esteve associada aos discursos jurídicos e médicos sobre o abandono, a pobreza e a tristeza. Não havia um rosto específico, mas vários que reproduziam a mesma imagem da infância que foi institucionalizada, fechadas em espaços limitados, obedecendo a ordens e regras.

Partiremos de uma fotografia incomum por se tratar de uma única menina. Usualmente as fotos de internas de orfanatos e asilos são representadas por um grupo de meninas, no próprio estabelecimento, tiradas sobre um ângulo que favorecia sua arquitetura. Estavam sempre presentes também as freiras e representantes da administração. Signos ausentes nessa fotografia.

**Fotografia 07** – Órfã com boneca. Sem data.



Fonte: Documentos avulsos Orphanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

Tentando responder algumas das problematizações levantadas, primeiro, ao analisarmos a fotografia 07, vemos uma menina feliz, bem vestida, com calçado e uma boneca. O fotógrafo buscou enquadrar somente uma criança, mas por quê? A foto foi encomendada por algum parente da órfã e por isso uma fotografia somente dela? Ou sendo essa suposição falsa – a foto foi encomendada pela direção do orfanato – todavia, o que motivou a escolha desta órfã? Acreditamos que a foto não foi encomendada por algum

parente da órfã e sim pela direção interna. As irmãs que coordenavam a instituição escolheram a criança mais alegre, com os estereótipos de beleza prevalecente na civilização ocidental, branca, cabelo liso e magra. Ao escolher essa criança, a instituição estaria no intuito de divulgar os resultados dos serviços prestados: criança feliz, roupas limpas, calçado limpo, com brinquedo novo, cabelo bem cuidado, isto é, criança limpa, sinônimo de higiene e bons tratos.

Para alegrá-la e assim alcançar a intenção da fotografia, foi criado um cenário que contribuísse para a imagem de “órfã feliz”. As roupas cheias de detalhes e babados, sapatos e uma linda boneca, que ela mostra para o fotógrafo, tudo o que contemplaria a felicidade de qualquer criança. Segundo Aliandra Cristina Mesomo Lira, sobre “Brinquedo: História, Cultura, Indústria e educação”<sup>185</sup>:

Até a década de 30 do século passado grande parte das crianças brasileiras brincava com bonecas de pano e carrinhos de madeira, confeccionados por artesãos, sendo que uma pequena parte da população infantil tinha acesso aos brinquedos importados. A industrialização e o desenvolvimento das sociedades trouxeram o fim das indústrias domésticas, do trabalho cuidadoso, delegando ao brinquedo industrializado uma falsa simplicidade. Sendo vistos como portadores e estimuladores da alegria, do divertimento para as crianças são tomados como objetos incontestamente voltados ao desenvolvimento infantil. (LIRA, 2009, p.514-515)

Mesmo com a industrialização dos brinquedos, objetos como as bonecas continuaram a apresentar valores de venda alto, eram importantes para o desenvolvimento da criança, embora sua condição financeira determinasse seu acesso, ainda segundo a autora Lira:

A questão financeira interfere e por vezes determinando tipo de objeto que as crianças têm disponível para suas brincadeiras, bem como o espaço físico para que estas aconteçam. Além disso, o acesso ou não ao universo midiático que acompanha os brinquedos da moda e dos produtos que os acompanham (roupas, alimentos, calçados, etc.) torna diferentes as culturas lúdicas das crianças de diferentes classes sociais. (idem, p.516)

A presença da boneca na fotografia 07 indicava a posse de um produto considerado caro, estando de acordo com que era considerado importante para o desenvolvimento de uma criança na época. No entanto, apenas uma órfã brincava com a boneca. O acesso restrito a brinquedos como as bonecas ocorriam com outras crianças, Rosarita Fleury nos contou que brincava com seu “bebê” apenas aos domingos, quando sua mãe as retirava de um baú, “Tia

---

<sup>185</sup>Atos de Pesquisa Em Educação – Ppge/Me Furb. Issn 1809– 0354 V. 4, Nº 3, P. 507-525, set./dez. 2009. Disponível em:<<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1730/1176>> Acesso em: 20 jul. 2017.

Gita me dera um de celulóide e tia Graze dera à Maria um maior de massa. Ficamos radiantes porque sempre aos domingos tínhamos licença para brincar com nossos bebês”, (TEIXEIRA, 2014, p. 67). Os dois materiais citados pela escritora são comuns no início do século XX, nota-se a presença de adulto vigiando a brincadeira e pedido para brincar com a boneca.

A fotografia foi tirada nos corredores internos do orfanato, seu custo para o período demandava uma boa quantia dos cofres da instituição, em Ata do dia 27 de junho de 1948, comenta-se que o Orphanato São José estava devendo uma quantia de CR\$ 140,00 para o Sr. Suzano fotografias. Possivelmente, a fotografia 07 foi tirada no dia de domingo, antecedendo a catequese e a primeira comunhão pelos trajes brancos, aproximando a criança da figura de algum anjinho católico. Ela foi escolhida, para representar uma órfã acolhida e feliz, estava sozinha, ficamos a pensar, será que todas as crianças do Orphanato São José eram bem cuidadas como essa criança da fotografia 07? As brincadeiras e os brinquedos faziam parte do cotidiano das órfãs no Orphanato São José?

**Fotografia 08** – Órfãs brincando sob supervisão da irmã Dominicana no pátio do orfanato.  
Sem data.



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

Na fotografia 08, temos a presença de seis (6) crianças de diferentes idades e uma irmã dominicana ao fundo. Compreendemos essa imagem como a intenção de demonstração das

brincadeiras, isto é, do dia-a-dia das órfãs no orfanato. Todas estão olhando para a câmera fotográfica e para o fotógrafo, possivelmente após sinalização deste. Segundo Arend, “As meninas foram desaconselhadas a subir em árvores, correr com cavalinho de pau entre as pernas, nadar em lagos e rios e brincar de esconde-esconde com os meninos em lugares ermos após seis anos de idade” (AREND, 2016, p. 71). Todos esses cuidados buscavam preservar a imagem que se projetavam para as meninas, discreta e decente, sendo incentivadas a brincadeiras que imitavam o dia-a-dia de uma mulher casada, lavar e passar roupas, bonecas e panelinhas.

Outra percepção na fotografia foi que todas estavam sorrindo, numa demonstração de alegria, os sorrisos devem ter sido solicitados no ato fotográfico para composição da cena. Deparamos com a última criança – a de maior estatura, do lado esquerdo da imagem, à frente da irmã. Essa criança estava constrangida, pois, seu rosto quase não aparece na imagem, percebe-se a ausência expressa de um sorriso, talvez tenha recusado a encenação da brincadeira para o fotógrafo.

A fotografia foi tirada em lugar coberto do orfanato, nos períodos das reformas do mesmo, pois, visualizamos os tijolos na parede, ainda sem cobertura e pintura, o chão de areia, com os pés das crianças cobertos pela poeira e sujeira de construção, E, atrás das crianças do lado esquerdo da imagem, a presença de uma escada deitada e encostada na parede. Ainda nesta fotografia, percebemos as crianças descalças, com o vestuário simples, do dia-a-dia. As quatro (4) crianças da frente, tanto do lado direito, quanto do lado esquerdo, eram pardas e negras, sem brincos nas orelhas e todas elas estão com os cabelos curtos ao contrário da última criança à frente da irmã dominicana e da criança da fotografia abaixo, com cabelo não comprido, mas abaixo da altura da orelha.

Nas duas fotografias 09 e 10 abaixo, havia a presença das órfãs no pátio do estabelecimento. A imagem não é uma fotografia posada, algumas parecem que estavam brincando, estavam de mãos dadas e escutavam atentas as ordens de uma das freiras que apontava para o chão. Outras meninas mais afastadas apenas observavam. Uma das órfãs parece ter visualizado o fotógrafo, estava com o rosto virado, caminhando como se estivesse fugindo do enquadramento.

**Fotografias 09 e 10 – Órfãs no pátio interno do Orfanato São José após reforma. Década 1960.**



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

A décima fotografia, também no pátio, feita de outro ângulo, mostra as crianças organizadas em uma longa fila. Estão apreensivas, algumas com braços cruzados olhavam para o fotógrafo, outras estão com a mão no rosto, as menores, já inquietas observavam a freira de hábito branco. Para Negrão *apud* Lefebvre (1958):

Peraltices, travessuras, traquinagens permearam o cotidiano da instituição, surgem como marcas fortes da memória e demonstraram reações infantis à política educacional das Irmãs, que se propunham amoldar todas as órfãs a uma formação padronizada, homogênea, sem preocuparem-se com as individualidades das crianças. Obviamente, a maioria sujeitava-se às regras, porém, quando o verdadeiro rosto alguma criança deixava de ser o da coletividade, deixando cair a máscara da obediência irrestrita, tanto mais tempestuosa ou insolente era a sua reação.

O número exato de meninas nas duas fotografias pareceu incontável devido à interferência das árvores e plantas. No momento da fila as órfãs parecem divididas entre menores e maiores, algo não percebido na nona fotografia. Nos dois momentos o ângulo do fotógrafo apresentava a instituição, não focando apenas nas órfãs. Constatamos uma diferença na expressão corporal das crianças nos dois momentos, sendo que na décima imagem constatamos uma imposição do corpo estático e comportado em fila, seguindo a ordem das irmãs para a fotografia, mesmo que algumas demonstrassem sua insatisfação com aquele momento de espera.

**Fotografia 11 – Órfã modelo. Década 1960.**



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

Acima na fotografia 11, ao analisarmos a imagem, tivemos a conclusão que a criança que compõem a cena nesta foto é a mesma criança da fotografia 07. Assim, indagamos se for à mesma ou não, tanto a órfã da fotografia 07 e fotografia 11 possuía privilégios em relação a outras. Esses privilégios são de origem racial? Na foto acima, a órfã estava sentada aos pés de uma árvore, parece-nos no pátio interno do orfanato. Está com vestuário novo e limpo, com os pés calçados, com os cabelos lisos preso com uma diadema/tiara. Percebe-se que o cabelo solto ficava abaixo da orelha, ao contrário das crianças pardas e negras da fotografia anterior, com os cabelos curtos sem um corte definido. A menina expressava sorriso no rosto e brincos nas orelhas, não conseguimos identificar o que estava em sua mão esquerda. Nas fotografias 07, 08, 09, 10 e 11 não haviam crianças uniformizadas.

As fotografias das órfãs eram tiradas na sua grande maioria no lado interno do prédio, especificamente no pátio, onde se tinha um pequeno jardim, sob diferentes ângulos.

**Fotografia 12** – Órfãs posando para fotografia no pátio interno do orfanato. Sem data.



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

Na fotografia 12, contamos com vinte (20) internas no enquadramento fotográfico do pátio interno do orfanato. As internas possuíam idades variadas, umas brancas, outras negras e algumas pardas. Parece que não estavam uniformizadas, pois não possuem roupa padrão. A cena pode ter sido produzida no meio da manhã ou à tarde pelo intenso sol, percebemos o pedido de atenção do fotógrafo, ao verificar as díspares reações de cada criança, algumas sorrindo com os braços soltos, outras tímidas, vêm-se crianças sérias, sem sorriso no rosto. A menina da direita na fotografia estava olhando o fotógrafo com novidade e curiosidade com os braços cruzados. Outras, como as três à frente, mas especificamente, a criança branca centralizada prestando atenção em outro ângulo, possivelmente onde se encontrava as irmãs e a direita, a criança com a boneca em mãos, olhando com certo receio e medo. Mas uma vez percebemos a diferença nos cortes de cabelo. Algumas órfãs estavam com o corte totalmente desalinhado e cortado rente a raiz do cabelo. Apenas as órfãs com cabelos lisos encontravam-se com o corte simétrico sem pontas desalinhadas.

**Fotografia 13** – Órfãs e o novo Orphanato São José. Década 1960.



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

Em outra fotografia das internas, um novo ângulo do fotógrafo, imagem 13. Observe que neste retrato, o fotógrafo apresentava não apenas as órfãs, mas também o estabelecimento e sua arquitetura. Não trata do mesmo período da fotografia anterior, pois o número de meninas era maior, sendo algumas delas não presentes na imagem anterior. Contatamos segunda a imagem, quarenta e nove crianças, um número superior a quantidade de órfãs na fotografia antecedente. Com inúmeros rostos presentes na fotografia, são diversas as expressões enquadradas nesse momento. Muitas órfãs olhavam para a esquerda, algumas estão de braços cruzados, outras com a mão no rosto. Não conseguimos identificar sorrisos, aquele momento não parece ser muito confortável para elas, não seria a fotografia posada, segunda a expressão de cansaço que cada uma demonstrava, estavam tentando há algum tempo. Segundo Souza:

Poucas crianças emitem um sorriso furtivo. Pernas juntas, os braços cruzados ou estendidos. A pose para a fotografia da classe consiste, na primeira metade do século XX, em um ritual de compenetração. A escola é o espaço da ordem, da obediência, do silêncio e da disciplina, cuja representação é confirmada nesse tipo de imagem. (SOUZA, 2001, p. 90)

A fotografia foi tirada durante o dia, dispensando qualquer luz artificial, o que agrava a situação de conforto. Uma menina tampava o rosto e outra olhava para baixo, o sol deveria

estar incomodando. As órfãs foram posicionadas das maiores para as menores. Quatro freiras se encontravam presentes, como ocorria normalmente, uma delas não olha para o fotógrafo, parece estar se dirigindo a alguma órfã, outra permanecia praticamente escondida no meio das meninas, só visualizamos seu hábito.

Não há uma fila ou alinhamento regular, fazendo que algumas órfãs ficassem escondidas entre outras, impossibilitando a visualização do seu rosto. Todas estão descalças não uniformizadas, suas roupas, um vestido sempre comportado, longo sem decotes, ou muitos detalhes como babados ou flores. Poucas apresentavam com tiaras na cabeça, revelando total ausência de estética a respeito de acessórios, algo facilmente encontrado em retratados de outras crianças. Segundo Ana Maria Negrão (2002), sobre a estética dos cabelos, observando fotografias do Asilo de Órfãs de Campinas-SP, “Somente a categoria de externas podia usar laços de fita na cabeça ou tranças (...). Muito provavelmente, o cabelo curto evitava o toque das mãos das freiras para tecer tranças fazer laços de fita, e também não estimulava qualquer vaidade, pois todas teriam corte de cabelo igual”. Independente do número de órfãs, foi difícil observar algum indício de cuidado com o cabelo das órfãs no Orphanato São José.

A fotografia 14 abaixo demonstrou um momento de saída das órfãs do Orphanato São José, um retrato tirado fora da instituição.

**Fotografia 14** – Órfãs colhendo frutos ou flores em localidade externa ao orfanato. Sem data.



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

Mostrou-se nessa imagem, 5 meninas colhendo frutos ou flores fora da instituição, nos arredores da cidade. Essa não foi uma foto posada, mas tirada de forma espontânea para demonstrar a saída das órfãs pela cidade. Foram encontradas inúmeras vezes a referência “No dia 27 de fevereiro as órfãs deveriam levar flores ao mausoléu do Dr.Netto”<sup>186</sup>. Ou “É lembrado o aniversário do Dr.Netto e providenciado a visita do seu mausoléu pelas órfãs”<sup>187</sup>. Podemos inferir que as órfãs na fotografia acima estão colhendo flores para José Netto, como vontade estabelecida em seu testamento de não ser esquecido. Esse ritual foi repetido ano após ano pelas órfãs, conforme constavam nas atas analisadas de 1944 a 1948, até mesmo nos dias atuais. Não encontramos menção sobre o momento de saídas das órfãs, mas levantamos a possibilidade de saídas, seguindo outras pesquisas sobre instituições congêneres, que esse momento ocorria apenas para as missas de domingo, alguns eventos ou festas relevantes na cidade, ou no Asilo São Vicente de Paulo, considerado uma instituição irmã do Orphanato São José.

Dessas fotografias, podemos inferir a discriminação racial existente dentro da instituição. Algumas eram mais privilegiadas, melhores roupas, corte de cabelo, bonecas. A pesquisadora Ana Maria Negrão ao entrevistar órfãs do Asilo de Órfãs de Campinas-SP, citou os relatos de discriminação racial e regional na instituição, partindo das freiras e entre as órfãs. Segundo depoimento os apelidos dados pelas órfãs eram repetidos pelas freiras. Negrão, ao analisar o documento fotográfico, referente à procissão da Nossa Senhora da Boa Morte, com participação do coral do Asilo de Órfãs, percebeu a ausência de meninas negras “As órfãs, desfilando nas ruas vestidas de anjo, conotavam signo de inocência e, relevante ao catolicismo, embora excluísse as negras, em manifesta discriminação” (NEGRÃO, 2002, p. 160). Esse exemplo nos incidiu compreender que as saídas do estabelecimento não era um benefício usufruído por todas. Em algumas situações, como a citada pela autora, as órfãs eram selecionadas para participarem de eventos, sendo usado o critério de cor, regra essa estabelecida pelas Irmãs responsáveis pela instituição.

Não tivemos acesso ao Estatuto interno do Orphanato São José, o que nos impediu de perceber como era o cotidiano das órfãs. Acreditamos que a questão religiosa estaria em vários momentos presente na rotina, desde ao acordar e ao deitar, nas orações ensinadas pelas freiras. Um desses momentos registrados foi à primeira comunhão das órfãs.

---

<sup>186</sup> Ata da Junta Administrativa. 20 de fevereiro de 1944. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

<sup>187</sup> Ata da Junta Administrativa. 25 de fevereiro de 1945. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

**Fotografia 15** – Primeira comunhão das órfãs desvalidas. Ano 1966.



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

Nessa imagem, fotografia 15, as órfãs à frente estão com as roupas características, segurando uma vela no ritual de primeira comunhão. Segundo Rita Magueta, que analisou em sua pesquisa fotografias de primeira comunhão, “ou primeira eucaristia como também é chamada, é um dos principais sacramentos da Igreja Católica. Socialmente, entretanto, esta cerimônia religiosa apresenta outros significados”. (MAGUETA, 2015, p. 72) Os outros significados segundo a autora compreendiam como uma mudança marcante na vida das crianças de religião católica, como a participação na assistência de missa dominical, novenas e procissões.

O acontecimento era considerado um evento social, acompanhado por toda família, registrado e até mesmo fotografado. Na imagem acima, sobre a primeira comunhão das internas do Orphanato São José, acompanharam a celebração pessoas da sociedade e logo atrás das crianças, podemos visualizar as irmãs dominicanas ao fundo da imagem, acompanhando as órfãs. Nos documentos organizados na década de 1980, um resumo sobre as reformas do orfanato, afirma que as obras na capela terminaram em 1965, presente de Frei Domingos para as meninas que faziam a primeira Comunhão, sendo no ano seguinte, “Dom Abel abre a Capela ao Culto dando a 1ª Eucaristia a um grupo de alunas e ministrou dois Batismos. Foi à última cerimônia que realizou na Capelinha, pois faleceu a 24 de novembro

do mesmo ano”<sup>188</sup>. Portanto a fotografia acima tratava da primeira comunhão de algumas órfãs em 1966, inaugurando a Capela reformada no ano antes.

O ato de fotografar a primeira comunhão era muito comum e estava ligada a uma cultura escolar, compondo um álbum fotográfico da primeira comunhão. As fotos eram encomendadas aos estúdios fotográficos da cidade, e paga pela família da criança. A fotografia, exposta no álbum de primeira comunhão, estava sempre acompanhada de uma frase, descrevendo a emoção do momento. Rosarita Fleury, narrou sobre essa lembrança:

Minha primeira comunhão preocupava-me porque, nas lições de catecismo, eu ficava sabendo que a hóstia é o corpo de cristo e o vinho, seu sangue. Aquilo me deixou encabulada. (...) Foi meu primeiro confessor o Padre Frei Romeu, da Ordem Dominicana. Bom orientador, bom confessor, me esclareceu que eu iria sentir o gosto apenas do pão. Fiquei tranqüila ao saber que o corpo de Cristo só estava na hóstia pelo poder da fé e tudo correu bem. (TEIXEIRA, 2014, p.75)

Rosarita ressaltou os rituais que deveriam ser seguidos, as aulas de catecismo que explicavam cada símbolo, como a hóstia e o vinho, a confissão antes do evento. Esse evento social tão valorizado para as famílias católicas, às vezes se transformava e um momento de grande expectativa e medo, como colocou a memorialista. Podemos analisar nas fotografias acima, das internas do Orphanato São José, grande seriedade e apreensão das órfãs. Cada detalhe deveria ser rigidamente seguido, conforme foi ensinado nas aulas de catecismo. Outro ritual importante nesse momento era a confecção da roupa e adereços utilizados no dia. Veja a fotografia de Rosarita Fleury no dia da sua primeira comunhão.

**Fotografia 16** – Primeira comunhão de Rosarita Fleury.



Fonte: (TEIXEIRA, 2014)

---

<sup>188</sup> Documentos sobre a reforma do Orphanato São José. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Podemos observar alguns elementos com relevante significado, o vestido branco, o véu na cabeça, acompanhado de flores, o terço na mão e ao fundo a imagem de cristo. O uso da cor branca e o véu na cabeça remetiam a imagem de Maria, mãe de Jesus, presente desde o século XIX. Rosarita segurava na mão, como se estivesse mostrando um livro, ou o missal um livro de rezas. Tal demonstração segundo Magueta de “um símbolo católico, pode estar relacionada aos valores de respeito e moral que a fotografia e principalmente o retrato agregavam naquela época”. (MAGUETA, 2015, p. 184) No braço um terço, a própria representação do cristo morto. Seu vestido foi assim descrito:

(...) foi feito por Teté, minha tia, madrinha, e costureira da família. Mãe mandou comprar o véu e a grinalda, bordados com pequeninas rosas. Afinal, no dia da Primeira Comunhão, lá estava eu com o grupo de meninas, alunas de Mariana Pèclat e ela e suas irmãs Maria e Gracinha, haviam nos ensinado como nos portar diante de tão importante acontecimento das nossas vidas. (...) Eu de vestido branco, véu e grinalda com uma pequena noiva e que após a comunhão, seria participante da multidão que acompanha Jesus e segue seus ensinamentos. (TEIXEIRA, 2014, p.76)

Na fotografia das órfãs, uma bata branca substituíu o lugar do vestido branco, sem detalhes ou bordados, igualmente para todas internas. Na cabeça o véu branco e uma tiara na cabeça sem muita ou quase nenhuma ornamentação. O traje das órfãs pareceu bem simples se comparado a fotografia de Rosarita Fleury, porém segue alguns símbolos desse momento, o vestido, o véu e a vela. A vela segundo Magueta, “partilha e simboliza a fé iluminada por sua luz e complementam a cena a ser eternizada” (MAGUETA, 2015, p. 184). Outro sentido dado à vela ligado a tradição católica de fé e oração pode ser compreendido na fotografia 15, referente a primeira comunhão das internas do Orphanato São José. Apesar de ocorrer de forma simples o evento simbolizava o papel do sacramento da primeira eucaristia, como proteção da tentação e do pecado que rondava as órfãs.

Nas duas fotografias a seguir, podemos concluir que o fotógrafo não queria destacar apenas as órfãs, mas parte das pessoas que presenciavam o importante evento, por isso o enquadramento feito do alto, conseguia contemplar a entrada das órfãs na capela, seguidas das Irmãs Dominicanas. Desde a entrada as mãos estão unidas, carregam um símbolo da comunhão, a vela. “A posição de mãos unidas está representada em manuais de ensinamentos católicos e outras representações da cultura visual católica”. (MAGUETA, 2015, p. 165) A posição de mãos unidas era ensinada para as órfãs como posição de rezar, assim como os joelhos no chão. São símbolos de uma crença introjetadas diariamente em pequenos gestos, mas que contribuem para os objetivos de uma formação católica, ética e moral.

**Fotografia 17** – Dois momentos de 1ª Comunhão das órfãs asiladas. Década 1960.



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

Na imagem à esquerda, o fotógrafo opta por um ângulo que tenta contemplar as órfãs na capela. Não conseguimos ver os rostos das pessoas que acompanharam a cerimônia, mas percebemos que a capela estava cheia. Das cinco meninas na primeira fila, três estavam olhando concentradas para o bispo que conduzia a cerimônia, outras duas se distraíram e olharam para o fotógrafo, provavelmente por conta do flash. Na foto à direita, o fotógrafo registrou a entrada das órfãs, acompanhadas de uma Irmã que carregava algo na mão, provavelmente a hóstia, símbolo maior desse momento. Outras crianças, próximas às irmãs, se encontravam com véu na cabeça, mas não participavam da celebração. Parecem ser internas do Orfanato São José, o motivo de não participarem se deve ao fato de não terem feito a catequese – os estudos para a primeira comunhão – ou já eram batizadas. Todos estavam olhando para as órfãs, algumas pessoas colocaram a mão no rosto como se estivessem emocionadas.

A última fotografia representava um retrato bem comum de instituições como asilos e orfanatos para crianças. Entendemos que o objetivo do fotógrafo foi sim o enquadramento das órfãs, sem dar ênfase em paisagem ou arquitetura. Elas estavam alinhadas, as mais velhas na última fileira e as mais novas na primeira, computando no total de vinte e nove meninas. Duas delas eram bem pequenas, tendo por volta de dois ou três anos. São as únicas que se encontravam com roupas diferentes, apropriadas para a idade naquela época. É interessante observarmos as roupas das órfãs nessa fotografia.

**Fotografia 18** – Órfãs uniformizadas. Sem data.



Fonte: Documentos avulsos Orfanato São José. ALSJ, Cidade de Goiás.

As órfãs se encontravam uniformizadas, saia xadrez, blusa manga longa, meias até o joelho, sapatos pretos, boina na cabeça. Segundo o Estatuto do Orphanato São José, artigo 22, “as órfãs asiladas terão número de ordem e usarão uniforme que for adotado”<sup>189</sup>. Essa foi a única foto em que as órfãs estavam utilizando uniformes, o que nos levou a entender que seu uso não era diário e que demandaria um evento importante para utilizá-lo. No Asilo de Órfãs de Campinas-SP, Negrão(2002) afirmou que a função do uniforme era para o uso externo, quando saíssem do estabelecimento, para que todas permanecessem iguais. Compreendemos que o uniforme escolar é um elemento constitutivo da cultura escolar, ou seja, sua incorporação no cotidiano vem imbuída de valores e significados, que contam a história da instituição. As mangas compridas das blusas e as meias escondendo as pernas sugerem que os uniformes usados pelas internas do Orphanato São José eram para passeio, para demonstrar o cuidado com pudor e exposição do corpo das órfãs. Em dias comuns, dentro do orfanato, não se usavam uniformes, as mangas eram curtas e as meninas ficavam descalças. Mais uma vez observamos nas fotografias, a ausência de sorrisos, algumas das órfãs olhavam para baixo, demonstrando cansaço ou timidez. As que olharam para o fotógrafo estavam sérias, em posição ereta. Apenas uma delas, ao lado de uma Irmã estava sorrindo.

<sup>189</sup> Estatuto Orphanato São José. 22 de novembro de 1922. Documentos Avulsos. ALSJ, Cidade de Goiás.

Assim, compreendemos as imagens acima analisadas, conforme Mauad & Lopes, como fotografia institucionalizada, para dar visibilidade às ações da instituição, no caso, o Orphanato São José, em compasso com as estratégias de persuasão e publicização dos serviços prestados à comunidade. (2012, p. 274)

A documentação fotográfica, conjuntamente aplicada à análise historiográfica foi uma das maneiras encontradas para pensar como se configuraram essas interpretações. Seja de imagens domésticas, de vistas urbanas, jornalísticas, de eventos políticos e sociais, estava de alguma maneira, permeada por fatos históricos, sofrendo influências por parte do contexto social que a envolve e, ainda das pessoas que entraram em contato com a imagem, os receptores, segundo Kossoy:

Subtendem os mecanismos internos do processo de construção da interpretação, processo este que se funda na evidência fotográfica e que é elaborada no imaginário dos receptores, em conformidade com seus repertórios pessoais e culturais, seus conhecimentos, suas concepções ideológicas/ estéticas, suas convicções morais, éticas, religiosas, seus interesses econômicos, profissionais, seus mitos. (KOSSOY, 1999, p. 44)

Por possuir a característica que nos permite fazer diversas leituras e interpretações, sobre um mesmo assunto, podemos considerar a fotografia como testemunho, e não apenas como verdade histórica que representa e reproduz de maneira inflexível, uma realidade. Por meio de fotos podemos captar manifestações em nível social, político, cultural, familiar, como o caso do Orphanato São José.

## Considerações Finais

Buscamos apresentar nessa dissertação a relação de José Netto, médico atuante na capital goiana e a fundação de um orfanato para órfãs na mesma cidade. Para isso foi necessário compreender o contexto da época em que viveu o médico, tempo esse influenciado pelas ideias de progresso e civilização. Abordamos o momento que antecedeu a morte de José Netto e a escrita do seu testamento, documento onde estabeleceu seu legado pós-morte. Toda a estrutura estabelecida após sua morte e a fundação do estabelecimento para órfãs desvalidas seguiram seu desejo conforme deixado no seu testamento. Sendo assim, os objetivos definidos no início da pesquisa foram alcançados.

O encontro com a referência do médico enquanto idealizador do Orphanato São José, sobretudo no seu testamento, estabeleceu a importância de compreendermos a fundo seu último desejo. As primeiras referências encontradas, contemporâneas de seu tempo e memorialistas, constantemente referiam-se ao médico como um homem caridoso. Sendo um homem caridoso, proposição afirmada igualmente pelos (as) autores (as) e na documentação analisada, o orfanato foi sua maior obra de caridade.

No entanto, supondo que tal afirmativa foi insuficiente, sendo proposta outra interpretação. Ao analisarmos sua trajetória na capital goiana, sempre com o cuidado de entendê-lo como fruto do seu tempo, sem desprezar a influência da sua formação médica e da sociedade em que vivia. Os indícios que encontramos nos forneceram informações necessárias para uma nova composição de José Netto e seu suposto desejo de fundar um estabelecimento para órfãs.

Por meio de seus escritos, cargos assumidos, sua vinculação na Associação Vicentina e sua atuação no Asilo São Vicente de Paulo, apoiados pelo conceito proposto pelo autor Micael Herschmann, identificamos José Netto como *intelectual cientista*. Sua atuação não se resumia apenas na função de médico, acreditava possuir responsabilidades com a sociedade, intervindo-a em diferentes situações, sempre embasado pelo saber científico e na medicina higienista. Seu maior legado foi sem dúvidas o Orphanato São José, porém discordamos que foi um ato de caridade. Seu envolvimento com Associação Vicentina é o que mais nos aproximou da figura de um homem filantropo e não caridoso, sendo essa nossa base interpretativa para compreender o legado deixado pelo médico.

Envolvido com as questões de assistência, José Netto sabia da ausência de um estabelecimento na cidade para o recolhimento das órfãs e do asilo não conseguir assumir essa

responsabilidade. Essa poderia ser a única resposta para a pergunta formulada no início do capítulo, sobre o que motivou José Netto a designar sua herança para a construção de um orfanato. No entanto, duas questões nos chamaram atenção. No testamento, houve pedido do médico de que o orfanato seria construído na sua casa, sendo adaptada, mantendo suas linhas gerais, ou seja, não descaracterizando sua forma arquitetônica. A segunda questão, todo ano no seu aniversário de morte, pediu que fosse celebrada uma missa por sua alma e que distribuíssem dinheiro aos pobres. Algumas órfãs eram designadas para levar flores ao seu túmulo, todo ano conforme consta nas Atas da Junta Administrativa.

Essas duas questões acima apresentadas sugerem um comportamento peculiar de José Netto, o medo da morte e o de ser esquecido. E assim, temendo o fim da vida e todo o mistério que envolve a pós-morte, planeja com cautela, a eternidade de sua imagem projetada no que foi chamado pelos memorialistas de “sua maior demonstração de amor aos pobres”, ou o que ele chama de “asylo para órfãs desvalidas”. Não falamos de “verdadeira intenção”, mas sim, uma “suposição de sua intenção” com tais pedidos. Apenas seguindo os indícios, por ele deixado, pois não há escrito em algum documento sua motivação. Somente o pedido de que fosse respeitada sua última vontade.

Diante de um grande número de imóveis deixado por José Netto, sua casa foi escolhida por ele para instalação do Orphanato São José. Podendo ser reformada e adaptada, embora nunca modificada. Além da demonstração do apego material com sua casa, sua vinculação com orfanato pode ser interpretada como perpetuação do seu nome ao estabelecimento que ali funciona até os dias de hoje. Podemos afirmar que seu ato foi pensado e que houve o medo de ser esquecido.

O sentido dado hoje à instituição não é apenas de um lugar que carregou no seu passado, uma casa que atendeu e atende a infância pobre de Goiás, mas de um lugar de memória do médico José Netto. Segundo Pierre Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. (...). Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...]. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p.13)

A consciência de que seria esquecido e a vaidade de ser “varrido pela história”, fez que José Netto por meio do seu testamento perpetuasse seu nome na memória dos goianos. Não apenas como médico, como também “o pai dos pobres”, interpretação esta, feita

principalmente pelos contemporâneos do esculápio e também pelos memorialistas, porém, acrescentamos em nossa análise a compreensão do *intelectual cientista*, exercida por Dr. Netto. Embora houvesse a intenção de José Netto de se projetar no devir da história, na qual compreendemos, o Orphanato São José como esse lugar de memória, citado por Nora, sendo a instituição edificada após sua morte.

Não conseguimos identificar quando esse jogo de memória, ou a vinculação do orfanato enquanto um espaço de memória se iniciou. O próprio nome escolhido para orfanato faz uma alusão ao nome do médico José e a referência de “pai dos pobres”, encontrada na documentação. Observamos que seus pedidos, deixados no testamento foram seguidos, desde o objetivo da instituição até a lembrança do seu aniversário representado pela visita das órfãs ao seu túmulo. Segundo as atas analisadas, o aniversário do médico era sempre lembrado conforme sua vontade escrita em testamento.

A questão da demolição da casa foi um importante acontecimento para reforçar a ideia de lugar de memória. A resistência em não demolir a casa, que estava condenada, contemplava a vontade do médico em seu testamento. Mesmo tendo outros imóveis, até de maior espaço conforme seu pedido foi na sua casa que funcionou o Orphanato São José, mais uma vez, vinculando a sua pessoa ao estabelecimento. Embora José Netto tenha idealizado, e escrito de próprio punho o destino de seu patrimônio foram aqueles que o administraram que mantiveram presente sua memória vinculada ao do Orphanato São José.

O interesse de José Netto transformado em legado para “amparar órfãs desvalidas” se desenvolveu diante da necessidade de um estabelecimento na cidade que atendesse esse gênero. Para Rizzini:

As opções políticas adotadas pelos governantes brasileiros nos primórdios da República serviram aos interesses dos grupos de poder, e fizeram recrudescer o sentimento nacional de um país fadado à desigualdade social. No que se diz respeito ao caso específico da criança, o argumento utilizado de que investir na infância era civilizar o país, justificou a imposição da tutela aos filhos dos pobres, cercando seus passos e mantendo-os à margem da sociedade. (RIZZINI, 2011, p.30)

O afastamento dessas crianças do meio social em que viviam, representava uma contribuição para o desenvolvimento de medidas no âmbito da assistência às infâncias tão discutidas na ocasião. Essas ideias foram problemas levantados no trabalho, identificando as práticas contidas na instituição Orphanato São José, analisando as políticas de organização da assistência que surgem em Goiás e suas relações com o orfanato. Tais práticas estavam atreladas as políticas nacionais e as normas estabelecidas pela Igreja Católica, no que se refere

ao papel da mulher na sociedade. Ao designar que a sua obra maior, o “asilo para órfãs desvalidas” fosse de responsabilidade da mitra diocesana, José Netto estabeleceu o modelo de assistência que deveria ser instituído no orfanato, uma ligação com os princípios da moral cristã e da normatização dos costumes a serem seguidos pelas mulheres, de boas esposas e mães.

A presente pesquisa não teve como objetivo esgotar as discussões sobre o Orphanato São José, ou construir uma verdade absoluta sobre o papel da instituição no campo da assistência à infância em Goiás. O Orphanato São José como objeto de pesquisa é um tema diverso e profícuo, sendo que o caminho de análise escolhido por nós se constituiu com um entre uma variedade de possibilidades. As órfãs internadas no Orphanato São José é um dos objetos que precisam ser pesquisadas, podendo ser feito por meio do encontro com outras fontes ou até mesmo da história oral, já que encontramos ainda na Cidade de Goiás, meninas, hoje mulheres que ali passaram parte de suas vidas. Outra possibilidade de pesquisa seria analisar o processo de requalificação do Lar São José em 1980, apoiado nas questões dos Direitos Humanos.

É interessante também perceber o movimento de organização da assistência à infância em Goiânia e a fundação de diversos estabelecimentos filantrópicos, atrelada à figura de Gercina Borges, representante da LBA no estado e de outras mulheres. Como proposta de pesquisa futura, entendemos que é preciso compreender mais sobre a questão da história da infância em Goiás, sobretudo no período republicano, recorte com um leque incontável de documentos e temas para pesquisa que perpassam as questões sociais e culturais.

## Referências

### 1) Sites Consultados

[http://www.lexico.pt/bangue\\_3/](http://www.lexico.pt/bangue_3/)

<http://www.salvemaliturgia.com/2011/10/mitra.html>

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>

<http://larsaojosegoias.blogspot.com.br/2012/02/historia-do-lar-sao-jose.html>

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128471?show=full>

<http://www.conradoleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=1248433&ctd=378&tot=427&tipo=19>

<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=9416>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24278-22-maio-1934-507775-publicacaooriginal-1-pe.html>

[http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto\\_lei/1940/decreto\\_lei\\_3285.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto_lei/1940/decreto_lei_3285.pdf)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De14830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14830.htm)

### 2) Fontes

#### 2.1) Arquivo Fundação Frei Simão Dorvi – Cidade de Goiás

##### Documentos avulsos:

##### Jornais:

Jornal ‘Goyaz’, 6 de novembro de 1909, nº XXV. Cidade de Goiás.

Jornal de ‘Goyaz’, 08 de setembro de 1921, nº 291. Cidade de Goiás.

Jornal ‘Cidade de Goiás’, nº 375, 22 de fevereiro de 1948. Cidade de Goiás.

Jornal ‘Cidade de Goiás’. Ano I, nº 4. Agosto de 1980. Cidade de Goiás.

Jornal ‘O Universitário’, maio de 1955, nº 27, ano 8. Goiânia.

Jornal ‘Gazeta de Goiás’, 04 de agosto de 1957, nº 19, ano I. Cidade de Goiás.

Jornal ‘Gazeta de Goiás’, 11 de agosto de 1957, nº 20, ano I. Cidade de Goiás.

## **Câmara Municipal Cidade de Goiás:**

Avaliação do Perito, 16/09/1957.

Balanco do Orfanato São José, ano 1938.

Colecção de Leis do Estado de Goyaz, ano 1928. Tipificado do Correio Official Goiás.

Comunicado encaminhado ao Orphanato São José, 08 de outubro de 1940.

Correspondências recebidas, ano 1960.

Pedido da Diretoria do Orphanato São José para o prefeito. 17 de março de 1937.

Pedido de Auxílio financeiro da Diretoria do Orfanato para o prefeito. 18 de fevereiro de 1938.

Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito. 18/02/1938.

Pedidos de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito, ano 194?.

Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito, 18/12/1944.

Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito. 27/04/1946.

Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito. 29/04/1946.

Pedido de Subvenção do Provedor do Orphanato São José para o prefeito, 12/04/1948.

Processo de Reforma do Orphanato São José. 19/09/195.

## **2.2) Arquivo do Lar São José – Cidade de Goiás**

### **Documentos avulsos:**

Ata da Junta Administrativa, 20 de fevereiro de 1944.

Ata da Junta Administrativa, 23 de julho de 1944.

Ata da Junta Administrativa, 08 de outubro de 1944.

Ata da Junta Administrativa, 10 de dezembro de 1944.

Ata da Junta Administrativa, 25 de fevereiro de 1945.

Ata da Junta Administrativa, 08 de março de 1945.

Ata da Junta Administrativa, 12 de agosto de 1945.

Ata da Junta Administrativa, 23 de dezembro de 1945.

Ata da Junta Administrativa, 24 de março de 1946.

Ata da Junta Administrativa, 20 de outubro de 1946.

Ata da Junta Administrativa, 24 de agosto de 1947.

Ata da Junta Administrativa, 11 de janeiro de 1948.

Ata da Junta Administrativa, 27 de junho de 1948.

Ata da Junta Administrativa, 01 de março de 1964.

Certidão do Testamento do Dr. José Netto de Campos Carneiro.

Balanço do ano de 1937.

Diário da Justiça, ano 20, nº 5.791, 10/11/1969.

Documentos sobre a reforma do Orphanato São José.

Estatuto do Orphanato São José, 22 de novembro de 1922.

Fotografia nº 1 - Reforma do Orfanato, ano 1957.

Fotografia nº 2 - Reforma do Orfanato, ano 1957.

Fotografia nº 3 - Reforma do Orfanato, ano 1957.

Fotografia nº 4 - Reforma do Orfanato, ano 1957.

Fotografia nº 5 - Reforma do Orfanato, ano 1957.

Fotografia nº 6 – Placa com os financiadores da Reforma do Orphanato São José, ano 1960.

Fotografia nº 7 – Órfã com boneca. Sem data.

Fotografia nº 8 – Órfãs brincando sob supervisão da irmã Dominicana no pátio do orfanato. Sem data.

Fotografia nº 09 e 10 – Órfãs no pátio interno do Orphanato São José após reforma. Década de 1960.

Fotografia nº 11 – Órfã modelo. Década de 1960.

Fotografia nº 12 – Órfãs posando para fotografia no pátio interno do orfanato. Sem data.

Fotografia nº 13 – Órfãs e o novo Orphanato São José. Década de 1960.

Fotografia nº 14 – Órfãs colhendo frutos ou flores em localidade externa ao orfanato. Sem data.

Fotografia nº 15 – Primeira comunhão das órfãs desvalidas. Ano 1966.

Fotografia nº 17 – Dois momentos de 1ª Comunhão das órfãs asiladas. Década de 1960.

Fotografia nº 18 – Órfãs uniformizadas. Sem data.

Proposta de trabalho. Programa de Direitos Humanos. 1980.

Relação de funcionários, ano 1946.

### **2.3) Arquivo Museu das Bandeiras (MUBAN) – Cidade de Goiás**

Abaixo Assinado enviado ao Delegado especial. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Carta do advogado José de Carvalho dos Santos ao Delegado especial. 13 de novembro de 1944. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Carta ao Delegado em comissão da diretora do Educandário Santana, Irmã Maria Celina. 19 de janeiro de 1946. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Inquéritos policiais envolvendo menores. 23 de abril de 1945. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Juiz de Direito Firmo Ferreiro Gomes de Castro da Comarca de Goiás. 11 de abril de 1946. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Ofício do Juiz de Direito. Comarca de Goiás para o Delegado especial. 02 de julho de 1936. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Ofício enviado ao Chefe de Polícia do estado. 13 de janeiro de 1943. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Ofício da prefeitura de Goiás para Delegado em comissão. 28 de junho de 1944. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Ofício da prefeitura de Goiás para o Delegado em comissão. 12 de outubro de 1944. Documentos Avulsos. Fundo Brasil República.

Receitas médicas, 1937. Documentos avulsos. Fundo Brasil República.

### **2.4) Arquivo do Fórum da Cidade de Goiás**

Juiz de Direito, 2º Vara, ano 1928. Inventário de Salim Charucá. 28 de maio de 1928.

Juiz de Direito, 2ª Vara. Ação de Desquite, maio de 1928. Caixa de processos do Juizado de Órfãos.

### **2.5) Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Goiânia**

**Jornais:**

Jornal 'Correio Official', sábado, 26 de novembro de 1921, nº 537. Cidade de Goiás.

#### **Documentos Avulsos:**

Caixa 0372. Ano 1887. Saúde Pública. Inspetoria de Higiene. Relatório enviado ao presidente da província, Luiz Silvério Alves Cruz.

Caixa 401. Pacote 1. Ano 1880. Inspetoria de Higiene- Relatórios. Do Inspetor de Higiene José Netto de Campos Carneiro para o presidente da província.

### **3) Livros, Artigos, Dissertações e Teses.**

ABREU, Laurinda. '**Prefácio**'. IN: SANGULAR, Gizele [et al] **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 7 – 12.

AGE, Mônica de Paula Pereira da Silva. **O Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz (1746 – 1827)**. Doutorado (Tese de Doutorado em História Cultural) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. **Reminiscências**. Goiânia: Kelps, 1992.

AMARAL, Anabela; FELGUEIRAS, Margarida L.. '**A Educação no Sanatório**'. Educação, Sociedade e Cultura, n. 30, 2010, p. 75 – 93.

AREND, Silvia Maria Fávero. **De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social**. IN: VENANCIO, Renato Pinto (org.). **Uma história social do abandono de crianças. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII – XX**. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/ Ed. PUC Minas, 2010, p. 339 – 359.

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da Morte**. Tradução: Luiza Ribeiro. 1ª Edição. São Paulo: UNESP, 2014.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- AZZI, Riolando. **A Igreja e o menor na história social brasileira**. São Paulo: Cehila/Edições Paulinas, 1992. [Coleção estudos e debates latino-americanos; v. 22].
- BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.) **Estudos de História da Educação de Goiás (1830 – 1930)**. Goiânia: Ed.PUC-GO, 2011.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BENENSON, A. S. **El control de las enfermedades transmisibles en el hombre**. 14ª ed. Washington : Ed. Organización Panamericana de la Salud, 1987.
- BENJAMIN, Walter. ‘**Sobre o conceito da História**’. IN: **Walter Benjamin – Obras Escolhidas**. Vol. 1. **Magia e Técnica**, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense 11ª Reimpressão, 2008.
- BOMENY, Helena. **Miguel Couto: “O árbitro moral do Brasil”**. IN: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (orgs). **Médicos intérpretes do Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 2015, p. 27 – 38.
- BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás: modernização e crise (1920 – 1960)**. 1994. Tese (Doutoramento). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O despertar dos dormentes**. Goiânia. Ed. UFG, 1990.
- BORTOLLO, Luiz Aparecido. **Hipertensão maligna, doença de Bright e como surgiu o conceito de hipertensão arterial essencial**. Disponível em: <<http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/8-2/hipertensao.pdf>> Acesso em: 23 jan 2017.
- BUENO, Jerônimo Carvalho. **História da Medicina em Goiás**. Goiânia: Edição do autor, 1979.
- CALADO, Maria Augusta. ‘**Prefácio**’. IN: SOUZA, Armênia P.. **O romance de Elisa**. Goiânia: Solar, 1991.
- CAMARA, Sônia. **Por uma ação preventiva e curativa da infância pobre: Os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910 – 1920**. IN: LOPES, Alberto [et al]. **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 263 – 281. [Coleção História e Educação].
- CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet/ FAPERJ, 2010.
- CAMPOS, Francisco Itami. **O Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1982.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária:** bases sociais da política goiana (1930 – 1960). 1985. Tese (Doutoramento) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

CAMARGO, Kênia Guimarães Furquim; PAES, Ademilson Batista. **Educação Católica (GO):** Irmãs Dominicanas e a Instrução de Meninas no Colégio Sant’Anna. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá, 2013, p. 5. Disponível em: <[http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/EDUCACAO%20CATOLICA%20EM%20GOIAS%20\(GO\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/EDUCACAO%20CATOLICA%20EM%20GOIAS%20(GO).pdf)> Acesso em: 10 abr 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. [Coleção Repensando a História]

CAPONI, Sandra. **Sobre La aclimatación:** Boudin y la geografía médica. História, ciência, saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, nº1, p.13-38, ene - Mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n1/02.pdf>>. Acesso em: 23 jun 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. 1997. 14ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

\_\_\_\_\_. **História e Análise de Textos.** IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. 1997. 14ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 375 – 399.

CARNEIRO, José Netto de Campos. **Das Febres em Goyaz.** Porto: Tip. A vapor de Arthur José de Sousa & Irmão, 1897.

CZERESNIA, Dina. **Do contágio à transmissão.** Ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/knm4c/pdf/czeresnia-9788575412565.pdf>> Acesso em: 28 maio 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. SP: Companhia das letras, 1996.

CHAUL, NasrFayad. (coord.) **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.** Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

\_\_\_\_\_. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** 2ª ed.. Goiânia. Ed. UFG, 2001.

\_\_\_\_\_. **Caminhos de Goiás.** Da construção da decadência aos limites da modernidade. 3ª edição. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

CHAVES, Niltonci Batista; PETRUSKI, Maura Regina. **O preceito do dia e saúde no Diários dos Campos (1951 – 1955)**. Revista Hist. Reg., vol. 18, (2), p. 292 – 315, 2013.

Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/3088/3736>>

Acesso em: 13 jun 2017.

CHERNOVIZ, Pedro Luís Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarios para uso das Famílias**. 6ª ed.. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

COLUCCI, Sandra Regina. **Superstição, charlatanismo e crime em São Paulo, 1925:**

representações dos discursos médicos-sanitaristas. Vozes, Pretérito & Devir. Ano I, Vol. I,

Num.2 (2013), p. 103 – 120. Disponível em:

<<http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/9/8>> Acesso em: 12 abr

2017.

COSTA, Renato Gama-Rosa. **Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva**. 3º

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

São Paulo, 2014, p. 1 – 11. Disponível em: <<http://docplayer.com.br>> Acesso em: 20 dez

2016.

DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. **A “Influenza Hespanhola” de 1918/1919 na**

**Cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Faculdade de História.

Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

DELGADO, Andréa Ferreira. **‘Goiás: A Invenção da Cidade “Patrimônio da Humanidade”**.

Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113 – 143, jan/jun 2005.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a07v1123.pdf>> Acesso em: 10 jan 2017.

FERRARO, Mario Roberto. **A agricultura moderna no Planalto Central: a experiência da**

Colônia Blasiana (1881-1895), na atual Luziânia, Goiás, Brasil. Boletim Museu Paraense

Emílio Goeldi. Ciênc. Hum., Belém, v. 11, n. 3, p. 769-789, set.-dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v11n3/1981-8122-bgoeldi-11-3-0769.pdf>> Acesso: 23 jun

2017.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **‘Quando a caridade encontra a ciência: uma olhar sobre a**

trajetória do dr. Moncorvo Filho’. IN: SANGLARD, Gizele [et al] **Filantropos da Nação:**

sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.

113 – 132.

FREITAS, Lena Castello Branco de (Org.) **Saúde e Doenças em Goiás**. A medicina possível:

uma contribuição para a história da Medicina em Goiás. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar. **A criança problema: formas de coesão contra o pobre e formas partilhadas de preterição social.** IN: MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima. (Orgs.) **Infância & Saúde.** Perspectivas históricas. São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 2009, p. 60 – 88.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância Abandonada.** 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** História da violência nas prisões. Tradução: Raquel Ramallete. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Testamentos e inventários.** A morte como testemunho da vida. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes.** São Paulo, Contexto, 2009, p. 93 – 118.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** Morfologia e História. Tradução: Federico Carotti. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GONDRA, José. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC, 2006.

KUHLMANN JR., Moysés. **A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX.** IN: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés. **Os Intelectuais na História da Infância.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 459 – 503.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850 – 1930).** Campinas/São Paulo: Ed. Unicamp/ USP, 2008.

LISBOA, Andreia Silva. **O Brazil Central e suas potencialidades na “Revista a Informação Goyana” (1917 – 1935).** Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás, 2009.

LIMA, Nísia Trindade. **‘Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro’.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009, p. 229 – 248. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hesm/v16s1/11.pdf>> Acesso em: 12 abr 2017.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história.** Goiânia: Ed. UFG, 1990.

MACHADO, Roberto [*et al*]. **A Danação da Norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Males do Sertão**. Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Goiânia: Cênone editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **Batalha contra o charlatanismo: institucionalização da medicina científica na província de Goiás**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, out. – dez. 2011, p. 1095 – 1109. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n4/08.pdf>> Acesso em: 30 mar 2017.

\_\_\_\_\_. **Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no século XIX**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista: Franca, 2004.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ CCBB, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2006.

\_\_\_\_\_. ‘**A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726 – 1950)**’. IN: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância Abandonada**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p. 53 – 99.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. ‘**Ensino profissionalizante em Goiás: a experiência pioneira da Colônia Blasiana**’. Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação/UFG, 31 (1): 111 a 137, jan. – junho, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1495/1479>> Acesso em: 23 jun 2017.

MAUAD, Ana Maria. ‘**Através da Imagem: Fotografia e História, interfaces**’. In: Revista Tempo. UFF, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996. p. 1- 15. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf)> Acesso em: 29 agosto 2017.

MEIRELLES, Marilucia Melo. **Os “bobos” em Goiás: enigmas e silêncios**. Goiânia: Ed. UFG, 2014.

MENDONÇA, J. G. Coelho. **A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança**. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

- MONARCHA, Carlos. **Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança.** IN: FREITAS, Marcos Cezar de.(org.). **História social da infância no Brasil.** 8ª ed.. São Paulo: Cortez, 2011, p. 101 – 140.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Goiaz.** Coração do Brasil. Brasília. Senado Federal, 1983.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira de. **As estratégias de purificação dos espaços na capital da província de Goiás (1835-1843).** Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira de; COSTA, Lara Alexandra Tavares da; Souza, Rildo Bento. **‘Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás (Séculos XVIII ao XX)’.** Revista História: Questões & Debates, Curitiba, vol. 65, n. 1, p. 23-53, jan./jun. 2017. **Dossiê História e Assistência,** organizado por SOUZA, Christiane Maria Cruz de; ALVES, Ismael Gonçalves. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/53883>> Acesso em: 14 de jun 2017.
- MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **Dos Primeiros Tempos da Saúde Pública em Goiás à Faculdade de Medicina.** Goiânia: Cânone Editorial, 2012.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **O fim, o meio e a forma: o Brasil desejado, a infância e a lei na Assembleia Nacional Constituinte de 1934.** IN: MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima. (orgs.). **Infância & Saúde: perspectivas históricas.** São Paulo: HUCITEC/ FAPESP, 2009, p. 21 – 59.
- NEEDELL, Jeffrey D..**Belle Époque Tropical.** Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, Educação e Direitos Sociais: “Asilo de Órfãs” (1870 – 1960).** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História.** A problemática dos lugares. Tradução: Yara AunKhoury. Projeto História, São Paulo, (10), dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 12 abr 2017.
- PALACÍN, Luís. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1976.
- PIMENTA, Andriene Suellen Ferreira. **Educação de Meninas no Orfanato Paraense (1893 – 1910).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará. Belém, 2012.

- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.) **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- PINTO, Rubia-mar Nunes. '**Caminhos Cruzados: a Cidade e a Escola na História da Educação em Goiás na Primeira República**'. IN: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.) **Estudos de História da Educação de Goiás (1830 – 1930)**. Goiânia: PUC-GO, 2011, p. 239 – 261.
- PIRES, Mauro Alves. **Imagens Institucionais da Modernidade: A Educação Profissional em Goiás (1910 – 1964)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.
- RABELO, Danilo. **A normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás. 1822-1889**. Goiânia: Ed. UFG, 2010.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, J.R.F.. '**De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental**'. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, VII (1): 135-157, mar.-jun.2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- REVISTA OESTE. FAC-SÍMILE. LIVRO EM CD-ROM, AGEPEL, 2001.**
- RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª edição**. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3ª edição**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANGLARD, Gizele Porto. **Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas. Rio de Janeiro (1920 – 1940)**. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2005.
- SANGLARD, Gizele Porto. '**Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República**'. IN: SANGLARD, Gizele [et al] **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 133 – 148.
- \_\_\_\_\_. SANGLARD, Gizele [et al] **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

- SANTOS, Edivaldo Antônio dos. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881 – 1930)**. Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil. Dissertação. (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.
- SCHREIBER, W. & MATHYS, F. K. **Infectio**. São Paulo : Roche, 1991.
- SCHWARZ, Roberto. **As culturas do fim do século na América Latina**. Universidade de Yale. Abril de 1994, p. 1 – 8. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Schwarz,%20Roberto/Roberto%20Schwarz%20-%20Fim%20De%20S%C3%A9culo.pdf>> Acesso em: 21 jul 2017.
- SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 1930 em Goiás**. 2ª ed.. Goiânia: Câne Editorial, 2005.
- SILVA, Leicy Francisca da. **Saúde pública e medicina popular em Goiás (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUZA, Armênia P.. **O romance de Elisa**. Goiânia: Solar, 1991.
- SOUZA, Rildo Bento. **Pobres, Doentes e Desvalidos: o Asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909 – 1935)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Pobreza, Doenças e Caridade em Goiás**. Uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909 – 1935). Jundiá: Paco Editorial, 2014.
- TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. **Rosarita Fleury**. Minha mãe. Goiânia: Ed. Kelps, 2014.
- VERONESI, Ricardo. **Doenças infecciosas e parasitárias**. 8ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista**. São Paulo: FAPESP, 2002b.